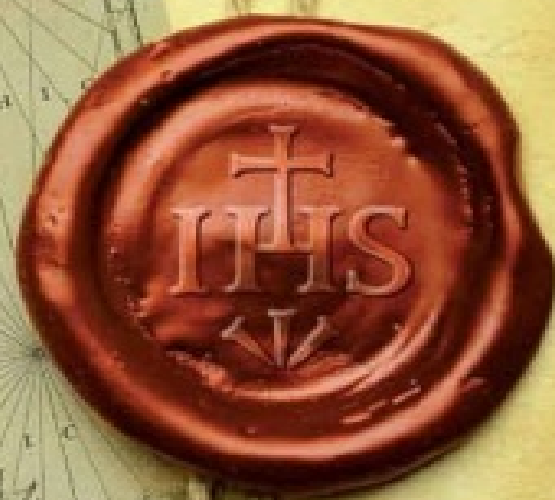
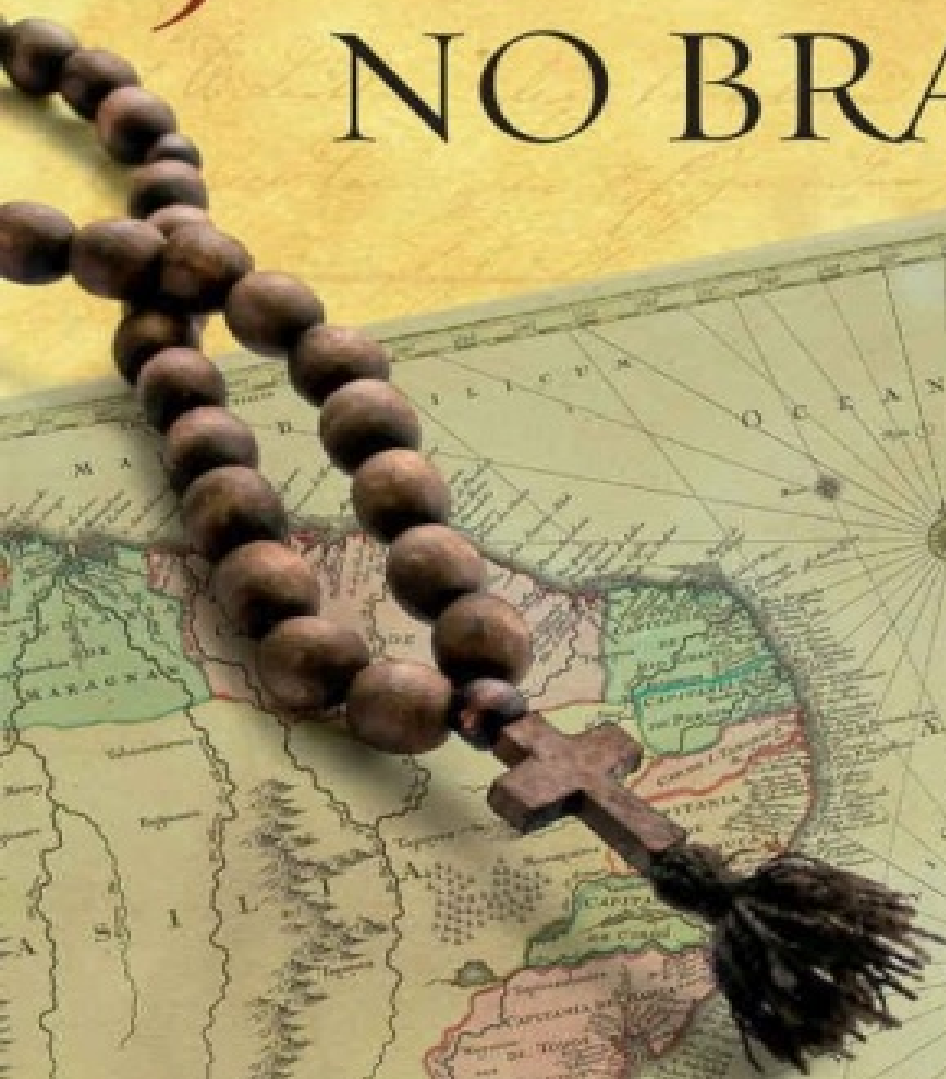


A GRANDE AVENTURA DOS JESUÍTAS NO BRASIL



TIAGO CORDEIRO

 Planeta



TIAGO CORDEIRO

A GRANDE
AVENTURA
DOS
JESUÍTAS
NO BRASIL

 Planeta

Copyright © Tiago Cordeiro, 2016
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2016
Todos os direitos reservados.

Preparação: Marluce Faria *Revisão:* Simone Costa e Maurício Katayama *Diagramação:*
Vivian Oliveira *Capa:* Companhia
Adaptação para eBook: Hondana

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C821g

Cordeiro, Tiago

A grande aventura dos jesuítas no Brasil / Tiago Cordeiro. – 1. ed. – São Paulo : Planeta, 2016.

ISBN 978-85-422-0646-3

1. Jesuítas – Missões – Brasil. 2. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. I. Título.

15-28948

CDD 981.03
94(81)

2016

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Padre João Manoel, 100 – 21º andar
Ed. Horsa II – Cerqueira César
01411-000 – São Paulo-SP
www.planetadelivros.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br

Para Wagner Barreira, pela oportunidade.

Para Joyce, por tudo.

Para Nina Morena, por fazer de mim um pai.

Para Eunice, pela leitura criteriosa e amorosa.

SUMÁRIO

O EXÉRCITO CRISTÃO QUE FORMOU O BRASIL

1. INÁCIO DE LOYOLA E AS ORIGENS DA ORDEM
2. MANOEL DA NÓBREGA E A FUNDAÇÃO DO BRASIL
3. JOÃO DE AZPILCUETA NAVARRO E A VIAGEM POR MINAS GERAIS
4. JOSÉ DE ANCHIETA E O NASCIMENTO DA LITERATURA BRASILEIRA
5. JOÃO FELIPE BETTENDORF E A CATEQUIZAÇÃO NA AMAZÔNIA
6. ANTÔNIO VIEIRA E OS CONFLITOS COM OS COLONOS
7. ANTON SEPP E A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA DAS MISSÕES
8. GABRIEL MALAGRIDA E O FIM PROVISÓRIO
9. JORGE BERGOGLIO E A SOCIEDADE NO PODER

BIBLIOGRAFIA

NOTAS

INTRODUÇÃO

O exército cristão que formou o Brasil

Ao longo de quase vinte séculos de história, a Igreja Católica autorizou a criação de centenas de ordens religiosas diferentes. Teve bons motivos para isso. Afinal, são organizações muito úteis. Oferecem infraestrutura para a formação de religiosos e religiosas. Colaboram para a inclusão da fé cristã dentro das sociedades em que estão inseridas. Instalam escolas para leigos, constroem igrejas que servem como centros de encontro e integração da comunidade, e influenciam o pensamento de políticos e juízes – consequentemente, contribuem para a formação de leis e políticas públicas, que determinam a maneira como vivemos e que tipos de comportamentos podem ser considerados criminosos ou criticáveis.

Mesmo as ordens mais distanciadas dos centros urbanos e isoladas dentro de mosteiros ou conventos, como ainda hoje é comum, influenciam as regiões onde estão instaladas. Elas podem, por exemplo, multiplicar a distribuição de livros considerados recomendáveis pelo cristianismo e impedir a disseminação de todos os demais. Ou educar jovens que, mesmo

quando desistem de ser religiosos, carregam consigo, para o resto da vida, toda a carga de formação que receberam. Quando se casam e têm filhos, ou mesmo nos ambientes em que convivem, levam adiante as instruções e posturas que fizeram parte de suas histórias pessoais.

Influentes, as ordens religiosas são tão importantes que não é preciso ser católico para ter uma noção, ainda que vaga, de quem são os franciscanos, os vicentinos, os dominicanos, os capuchinhos e as carmelitas. Sem as ordens, o cristianismo não teria conquistado a capilaridade que alcançou. Sem sombra de dúvida, seria uma religião bem menos prestigiada e poderosa.

Entre tantos grupos, alguns com mais de 1.400 anos de história (como a ordem dos beneditinos, fundada em 529), a Companhia de Jesus foi – e ainda é – um dos mais influentes. Em vários sentidos, sua trajetória foi única e marcou para sempre a história do próprio catolicismo, primeiro na Europa, mas de maneira muito especial na Ásia e nas Américas.

Desde que surgiram, em 1534, os jesuítas eram diferentes. Nunca antes uma ordem conciliou tão bem a sólida formação religiosa e intelectual de seus membros com a disposição para participar de missões que exigiam resistência física, capacidade de articulação política e boas noções de administração e finanças. Por isso mesmo, rapidamente, os jesuítas se firmaram

como a primeira ordem moderna do cristianismo, bem distante dos padrões medievais de comportamento. Seus membros se tornaram confessores de reis e líderes de expedições para qualquer lugar onde um navio europeu pudesse chegar. Assim, garantiram que a fé cristã deixasse o território do antigo Império Romano e alcançasse o resto do mundo, pela primeira vez desde o começo da Idade Média.

Ainda fizeram tudo isso numa época em que o mundo conhecido se expandia progressivamente. As viagens de descobrimento abriram para os europeus horizontes que iam muito além do Oriente Médio e do norte da África. Das cerca de 450 milhões de pessoas que existiam na Terra naquela época, aproximadamente 12 milhões estavam nas Américas e 200 milhões, na Ásia. Somados, os dois continentes representavam quase metade da população total do mundo. Era uma novidade gigantesca: do dia para a noite, havia todo um novo universo para converter. Havia lugares distantes, com costumes bizarros aos olhares ocidentais, e habitantes que não conheciam o nome de Jesus, tampouco entendiam por que, para aqueles brancos sujos e cobertos de roupas escuras, um homem pregado a uma cruz era filho do criador de tudo e o líder espiritual capaz de guiar todos os momentos da vida, desde o batizado que se segue ao nascimento à extrema-unção que acompanha o moribundo.

As novas viagens de conversão eram longas e arriscadas. O povo que ouvia as mensagens falava línguas estranhas e, com muita frequência, mostrava-se agressivo depois de um primeiro contato amigável e enganador. Por isso, os missionários tinham diversos motivos para se sentir de volta aos primórdios do cristianismo, uma época de martírio e incompreensão. Assim como os primeiros seguidores daquela nova seita judaica, os jesuítas iriam conhecer bem a sensação de ser minoria e as dificuldades em explicar uma religião para pessoas que não aceitavam suas próprias bases.

A crise iniciada pela Reforma Protestante reforçou essa busca por um retorno às raízes mais heroicas da religião cristã: num momento em que os reformadores criticavam a passividade e o luxo excessivo da Igreja, os jesuítas voltavam a valorizar as viagens de conversão, a fome e o sacrifício. Dedicavam-se a usar o exemplo de vida e o próprio sangue para transformar as histórias dos moradores dos novos territórios, cheios de almas que, aos olhos cristãos, estavam dominadas pelo diabo e se mantinham no escuro, desconhecedoras da verdadeira fé. Como aconteceu nos primeiros séculos da era cristã, a disposição para o martírio não era simbólica. Centenas de missionários foram torturados e mortos nos mais diferentes cantos do mundo. Mesmo os que tiveram vida longa a muitos quilômetros de casa

precisaram encarar caminhadas intermináveis, doenças desconhecidas, alimentos estranhos e a privação de qualquer contato pessoal com a família, às vezes pelo resto da vida. Não importava: era hora de seguir os passos dos primeiros apóstolos. O martírio não era evitado; pelo contrário, era desejado com ardor.

Racionalistas, pragmáticos e organizados, os jesuítas optaram por se manter fiéis ao cristianismo num momento em que a moda entre os religiosos racionalistas, pragmáticos e organizados era romper com o Vaticano e fundar novas religiões – caso de Lutero e Calvino. Ao exigir de seus membros um quarto voto para além dos tradicionais (pobreza, obediência e castidade), mais precisamente o de obediência ao papa, eles se mostraram mais fiéis do que os fiéis da época. Mas o quarto voto era também de grande inteligência estratégica: durante as missões nos locais mais longínquos a que a cristandade já havia chegado, evitavam que o jesuíta se submetesse à autoridade local. Seu voto era com o papa, e ele estava bem longe dali. Neste sentido, a capital de Goa ou do Brasil, para os membros da Companhia de Jesus, era Roma – e isso ficava bem claro nas cartas que enviavam em profusão, as quais nos ajudaram a conhecer com riqueza de detalhes a história dos dois séculos ao longo dos quais a Europa descobriu o resto do planeta.

A liberdade de movimento foi decisiva para diferenciar um jesuíta de qualquer outro missionário. Sem viverem fechados em mosteiros, estes religiosos apresentariam novos conceitos de astronomia para autoridades chinesas, liderariam incursões de reconhecimento dos rios Amazonas e Mississipi, influenciariam os rumos da ocupação holandesa em Pernambuco e seriam assassinados a tiros por forças policiais de El Salvador.

Para os jesuítas, a conversão era alcançada principalmente pela via da educação. Essa linha de raciocínio era tão importante que, em alguns casos, os colégios antecederam a formação das próprias cidades onde eles seriam instalados. Foi o caso de São Paulo, a metrópole fundada por religiosos em torno do Pátio do Colégio.

No entanto, não era suficiente abrir e manter escolas, o que por si só representava um grande desafio logístico quando o local de destino era tão distante quanto o Japão. Ousados, os religiosos resolveram transformar o processo educativo em uma experiência de imersão, que isolasse os nativos pagãos das tentações do mundo à volta – a maioria trazida pelos próprios exploradores europeus. O século XVII encontrou o sul da América Latina salpicado das chamadas missões, comunidades protegidas e autônomas em todos os sentidos, inclusive militar e economicamente.

Retirar a mão de obra do controle dos colonizadores, falar o idioma dos índios, ensinar a eles maneiras de ganhar dinheiro e usar os lucros para levar adiante a experiência: essas atitudes só poderiam gerar conflitos. Os atritos se tornaram tão sérios que, em diversas ocasiões, os jesuítas foram expulsos das áreas onde eram mais influentes. Até que, em 1773, após uma escalada de expulsões iniciada por Portugal, a ordem foi extinta por decisão papal.

Reaberta em 1814, apenas 41 anos depois, a Companhia de Jesus perdeu somente uma geração de seguidores. Ainda assim, o baque foi profundo, e a ordem nunca mais foi a mesma. É fato que conseguiu resgatar a capacidade de influência dentro da Igreja Católica e manteve sua vocação voltada para a educação. Contudo, deixou de se envolver com política e economia leigas com a mesma desenvoltura.

Em 480 anos de história, os jesuítas formaram a mente de algumas das personalidades mais marcantes de seu tempo. De René Descartes a Bartolomeu de Gusmão, de Francisco Xavier a Teilhard de Chardin, de José de Anchieta a George Lemaître, a ordem acumulou lideranças em suas áreas de atuação, mesmo que algumas delas não levassem adiante a vocação religiosa.

Ao longo dos próximos nove capítulos, vamos visitar as vidas e as obras destas e de muitas outras figuras, começando

com o fundador da ordem e terminando com Francisco, o primeiro papa jesuíta da história, eleito no conclave de 2013. Mas o foco deste trabalho, como não poderia deixar de ser, fica no Brasil.

Os jesuítas eram muito próximos do reino português e estavam interessadíssimos nas viagens para locais tão distantes quanto a China e o Japão. Em princípio, a colônia do Atlântico Sul não despertou o mesmo interesse – tanto é que a chefia da Companhia não mandou para a Bahia o chefe dos jesuítas em Portugal, Simão Rodrigues, mas, sim, Manoel da Nóbrega, um novato dedicado, porém de pouca utilidade para os colégios europeus por culpa de sua forte gagueira. No entanto, graças à competência do próprio Nóbrega, à dedicação dos que se seguiram e à inteligência com que os jesuítas souberam interagir com os índios, rapidamente o Brasil se tornou um dos centros mais importantes para os jesuítas.

Nosso país desenvolveu com a ordem um caso intenso de amor e ódio. Não sabíamos viver sem seus métodos e sua organização, mas não suportávamos suas fazendas riquíssimas e as intromissões na vida social e econômica das vilas. Antes mesmo da expulsão da ordem, os homens de preto já tinham sido expulsos diversas vezes, em locais variados como São Paulo e Maranhão. Mas, na ausência dos religiosos da ordem, as

fazendas e escolas que fundaram e geriam costumavam decair imediatamente. Não é nenhum exagero afirmar que a Companhia de Jesus não seria a mesma sem o Brasil, e o Brasil não seria o mesmo sem a Companhia de Jesus.

Essa história começou em terras espanholas, onde hoje fica o país basco. De maneira semelhante ao que aconteceu com outros religiosos de renome, como Santo Agostinho, São Camilo de Lellis e Santa Margarida de Cortona, o fundador desta ordem foi um jovem de vida social intensa e com muito mais disposição para guerrear e participar de farras do que para rezar. Até que se viu com a perna estilhaçada e, entediado, resolveu ler as únicas obras que tinha à disposição. Seu nome era Iñigo, mas ele ficaria mais conhecido como Inácio.

CAPÍTULO 1

Inácio de Loyola e as origens da ordem

O nobre de 30 anos chegou carregado numa liteira a sua cidade natal, Azpeitia, na Espanha. Uma bala de canhão havia passado entre suas pernas. Uma delas ficou levemente ferida. A outra, a esquerda, estava completamente esfaqueada. Os médicos viram o tamanho do estrago e avisaram: seja por falta de cuidado da equipe anterior ou pelo desgaste da viagem de pouco mais de cem quilômetros desde Pamplona, também na Espanha, a cicatrização não avançava. Seria preciso quebrar as pernas novamente para encaixar os ossos no lugar – e sem anestesia, que só seria inventada pouco mais de trezentos anos depois. O procedimento, extremamente doloroso, não parecia funcionar. Em 24 de junho de 1521, o jovem estava à beira da morte. Chegou a receber a extrema-unção. Os médicos não garantiam que ele estivesse vivo pela manhã.

Se na juventude alguém dissesse a Iñigo que, ao morrer, em 1556, ele deixaria como legado uma instituição religiosa poderosa e influente, que chegaria ao século XXI com um de seus membros no mais alto posto da Igreja Católica, ele provavelmente daria boas risadas.

linha do tempo

1478	1491	1492	1494	1506	1510	1511	1512	1515	1533	1534	1540	1542	1545	1552	1556
O papa Xisto IV recria o tribunal da Inquisição	Nascimento de Inácio de Loyola	Primeira viagem de Cristóvão Colombo para a América	Assinatura do Tratado de Tordesillas	Nascimento de Francisco Xavier e Pedro Fabro	Nascimento de Simão Rodrigues	Nascimento de Nicolás Bobadilla	Nascimento de Diego Lainez	Nascimento de Alfonso Salmerón	Excomunhão do rei inglês Henrique VIII	Fundada a Companhia de Jesus	O papa Paulo III formaliza a criação da Companhia de Jesus	Primeira ação missionária dos jesuítas, no Congo	Início do Concílio de Trento	Morte de Francisco Xavier	Morte de Inácio de Loyola

Bem-humorado, impetuoso e, segundo sua própria autobiografia, “dado às vaidades do mundo”, Inácio de Loyola nasceu Iñigo, nome de origem basca. O sobrenome pertencia a uma família de posses de Azpeitia, no nordeste da Espanha, sob o comando dos reis Fernando II e Isabel, os grandes responsáveis pelo retorno da Inquisição em um formato ainda mais virulento do que o anterior, o qual perdera força no século XIV. Sob influência do frei dominicano Tomás de Torquemada, em 1478 o casal real conseguira do papa Xisto IV autorização para instalar um Tribunal do Santo Ofício.

Iñigo nasceu poucos anos depois, em algum momento de 1491^[1], o último de treze filhos de Dom Beltrán de Loyola e Dona María Sonnez. Seu pai era católico na teoria, mas não no comportamento – teve vários filhos com outra mulher, mesmo antes da morte de Dona María, que mal teve tempo de conhecer seu caçula. Quando chegou à casa dos vinte anos, Iñigo parecia seguir o mesmo rumo do pai. Estava bastante preocupado com as atenções de uma beldade nobre de alto escalão, nunca nomeada pelo futuro santo. Como confessou em sua autobiografia, voltaria a pensar nela durante a convalescença

dos ferimentos na perna.

E de muitas coisas vãs que se ofereciam, uma se apossara tanto do seu coração, que ficava logo embebido a pensar nela duas, três ou quatro horas sem se dar conta, imaginando o que havia de fazer em serviço de uma senhora, os meios que usaria para poder ir à terra onde ela estava, os motes e as palavras que lhe diria, os feitos de armas que faria ao seu serviço. E ficava tão envaidecido com isso, que não via como era impossível alcançá-lo, porque a senhora não era de vulgar nobreza: nem condessa nem duquesa, mas o seu estado era mais alto que qualquer destes^[2].

A família inteira era adepta de aventuras. Um dos filhos do casal participou da segunda viagem de Cristóvão Colombo, que partiu da Europa em 1493 e passou pelas atuais regiões de Martinica, Porto Rico, Jamaica e República Dominicana. Outro, um padre mulhengo, foi atacado por uma turba enfurecida e teve de ser defendido pelo irmão mais novo, que estava sempre de espada em punho e pronto para uma briga.

Por uma década, entre 1507 e 1517, Iñigo foi pajem de Juan Velázquez de Cuéllar, *contador mayor* (uma espécie de ministro da Fazenda) do reino de Castela. Vivendo numa das residências de Cuéllar, em Arévalo, estava sempre bem vestido, com os cabelos loiros compridos bem cuidados e as unhas impecáveis.

Foi preparado para uma vida de amores, aventuras, viagens e feitos militares.

Quando seu mestre morreu e os bens foram apropriados pela rainha de Navarra, a viúva o colocou à disposição de outro nobre, o vice-rei de Navarra, António Manrique de Lara, o duque de Nájera. Foi a serviço dele que o jovem teve contato com a Guerra Italiana: dois reis, Francisco I da França e Carlos V, do Sacro Império Romano-Germânico da Espanha, disputavam o controle sobre o Sacro Império Romano-Germânico. Seus caminhos se cruzaram em Pamplona, onde as tropas francesas cercaram o castelo de Navarra. Diante da evidente inferioridade numérica, o comandante Miguel de Herrera queria render suas tropas. Mas Iñigo estava decidido a cumprir sua vocação para a glória, e encontrou ali o pretexto ideal. Recusou-se a se render e convenceu Herrera de que os termos estabelecidos para a rendição eram desonrosos^[3]. Como resultado, em 24 de maio de 1521, o castelo foi derrotado pelas forças comandadas por André de Foix.

O causador da confusão não morreu por muito pouco: no dia 20, foi atingido nas pernas por uma bala de canhão. Considerando que esse artefato pesava até quinze quilos, é um milagre que ele tenha sobrevivido. A violência do ferimento teve papel fundamental em sua história, e desencadeou uma série de

acontecimentos que possibilitaram o surgimento da Companhia de Jesus.

Ferido e preso, Iñigo foi tratado com dignidade. Depois de uma cirurgia malsucedida, os homens de Foix despacharam o espanhol para casa. Na luta para voltar a andar, o aprendiz de guerreiro de 30 anos se viu entediado. Leitor ávido desde a infância, fã de livros de cavalaria, procurou por todas as distrações que pudesse encontrar no castelo de seu pai, onde passou o período de recuperação. Não achando nenhuma obra de seu interesse, acabou por colocar as mãos sobre textos de teor religioso.

Diante de *Vida de Cristo*, um relato da história de Jesus publicado no século anterior, e de *Legenda áurea*, um almanaque sobre a vida de vários santos, percebeu que as biografias dos religiosos tinham toda a aventura que ele sempre desejara para si. Os momentos de dor e provação, que o colocaram bem perto da morte, devem ter ajudado a despertar um interesse especial pela experiência religiosa.

Mas antes era preciso continuar respirando. Após a noite de 28 de junho de 1521, dias depois da segunda cirurgia para a reconstituição das pernas, ele começou a se recuperar, surpreendendo seus médicos. A perna esquerda ficou torta, o que o deixou manco – apesar de uma terceira cirurgia, realizada a

pedido do jovem, para cortar a seco um pedaço do osso da perna que estava muito saltado perto do joelho. A limitação nos movimentos não o impediu de começar a caminhar. E Iñigo andou muito.

O primeiro núcleo

Decidido a se tornar uma espécie de cavaleiro da fé, disciplinado, resistente aos sofrimentos físicos e respeitador de hierarquias, ele deixou o castelo de Azpeitia e caminhou até o monastério de Montserrat, mantido pelos beneditinos e construído ao lado de um monolito, nas proximidades de Barcelona. Ali, fez uma confissão completa de todos os muitos pecados que havia cometido até então^[4].

No altar da Virgem Maria, entregou sua espada e seu punhal. Em seguida, doou suas roupas, sua mula e vestiu uma manta em peça única, feita do mesmo tecido grosseiro para confeccionar sacos. Dali, partiu para Manresa, também na Catalunha. Permaneceu dez meses na região, entre março de 1522 e fevereiro de 1523, vivendo em um quarto de hóspedes dos dominicanos^[5], meditando e ajudando no hospital local.

Foi em Manresa que Iñigo, fechado em seu quarto e rezando de joelhos sete horas por dia, passou por uma série de

experiências místicas comuns a santos de sua época, como São João da Cruz e Santa Teresa D'Ávila. Uma das primeiras e mais importantes foi a visão de uma figura brilhante, que perseguiu o missionário por dias. Era a imagem de uma serpente. O jovem basco percebeu que ela se manifestava para distraí-lo do aprendizado por que precisava passar^[6]. O resultado dessas experiências foi uma obra fundamental, que ele elaborou ainda em Manresa e chamaria de *Exercícios espirituais*.

Inspirados em outros relatos de vivências místicas, como *A imitação de Cristo*^[7], os Exercícios se mostraram a ferramenta preferencial de conversão para a ordem criada pelo aventureiro basco. Trata-se de um guia, que descreve o passo a passo de uma experiência de conexão com Cristo ao longo de trinta dias de exercícios espirituais intensos e transformadores.

Após o período de meditação em Manresa, o jovem decidiu seguir para o que imaginava ser sua grande missão: chegar até Jesusalém e entregar a cidade aos cristãos sem pegar em armas, apenas convertendo os muçulmanos com o dom da oratória.

Naquele momento, a cidade sagrada do cristianismo, judaísmo e islamismo estava sob o controle dos turcos otomanos. Um acordo permitia a visita de europeus sob a orientação dos franciscanos. Contudo, era muito difícil chegar até lá. Ainda na Europa, os fiéis andavam em grupos para evitar

saques e carregavam dinheiro apenas em quantidade suficiente para comprar a passagem de barco. O jovem basco não tomou nenhum desses cuidados com relação a dinheiro ou segurança.

Ele vivia uma rotina de mendicância. Dependeu de mulas e das próprias pernas tortas para chegar a Barcelona, dali para Roma e, enfim, Veneza, onde embarcou. Comia sempre que ganhava doações. Não era tão raro, na época, encontrar almas caridosas e dispostas a ajudar um missionário cristão abnegado. Mas Iñigo abusava da sorte: sempre que recebia uma colaboração suficiente para alguns dias de viagem, fazia questão de tomar para si apenas o necessário para um dia. O restante, doava. Em passagem por Veneza, obrigado a ficar fora dos portões da cidade por causa da Peste Negra, chegou a assustar um homem de passagem, que achou que, de tão pálido e magro, estava acometido da doença.

Com o documento que conseguiu do papa autorizando-o a seguir viagem, Iñigo chegou à cidade santa em setembro de 1523. Visitou todos os lugares considerados sagrados do cristianismo, onde rezou, meditou e voltou a ver uma imagem de Cristo, muito luminosa, que já o acompanhara em Manresa. Mas a situação política da região era instável, e o ingênuo peregrino espanhol, que andava pelas ruas sem os guias obrigatórios, foi orientado a ir embora antes que se metesse em encrenca. Após

meros vinte dias, pegou um barco em direção a Veneza, e dali para Barcelona. Por mais que tentasse, nunca mais voltaria a Jerusalém.

O passo seguinte era preencher uma lacuna grave em sua bibliografia: estudar teologia. Começou buscando abrigo na casa de uma amiga, Isabel Roscer^[8], uma famosa benfeitora de Barcelona. Então passou por Alcalá e Salamanca. Estudava muito, embora tivesse dificuldade de se concentrar nas leituras porque se via interrompido por visões. Costumava dormir no chão e se alimentar pouco. Não comia carne e parou de cortar as unhas e de tomar banho.

Por fim, em 1528, instalou-se em Paris, onde conviveu com jovens do dormitório do Colégio de Santa Bárbara. Num mesmo quarto, ficavam Pedro Fabro e Francisco Xavier. Pedro conheceu Iñigo e o apresentou a Francisco. A partir de 1531, mais quatro estudantes se aproximaram do grupo: Diogo Laínez, Alfonso Salmerón, Simão Rodrigues e Nicolás Bobadilha. Os seis discípulos eram bem mais jovens do que o fundador, ainda que, em termos de escolaridade, estivessem mais avançados do que ele^[9].

Em 15 de agosto de 1534, os sete se reuniram em retiro no bairro parisiense de Montmartre. Fechados em uma cripta sob a igreja de Saint Denis, prestaram votos de castidade, celibato e

pobreza. Pedro Fabro, naquele momento o único padre ordenado do grupo, celebrou a missa. Depois de pouco debate, escolheram um nome que parecia óbvio a todos: *Societas Jesu*, termo que significa Sociedade de Jesus e caracteriza com perfeição o espírito do grupo: uma milícia organizada, com hierarquia bem definida e padrão fixo de conduta – tão fixo que, no texto da Constituição da ordem adotado em 1553, Inácio recomendaria, em termos de disciplina, que os seguidores fossem “rígidos como cadáveres”.

Na sequência, a partir de 1537, Iñigo passou a assinar com o novo nome, em sua opinião mais simples de entender e pronunciar em outros países. Logo ficaria conhecido como Inácio de Loyola. Nunca, em nenhum momento, referiu-se aos membros do grupo como “jesuítas”. A expressão, que significa “pessoas que citam o nome de Jesus com muita frequência”, passou a se tornar recorrente só várias décadas mais tarde, quando o esforço missionário da ordem ficou famoso.

O grupo tinha o objetivo primordial de viajar a Jerusalém e converter os infiéis que ali viviam. Caso não conseguissem, iriam até o Vaticano e se colocariam à disposição do papa. Passaram um ano estacionados em Veneza, tentando fazer a viagem enquanto ofereciam seus préstimos em hospitais. O maior problema, na verdade, estava na própria Europa: em 1535,

Carlos V, rei do Sacro Império Romano-Germânico, havia declarado guerra contra o Império Otomano. Os caminhos para a cidade santa ficaram automaticamente fechados.

Os conceitos básicos da ordem ainda seriam motivo de debates entre os cardeais. O reconhecimento veio, finalmente, em 27 de setembro de 1540, pelas mãos de Paulo III – um italiano de formação humanista que, em 1534, aos 66 anos, chegara ao posto mais alto da igreja –, decidido a alterar o quadro vigente e conter a perda acelerada de fiéis^[10]. O texto da bula *Regimini militantis ecclesiae* (latim para *O governo da igreja militante*) fornecia para a ordem, afinal, uma certidão de nascimento. A limitação para no máximo sessenta membros seria derrubada em 1544, com outra bula, *Iniunctum Nobis*, cinco anos antes da aprovação papal à publicação de *Exercícios espirituais*.

Criada, reconhecida pelo papa e sem condições de chegar a Jerusalém, a Companhia de Jesus iria para locais ainda mais distantes: a milícia de Inácio e seus amigos correria o mundo para converter ao cristianismo o máximo possível de fiéis. Para isso, enviaria homens audaciosos e de grande peso intelectual para todos os confins do planeta. Principalmente pela Ásia, visitada por Francisco Xavier, o único do núcleo fundador que deixou o continente europeu.

Padroeiro dos missionários

O primeiro alvo da Companhia foi o continente mais próximo em termos logísticos: a África, a começar pelo Congo, já em 1542. Doze anos mais tarde, um pequeno grupo foi despachado para Etiópia, onde o cristianismo estava bem instalado desde o século IV^[11]. Ao atual Zimbábue, os jesuítas chegaram em 1560. A Angola, em 1580^[12]. Esses primeiros contatos foram muito malsucedidos. Seria apenas a partir da metade do século seguinte que as ações missionárias se intensificariam no continente – e não só da parte de jesuítas, como também de capuchinhos, carmelitas, dominicanos e franciscanos^[13]. Já a Ásia se mostraria um território muito mais promissor, e de imediato, graças, em grande parte, ao esforço de Francisco Xavier. Ele levou a missão jesuítica a um novo nível.

O destino do espanhol foi traçado em 1541, em 7 de abril, dia de seu aniversário de 35 anos. Um ano após partir de Roma para Portugal, Francisco deixou o porto de Lisboa. Seguiu com dois outros jesuítas, Francisco de Mansilhas e Paulo Camarate, a bordo da nau *Santiago*, como parte da frota comandada por Martim Afonso de Sousa, que havia passado um período no Brasil e agora viajava para ser governador das possessões portuguesas na Índia. Entre agosto de 1541 e março do ano

seguinte, o grupo permaneceu em Moçambique, onde o trio começou a realizar batizados de maneira frenética. O trabalho se revelou tão intenso que os companheiros de Francisco ficaram por ali, em vez de seguir para a Índia. Quando finalmente desembarcou em Goa, em 6 de maio de 1542, Francisco Xavier se viu sozinho, em um país completamente diferente de qualquer coisa a que estivesse acostumado na Europa.

A Índia do século XVI era um território com mais de vinte reinos e extensão territorial que englobava os atuais Paquistão e Afeganistão. Seus 170 milhões de habitantes se dividiam entre o sikhismo, jainismo, budismo, islamismo e diferentes vertentes do hinduísmo. O Império Mogol, de origem persa, começava a se estabelecer. Os portugueses, por sua vez, estavam no auge do domínio de ilhas e portos que garantiam as rotas comerciais do sul da Ásia. Na comparação com os mogóis, era um território inexpressivo, mas tinha grande peso em termos estratégicos.

O comércio era o principal objetivo, seguido de perto pela religião. Não havia navio de exploração europeia que não levasse missionários. Quando Xavier chegou à Índia, os dominicanos e franciscanos já estavam na região há algumas décadas, construindo igrejas e mosteiros e requisitando a capitães portugueses que impusessem a fé na bala, se necessário. Ao desembarcar em Goa, Xavier se mostrou positivamente surpreso:

É uma cidade toda de cristãos, coisa para se ver. Há um mosteiro, com muitos frades, da ordem de S. Francisco, uma Sé muito honrada e com muitos cônegos, além de muitas outras igrejas. É motivo para dar muitas graças a Deus Nosso Senhor ver como o nome de Cristo floresce de tal modo, em terras tão apartadas e no meio de tantos infiéis.

Ainda assim, só três anos depois, em 1546, ele escreveria ao rei português João III pedindo a instalação de um tribunal da Inquisição em Goa. Ele seria atendido. Em 1560, já depois da morte de Xavier, teve início uma das mais intensas atividades do Santo Ofício. Por mais vivaz, otimista e carismático que Xavier fosse, a pregação se mostrava mais difícil do que os resultados iniciais pareciam indicar. Ele não desistiu. Continuou viajando e acabaria se tornando um dos missionários mais prolíficos da história de qualquer religião: as estimativas do total de convertidos por ele oscilam de 30 mil a 100 mil pessoas ao longo de uma década.

Entre 1542 e 1549, Francisco circulou de Goa a Malaca, no atual território da Malásia, e pelas ilhas Molucas. Por onde passou, seguiu a estratégia de realizar batizados grupais, se possível de vilarejos inteiros, especialmente de crianças – em tempos de alta mortalidade infantil, os menores eram

considerados alvo preferencial, pois poderiam estar condenados ao inferno caso morressem jovens. Além disso, eram mais acessíveis às ações educativas dos missionários e posteriormente atuavam como formadores de opinião dentro de suas casas.

Seu método era intuitivo: ao chegar a um vilarejo, tocava um sino para reunir os moradores. Ensinava os dez mandamentos, o Pai-Nosso, a oração do Credo e algumas canções, que faziam sucesso entre as crianças. Quando via as pessoas dispostas a aceitar a fé, ele as batizava. Para tanto, confiava no trabalho de intérpretes, já que, diferente de colegas futuros como José de Anchieta, sempre teve grande dificuldade em aprender o idioma dos locais por onde passou.

A estratégia produzia novos cristãos em quantidade gigantesca, mas é claro que nem todos os batizados se mantinham pelo resto da vida. Os fiéis não demoravam a retomar os velhos hábitos, em parte porque nem sequer entendiam todos os preceitos de comportamento que a nova religião previa. Era bastante comum, por exemplo, que religiosos se vissem obrigados a explicar que cristãos convertidos não praticavam a poligamia, nem rezavam para outros deuses que não o Criador.

O missionário percebeu esse problema com grande clareza ao chegar ao Japão, onde permaneceu por dois anos. Em suas

cartas, Xavier deixou claro que a receptividade dos locais não era a questão. Eles eram educados e atentos. As dificuldades apareciam quando ele entrava nos detalhes da teologia cristã. Em carta de janeiro de 1552, relata:

Uma desconsolação têm os cristãos do Japão, e é que sentem em grande maneira dizermos que os que vão para o inferno não têm nenhum remédio. Sentem isto por amor dos seus pais e mães, mulheres, filhos e os outros mortos passados, tendo deles piedade. Muitos choram os mortos e perguntam-me se podem ter algum remédio por via de esmolas e orações. Eu digo-lhes que não têm nenhum remédio.

Sentem eles esta desconsolação; mas a mim não me pesa, para que não se descuidem de si mesmos e para que não vão penar com os seus antepassados. Perguntam-me se Deus os pode tirar do inferno e a causa por que sempre hão-de estar no inferno. A tudo lhes respondo suficientemente. Eles não deixam de chorar de verem seus antepassados sem remédio.

Esse tipo de problema se repetia, vila após vila. Quando tentou contato com o imperador Ogimachi, não conseguiu passar pelos portões do palácio, depois de uma longa caminhada que cumpriu descalço em pleno inverno. Incansável, Francisco deixou um início de trabalho estruturado e se voltou para um

objetivo que era sua grande obsessão: o contato com a China.

Intercâmbio e martírio

O maior país do Oriente estava fechado para contato com os ocidentais, especialmente os religiosos. Francisco conhecia uma alternativa, uma rota usada na surdina por comerciantes. Pretendia procurar um barco que topasse levá-lo da ilha de Sanchoão (ou São João) até o continente, a uma distância, por mar, de catorze quilômetros. Faleceu tentando encontrar um transporte que aceitasse os riscos. Estava acompanhado apenas de um intérprete chinês que chamava de Antonio, levado até Goa para receber formação cristã.

Francisco morreu em 3 de dezembro de 1552, aos 46 anos, quatro anos antes do próprio Inácio – falecido em Roma, em 31 de julho de 1556. Tanto Francisco quanto Inácio foram vitimados por febres excessivamente altas. Inácio, que carregou fortes dores no estômago por toda a vida, morreu em decorrência de um dos muitos surtos de malária que afetavam Roma de tempos em tempos. O corpo de Francisco Xavier foi transferido para Goa, onde é exibido em público uma vez por década – na última oportunidade, em fins de 2014, atraiu mais de 5 milhões de peregrinos, que queriam ver de perto o cadáver considerado

incorrutível e que até hoje está bem conservado.

A morte do missionário não foi em vão. Nas décadas seguintes, a estrutura que ele ajudou a construir rendeu um riquíssimo intercâmbio religioso e cultural, sobretudo com os chineses. Ao menos por algumas décadas, a maior obsessão de Xavier se tornaria um dos mais frutíferos alvos dos jesuítas.

A dinastia Ming acabaria em 1644, mas cem anos antes estava no auge. A China era um dos países mais poderosos, organizados e culturalmente ricos do planeta. Dominava a pólvora e as técnicas de impressão muito melhor do que os europeus. A porcelana e a seda tinham mercado cativo no restante da Ásia, no Oriente Médio e na Europa, por meio de portos como o de Sanchoão, onde morreu Xavier.

No entanto, os Ming eram desconfiados de quaisquer outras influências. Consideravam que a China era o lugar mais avançado do planeta e não estavam nem um pouco abertos a intercâmbios culturais, especialmente com os europeus, que eles desprezavam – afinal, os únicos exemplares que conheciam eram comerciantes malvestidos, sujos e de pouca cultura. De missionários, havia o registro esparso de incursões feitas por franciscanos, de 1289 a 1369, quando todos os representantes de religiões estrangeiras, até mesmo os budistas, foram expulsos do país.

Essa situação começaria a mudar em 1594, com a fundação da primeira universidade asiática nos moldes ocidentais: o Colégio Jesuíta São Paulo. Encontrava-se em Macau, colônia portuguesa que na época era a única a realizar intercâmbio comercial entre Japão e China. Seu fundador, o jesuíta napolitano Alessandro Valignano, tinha o objetivo de criar um centro de formação em línguas orientais e transmitir ensinamentos sobre a cultura local. Ali estudaram personalidades que marcaram significativamente o encontro entre o Ocidente e o Oriente nos séculos XVII e XVIII. Matteo Ricci em especial.

Em 1601, Ricci se tornou o primeiro ocidental a visitar a Cidade Proibida, na China^[14]. Nove anos depois, foi o primeiro ser humano nascido na Europa a receber a honraria de um funeral cerimonial em Pequim. Seu impacto foi tão grande que, no aniversário de quatrocentos anos de sua morte, os feitos de Ricci renderam uma série de mostras e homenagens, tanto na Europa quanto na China.

Nascido em Macerata, na Itália, em 6 de outubro de 1552, Ricci entrou em território chinês em fins de 1583. Ali passaria seus últimos 27 anos de vida. Embora tivesse algum domínio da língua, preparou-se durante vários meses antes de dar início ao trabalho missionário na região. E o fez de maneira diferente da

escolhida por Francisco Xavier. Ao invés de buscar as crianças primeiro e os chefes locais depois, o italiano estava disposto a conquistar o país de uma vez só: a partir de seu imperador. Para isso, apostou no conhecimento acadêmico e na imersão profunda na cultura local. Começou pelo budismo, a fé das pessoas comuns, e acabou valorizando o confucionismo, mais influente entre as elites. Impressionado com o jesuíta, o imperador Wan Li ofereceu dinheiro e apoio logístico para a missão do italiano.

A linha de trabalho de Ricci irritava outras ordens religiosas. O jesuíta se vestia como chinês, alimentava-se como chinês, falava como chinês e aceitava uma série de preceitos dos chineses, sobretudo o pensamento de Confúcio e os cultos aos ancestrais. De dentro desta civilização, respeitando suas características, inseria sem pressa preceitos cristãos, inclusive entre os pensadores com quem interagía em conversas em chinês^[15]. Os dominicanos e franciscanos, que acabaram tendo acesso aos chineses em parte pelo trabalho de Ricci e seus colegas, não aceitavam esse tipo de estratégia.

Após quase três décadas de trabalho, quando a vida de Matteo Ricci chegou ao fim, só havia 2 mil católicos na China. Os locais pareciam muito mais interessados nos conhecimentos científicos daquele europeu nobre, culto e respeitoso do que na

religião que ele professava^[16]. Enquanto isso, as conversões em massa, partindo de vilas menores até alcançar tribos mais expressivas, pareciam funcionar melhor. No começo do século XVII, as Filipinas já tinham 350 mil católicos. O Japão chegaria a ter 300 mil.

A longo prazo, o resultado nesses dois países foi bastante variado. Hoje mais de 90% dos filipinos são católicos e, mesmo agora, no século XXI e com a influência cultural norte-americana, ainda usam nomes e sobrenomes espanhóis. Por outro lado, os japoneses cristãos representam apenas 2% da população total. A diferença é que os filipinos não formavam uma população de costumes religiosos arraigados quando foram encontrados pelos espanhóis. Eles se mostrariam muito mais abertos à fé em Cristo do que os japoneses, que proporcionaram aos cristãos uma experiência épica.

Foi Alexandre Valignano quem organizou e ampliou o trabalho iniciado por Francisco Xavier no Japão. Nascido em família nobre em 1539, Valignano era um jovem alto, carismático e arrogante. Preso em 1562 sob a acusação de dilacerar o rosto de uma moça com uma faca, perdeu sua vaga na Faculdade de Direito da Universidade de Pádua. Decidido a se regenerar, entrou para a ordem, que lhe proporcionou uma carreira rápida e levou-o a assumir o comando das missões portuguesas na Ásia.

A partir de 1579, quando de sua primeira visita aos japoneses, inaugurou uma série de seminários e escolas. Além disso, passou a lidar com senhores feudais, que, em alguns casos, abraçaram a fé dos ocidentais e deram espaço para o surgimento não só de fiéis, como também de religiosos cristãos nipônicos, que ganharam os apelidos de *bateren* (corruptela de “padre”) ou *iruman* (de “irmão”).

O intercâmbio cultural com o Japão ficou por conta principalmente do trabalho de João Rodrigues. O jesuíta se candidatou a seguir para Nagasaki com apenas 16 anos, e ficou fluente em japonês a ponto de produzir uma gramática da língua e um dicionário com tradução para o português, o *Vocabulario da Lingoa de Iapam*, com 32 mil verbetes.

O arquipélago estava então dividido entre feudos. Alguns deles se aproximaram dos comerciantes portugueses, com vistas aos benefícios do intercâmbio comercial. Outros se mostraram mais interessados na religião dos ocidentais, ainda que, com o passar do tempo, tivessem problemas com a intromissão dos missionários nos costumes locais – Francisco Xavier, por exemplo, provocaria um escândalo em Yamaguchi ao se proclamar severamente contra as práticas homossexuais, bem-aceitas na região. Os missionários circulavam por um ambiente político pantanoso no qual a morte de um senhor, uma derrota

militar ou um simples acesso de fúria eram suficientes para lançar por terra todo um trabalho de anos.

Muitas vezes, os riscos eram físicos. Em 1597, o guerreiro Toyotomi Hideyoshi, que acabara de reunificar o Japão, decidiu crucificar 26 missionários na região de Nagasaki. Ele já tinha decretado a expulsão dos europeus anos antes, mas não colocou a medida em prática até ouvir boatos de que os religiosos formavam a linha de frente de forças militares de ocupação estrangeira. O massacre dos 26 mártires, compostos por europeus e japoneses, deu início a décadas de perseguição intensa.

Nos anos que se seguiram, os cristãos ocidentais começaram a ser caçados por todo lugar, até que, por volta de 1640, o trabalho religioso estava virtualmente soterrado sob pelo menos mil corpos de missionários. Era comum que as vítimas fossem submetidas a um método cruel de pena capital: penduradas de cabeça para baixo sobre uma fossa, com cortes feitos a faca atrás da orelha, elas sangravam e sufocavam em fezes até a morte. Também eram amarradas a postes em pontos de maré baixa, morrendo afogadas no momento em que a água do mar subisse. Para escapar das punições, era preciso pisotear pinturas com imagens de Cristo e da Virgem Maria, a fim de expressar o quanto os acusados renegavam sua fé.

Enquanto isso, nos mesmos séculos XVI e XVII, os jesuítas chegavam às Américas. Ao norte, como no Japão, jesuítas se tornariam mártires às dezenas. Ao sul, tomariam as rédeas da colonização da Terra de Santa Cruz.

CAPÍTULO 2

Manoel da Nóbrega e a fundação do Brasil

Filho de desembargador, bacharel em direito canônico e filosofia pela Universidade de Coimbra, o padre se inscreveu para ser professor universitário. Elaborou o trabalho necessário para comprovar seus conhecimentos e se posicionou diante do auditório para ler o texto que poderia lhe garantir a vaga. Acabou reprovado porque era gago, uma característica considerada inaceitável pela banca avaliadora. Insistente, candidatou-se uma segunda vez à posição que tanto desejava. Não conseguiu novamente e, em novembro de 1544, aos 27 anos, encerrou precocemente sua carreira acadêmica. Em seguida, decidiu entrar para a Companhia de Jesus, criada poucos anos antes, e começou a frequentar as cidades dos arredores com o objetivo de pregar para os infiéis. Trocava assim a carreira de professor pela de orador, ainda que sua dificuldade na fala deixasse suas missas especialmente demoradas. Naquele momento, o religioso não tinha expectativa alguma de deixar a Península Ibérica. Apenas cinco anos depois chegava à Bahia. Nunca mais deixaria o Brasil.

linha do tempo

1500	1521	1533	1546	1549	1552	1553	1554	1557	1558	1560	1565	1570	1579	1585	1590
Pedro Álvares Cabral desembarca no Brasil	Júlio III se torna rei de Portugal	Martin Afonso de Sousa chega ao Brasil	Morte de Pedro Fabio	Chegada de Tomé de Sousa e Manoel da Nóbrega a Salvador	Manoel da Nóbrega é escolhido o primeiro provincial dos jesuítas do Brasil	Chegada do segundo governador-geral do Brasil, Duarte da Costa	Missão de fundação da cidade de São Paulo	Escolhido o terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá	Diogo Lainez é aclamado o segundo Geral da Companhia	Luís de Grã é escolhido provincial dos jesuítas do Brasil	Fundação da cidade do Rio de Janeiro e morte de Diogo Lainez	Morte de Manoel da Nóbrega	Morte de Simão Rodrigues	Morte de Afonso Salmerón	Morte de Nicolás Bobadilla

Os jesuítas chegaram às Américas em levas combinadas de acordo com os interesses do país colonizador. Os franceses, que dominavam uma vasta faixa de território que seguia das atuais províncias canadenses de Quebec e Ontario até o atual estado norte-americano da Louisiana, começaram a enviar religiosos da ordem em 1609. Os ingleses, que controlavam as sete colônias a partir das quais seriam formados os Estados Unidos da América, deram início ao processo em Maryland, em 1634 – apesar das fortes desconfianças que os britânicos anglicanos tinham quanto aos jesuítas, com frequência acusados de serem espiões do Vaticano. Os espanhóis enviaram missionários da Companhia a partir de 1556, em etapas diferentes, com destino à Flórida, ao México e ao Peru. Os portugueses mandaram religiosos já com o primeiro governador-geral, em 1549. Região por região, de norte a sul, os inicianos conseguiriam deixar marcas. Mas os resultados, nas primeiras décadas, foram muito díspares. Os franceses, por exemplo, acumularam fracassos e avançaram bem mais devagar do que os portugueses.

Canibalismo no Canadá

As tribos que ocupavam a América do Norte quando os franceses a encontraram nos séculos XVI e XVII eram

sofisticadas. Suas cidades estavam interligadas por relações políticas e comerciais. Nas palavras do padre jesuíta francês Jean de Brébeuf, a população de uma dessas tribos, os hurões, era tão bem organizada e coesa como os antigos espartanos. Essas sociedades acabaram infligindo aos jesuítas uma das maiores derrotas que eles já experimentaram em qualquer continente. Oito deles, assassinados em diferentes ocasiões entre 1642 e 1649, ficariam conhecidos como os mártires do Canadá.

Por três vezes, no começo do século XVII, os jesuítas tentaram e nem sequer conseguiram se estabelecer na Nova França. Os moradores dali estavam divididos, no geral, em duas populações: os algonquins e os iroqueses, dois nomes que agrupavam dezenas de tribos e povos de linguagem, religião e estilos de vida em comum. Entre os iroqueses, os hurões tinham importância especial, principalmente no território mais ao norte que hoje corresponde ao leste do Canadá.

Os hurões receberam mais atenção de Jean de Brébeuf. Ainda que sua culinária baseada em milho e carne de cachorro fosse bizarra ao paladar europeu, eles conheciam o namoro da maneira como o praticamos hoje: era totalmente aceitável, tanto para homens quanto para mulheres, que morassem juntos por algum tempo, dias ou semanas, e depois desistissem da relação caso não funcionasse. E só depois de feito o teste, aí sim, casar –

e mesmo depois disso o divórcio era admissível. Exímios fabricantes de canoas, os locais dividiam bem as tarefas. Mulheres cuidavam da agricultura e da cozinha. Homens construíam casas e habitações que comportavam até sessenta pessoas sob o mesmo teto. Também cuidavam das canoas, dos cachimbos e das armas. E apostavam muito; eram jogadores inveterados.

Em suas cartas, Brébeuf relatou ter visto um grupo de hurões caminhando para casa descalços, com o chão coberto por mais de um metro de neve, e ainda assim sorrindo muito. Eles estavam voltando de um vilarejo vizinho, onde tinham saído no lucro ao fim de uma noite de jogatina: peças de pedra ou madeira, pintadas de preto de um lado e branco do outro, eram lançadas sobre tigelas de madeira. As apostas consistiam em acertar quantas caíam com preto ou branco para cima.

Os índios também gostavam de organizar grandes festas. O missionário francês participou de uma delas, no inverno de 1635, na vila de Contarrea. Carne não faltou: foram consumidos quatro ursos e vinte veados. Convocados de maneira simples, com um aviso oral dado aos gritos de “venham e comam!”, os indígenas colocavam seus pratos e colheres de madeira debaixo dos braços e se encaminhavam para a comilança, que podia durar dias. Recusar o convite era uma ofensa irreparável.

Brébeuf chegou ao Canadá em 1625, retornou para a França em 1629 e voltou em definitivo em 1633. Sua geração iniciou duas missões, Saint-Joseph I e Saint-Joseph II, realizou um levantamento etnográfico detalhado da região e elaborou um catecismo no idioma local. Para isso, os religiosos percorriam com frequência os mais de 1.200 quilômetros entre Quebec^[17] e o território dos hurões. O missionário também compôs a primeira canção de natal escrita no continente, chamada *Jesous Ahatonnia*, ou “Jesus nasceu”, com letra no idioma local e melodia baseada na canção folclórica francesa *Une Jeune Pucelle* (“Uma jovem empregada”).

Contudo, os resultados eram pouco expressivos, e os indígenas batizados raramente iam além de crianças e idosos à beira da morte. Como em muitos outros lugares do globo, os habitantes recebiam os missionários com curiosidade, mas não abraçavam a fé cristã do jeito que os religiosos esperavam. Para dificultar a vida dos jesuítas, nos atritos entre hurões e algonquins, os europeus estavam do lado mais fraco. Quando os algonquins começaram a realizar incursões pontuais para tirar os adversários de seus postos, Brébeuf foi encontrado pelos iroqueses se escondendo na vila de Saint-Louis e levado por uma centena de guerreiros para a cidade vizinha de Saint-Ignace. Seguiu acompanhado do colega Gabriel Lalemant, com quem

trabalhava na Nova França fazia três anos. Ali, na atual região de Midland, Ontário, foram torturados até a morte. Jean tinha 56 anos e Gabriel, 38.

Os índios iroqueses arrancaram as roupas dos dois e jogaram ao fogo suas túnicas pretas. Com gritos de euforia, amarraram os prisioneiros pelas mãos, com cordas, de forma que ficassem presos a postes baixos. Aspergiram água fervendo sobre eles, numa simulação de batismo. Usaram facas para arrancar fatias finas de suas pernas, de seus narizes e de suas barrigas. Cozinharam os pedaços diante das próprias vítimas. Por fim, depois de quatro horas de torturas, abriram o peito de Jean e Gabriel e arrancaram seus corações. Comeram os órgãos e então beberam o sangue das duas vítimas^[18].

Ao longo deste mesmo conflito entre tribos, outros três jesuítas tiveram destino similar – Antoine Daniel, Charles Garnier e Noel Chabanel. Mais impressionante ainda seria a história de Isaac Jogues. Francês natural de Orleans, filho de uma família de posses, Jogues seguiu para o Canadá em 1636. Reapareceu miraculosamente em Rennes, na França. Estava magro, cabeludo, com roupas rasgadas, sem o polegar esquerdo e com os dedos indicadores inutilizados. Louvado como um mártir em vida, relatou aos superiores sua prisão em 1642, quando foi torturado e mantido como escravo por índios

mohawk. Com o apoio de um grupo de holandeses, chegou a Nova Amsterdã e se tornou o primeiro católico a conhecer a ilha de Manhattan. Ao chegar à Europa, só falava em retornar ao Canadá. Autorizado a viajar novamente, voltou a ser preso em 1646, agora pelos índios iroquianos. Teve a pele picotada com pontas de facas e assim, sangrando, foi mantido vivo. Por fim morreu no dia 18 de outubro: ao sair de uma cabana, levou um golpe de bastão na cabeça – esta, por sua vez, acabou arrancada do cadáver e pendurada em um mastro^[19].

Já em 1650, os hurões estavam derrotados e isolados. Seria preciso que as missões de exploração, dominação e evangelização mudassem de foco e passassem a atuar junto às mesmas pessoas que haviam massacrado alguns dos próprios colegas dos jesuítas. Tal processo de reorganização demoraria várias décadas para dar resultados.

Fiasco na Flórida

Os primeiros jesuítas a chegarem à Flórida foram Pedro Martínez, Juan Rogel e Francisco Villareal. A região era muito maior do que o estado norte-americano atual: a faixa de território que os espanhóis chamavam, na época, de La Florida se estendia até os atuais estados norte-americanos da Georgia,

do Alabama, do Mississippi e parte da Louisiana. O clima quente e úmido e a grande quantidade de pântanos fez dos ocidentais um alvo fácil para os moradores da região, índios apalaches, timucuas, tequestas e calusas. Martínez seria a primeira vítima jesuíta da história da América do Norte.

Os três religiosos chegaram à costa em 14 de setembro de 1556, a bordo de uma nave espanhola com tripulação flamenca. Estavam ali a pedido do governador local, Dom Pedro Menéndez, que havia conseguido expulsar os corsários franceses, mas enfrentava dificuldades muito maiores para controlar os indígenas. O navio se perdeu no caminho e desembarcou mais ao sul do que deveria. Após dias andando em círculos em busca do forte do governador, cinco pessoas foram mortas a espadadas por um grupo de indígenas. Martínez estava entre as vítimas fatais.

Em 1570, um novo grupo composto por sete jesuítas chegou ao local, apenas para ser expulso em dois anos e buscar refúgio em Havana. Desde então, e por muito tempo, os jesuítas simplesmente abandonaram a Flórida e se concentraram em outras áreas das Américas, em especial o Caribe e a América Central. Mas nenhum lugar na região se mostraria tão produtivo quanto a Cidade do México, onde havia estrutura para levar a fé cristã a milhares de pagãos.

Em terras mexicanas, os inacianos chegaram atrasados. Quando desembarcaram em Veracruz, em 1572, com quinze padres liderados por Pedro Sánchez, eles encontraram agostinianos, dominicanos e franciscanos. Os recém-chegados rapidamente reforçaram a quantidade de mão de obra disponível na região – no começo do século XVII, já eram mais de 270 religiosos, que seguiam uma estratégia diferente daquela vista na Flórida e no Canadá. Nesses dois locais, além de ser preciso viver sob a proteção de fortes, as incursões a campo eram recorrentes, ainda que fossem extremamente arriscadas.

A Companhia construiu colégios para educar os habitantes europeus, em primeiro lugar, e os índios, em segundo. Apenas seriam encaminhados para as escolas os locais selecionados pelos religiosos que vivessem em casas no interior, mais perto das tribos. A maior e mais importante das instituições de ensino, o Colégio do México, foi bancado principalmente por Alonso de Villaseca, um dos homens mais ricos da Nova Espanha. Logo surgiram colégios em outras cinco cidades, incluindo Guadalajara e Oaxaca.

Naquele primeiro momento, portanto, havia muito mais missionários dedicados a educar colonizadores do que evangelizar pagãos. A situação só começou a mudar quando minas de prata foram encontradas ao norte do território, nos

atuais estados norte-americanos da Califórnia e do Arizona. A expansão das missões para novos lugares, que agora precisavam ser controlados com urgência, favoreceu o trabalho mais intensivo e arriscado, de contato direto com indígenas nômades, polígamos, seguidores de figuras mitológicas inspiradas em animais e adeptos de festas de vários dias, movidas a uma bebida alcoólica à base de milho. Tal expansão também permitiu o surgimento de alguns personagens importantes, entre eles Eusebio Kino.

Como líder religioso, Eusebio acumulou 4.500 batizados. No papel de cartógrafo, divulgou mapas detalhados das regiões por onde passou. Fez cerca de quarenta expedições, que, realizadas entre 1687 e 1711, somaram mais de 130 mil quilômetros de viagem sobre o lombo de cavalos. Foi também fazendeiro, dono de centenas de cabeças de gado. Nesse meio tempo, fascinado pela experiência de Matteo Ricci na China, negociava, sem sucesso, uma vaga como missionário na Ásia. Morreria no México com aproximadamente 65 anos. Entre os feitos que deixou para a história, está o fato de ter descoberto que a Baixa Califórnia não era uma ilha.

No Peru, os inacianos chegaram em 1568, também depois de agostinianos, dominicanos e franciscanos. Com agilidade, seguiram para o Paraguai e a Bolívia. Construíram escolas,

templos, bibliotecas e centros de saúde, com destaque para a igreja de São Pedro, em Lima, inaugurada em 1638 e ricamente decorada no melhor estilo barroco. Além disso, a Biblioteca Nacional da capital peruana foi erguida a partir da coleção de livros levantada pelos inacianos. Os jesuítas se destacariam mesmo no século XVII, com o estabelecimento das missões.

Em Maryland, missionários católicos ingleses desembarcavam sabendo que nunca mais poderiam voltar para casa, onde acabariam perseguidos pelas lideranças anglicanas – o rompimento de Henrique VIII com o Vaticano se dera em 1534. Cecil Calvert, o segundo Lorde Baltimore, que deu continuidade ao trabalho de colonização iniciado por seu pai na região, conseguiu que jesuítas e protestantes convivessem em harmonia. E isso foi possível, em parte, porque os católicos receberam tratamento igualitário, sem favorecimentos. Os missionários seguiram as regras locais à risca, incluindo o benefício de receber terra para cada homem instalado na colônia. Como chegaram trinta jesuítas, o grupo ganhou 12 mil acres para se instalar. Era desta sede que partiam em viagem de reconhecimento das tribos locais, em geral derivadas dos mesmos algonquins que matariam tantos jesuítas no Canadá.

No entanto, em se tratando de América do Norte, sempre havia um contratempo. Desta vez, não aconteceu por obra de

indígenas. Em 1645, Richard Ingle foi da Inglaterra a St. Mary, território de Maryland onde ficavam instaladas as terras dos jesuítas. Dizendo-se protetor dos puritanos, com apoio declarado do parlamento em Londres, destruiu a missão dos inacianos, suas casas e suas plantações de tabaco. Ainda prendeu dois, os padres Thomas Copley e Andrew White^[20], e os levou a Londres para serem julgados. Os trabalhos chegavam ao fim, para serem retomados três anos depois.

Sem as mesmas terras, nenhuma restituição do patrimônio e com os poucos índios convertidos dispersos, eles precisaram recomeçar do zero. Ainda assim, logo inauguraram escolas e reforçaram o contingente católico, que em meados do século XVII somava pouco menos de 10% do total da região dominada por anglicanos e puritanos. Chegariam a 1.773, quando da supressão da Sociedade de Jesus, com vinte jesuítas conduzindo 10 mil católicos e comunidades que se espalhavam até a Filadélfia. Construíram também um patrimônio vistoso, que incluía de igrejas a fazendas.

Para a mão de obra responsável pela manutenção das terras, os inacianos usaram exatamente o mesmo recurso de qualquer outro fazendeiro local: escravos africanos. Os missionários, em geral, não viam problemas em manter outros seres humanos em regime de cativeiro. Dominava entre eles o pensamento

estabelecido pelo frei dominicano Bartolomé de las Casas, que, já no século XVI, argumentava que a escravidão de africanos se justificava porque a falta de liberdade era compensada pela conversão forçada ao cristianismo. Se continuassem morando na África, dizia o teólogo espanhol, não conheceriam a fé que os salvaria do inferno.

Atualmente, os jesuítas são 2.400 na América do Norte, ou 22% do total de religiosos da Companhia no mundo. Os Estados Unidos são o segundo maior país da ordem em número de pessoas, um feito impressionante para uma nação que não tem nem nunca teve maioria católica. Mas os americanos não podem dizer que sua maior cidade foi obra de um jesuíta. Os brasileiros, sim. A vila de São Paulo de Piratininga foi iniciada por um grupo de padres ainda em 1554, muito antes do desenvolvimento das missões na China e no Canadá.

Crescimento no Brasil

No Brasil, os jesuítas receberam condições de trabalho que não existiram em outros locais. Em primeiro lugar, chegaram cedo, logo no começo dos esforços de colonização. Além disso, tiveram exclusividade para estabelecer missões – levaria quatro décadas até que o acesso de outras ordens fosse liberado. E

estavam ancorados em Portugal, o reino mais agressivo em termos de ações colonizadoras naquele momento.

A Companhia de Jesus começou a se relacionar com o rei João III já em seu início – o monarca requisitou ao Vaticano que determinasse o envio de seis religiosos daquela ordem jovem e promissora. Na falta de pessoal, foram mandados apenas dois, ainda que nomes de peso: os fundadores originais Francisco Xavier e Simão Rodrigues foram muito bem recebidos pelo monarca assim que chegaram a Lisboa^[21]. Xavier acabaria deslocado para o esforço de colonização na Índia. Quando a Simão, a casa real solicitaria que fosse deslocado para a Terra de Santa Cruz. Contudo, o Brasil não era tão importante quanto as Índias, assim Inácio manteria Simão como o responsável pela ordem dentro de Portugal. Em seu lugar, despacharia Manoel da Nóbrega, um jovem gago bem avaliado pelos superiores que nunca conseguira alcançar cargos letivos^[22]. Nóbrega superaria todas as expectativas.

Nenhum europeu foi tão importante para o início da colonização do Brasil quanto ele. Do momento em que chegou à Bahia, em 29 de março de 1549, até sua morte no Rio de Janeiro, em 1570, o padre percorreu todo o território que formava a colônia, de São Paulo a Pernambuco. Definiu a estratégia de conversão que seria usada por dois séculos, mapeou vilas e

tribos, participou na contenção de guerras e rebeliões e foi decisivo para a fundação e o desenvolvimento de três grandes cidades, sem as quais seria impossível imaginar o país: Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Pragmático e incansável, ajudou a definir a personalidade da então chamada Província de Santa Cruz.

Sua atuação começou por Salvador. O missionário que chegou à cidade tinha 31 anos e acompanhava o militar português Tomé de Souza na missão de reiniciar a colonização da área, após cinco décadas desperdiçadas. A chegada de Pedro Álvares Cabral seria muito importante para os livros de história do futuro, mas representou pouquíssima diferença na vida dos indígenas que já habitavam a região fazia séculos. O controle português nem sequer estava estabelecido diante de outros países europeus que visitavam a costa, como os franceses e os holandeses. À exceção de alguns poucos degredados abandonados na costa, o esforço colonizador das primeiras décadas de Brasil era praticamente inexistente. Afinal, do ponto de vista dos lusitanos, o planeta tinha ficado maior muito rapidamente, e havia lugares mais interessantes para disputar.

O abandono era visível na Bahia, onde seria fundada a capital da colônia. Em 1549, existia uma vila onde hoje fica o Farol da Barra, em Salvador, e até mesmo uma capela, dedicada

a Nossa Senhora da Graça e mantida por seu morador mais ilustre, Diogo Álvares, o Caramuru, e Catarina Paraguaçu, sua esposa. Mas o lugar não tinha futuro. Viviam ali não mais do que cem homens brancos, tentando sobreviver cercados por pelo menos 5 mil índios tupinambás. Aos 46 anos, filho ilegítimo de um padre, Tomé de Souza não via a tarefa com prazer. Parecia um castigo ser despachado para um lugar tão menos importante do que, por exemplo, as Índias.

Para compensar, o governador-geral vinha com uma boa estrutura para fundar uma capital planejada, que seria a primeira, quatro séculos antes de Brasília. Trazia seis navios e mil homens, entre eles militares, carpinteiros, ferreiros, um médico, centenas de degredados – e seis jesuítas. A Companhia de Jesus chegava como a única ordem religiosa autorizada a atuar em Santa Cruz, em convívio com os chamados padres seculares, sem ligação com nenhum grupo organizado.

Sofrendo de saudades da esposa e da filha e pedindo com frequência que seu mandato de três anos não fosse esticado (acabaria durando quatro), Tomé chegava para construir São Salvador e organizar os esforços de colonização, uma iniciativa de mão dupla que incluía, necessariamente, a cristianização e a ocidentalização dos nativos. Logo agrupou e organizou os colonos e começou a construir uma cidade fortificada, assentada

sobre um território dos mais privilegiados, posicionado na entrada de uma baía e formado por uma terra com área plana e alta, escorada por uma encosta de setenta metros que facilitava a defesa, e uma faixa ao nível do mar com pontos privilegiados para a construção de fortes. O governador viajou muito, com o objetivo de conhecer a situação da colônia. Levava sempre consigo Nóbrega, que cumpria com disposição o papel desenhado para ele: personificar o braço religioso da missão^[23].

Manoel da Nóbrega nasceu provavelmente em Sanfins do Douro, ao norte de Portugal. A localização exata de seu nascimento é discutida, mas não há dúvidas de que veio ao mundo em uma família relativamente importante. Seu pai, Baltasar, era um desembargador de influência na corte. O jovem começou os estudos na Universidade de Salamanca, na Espanha, e os terminou em Coimbra, onde tentou, em vão, tornar-se professor. Foi contemporâneo de Inácio de Loyola e conheceu a ordem logo em seus primeiros anos. Até ser surpreendido com um convite para viajar ao Brasil, Manoel atuava em missões de caridade apenas na Península Ibérica, de onde nunca tinha saído. Em muitos hospitais portugueses e espanhóis, era conhecido como o Gago, tamanha era sua dificuldade de falar. Mesmo assim, suas vitórias na conversão de pessoas possuídas por demônios eram notadas. Por isso, foi escolhido para uma tarefa

para a qual nunca havia se candidatado: liderar o primeiro grupo de jesuítas a atuar em terras brasileiras.

Aqueles jovens religiosos de mentalidade moderna seriam cruciais no processo de substituição do regime de capitanias hereditárias, instaladas apenas quinze anos antes no Brasil e já marcadas pelo mais completo fracasso. Oficialmente encerradas por obra do Marquês de Pombal, dois séculos depois, na prática elas começavam a desaparecer muito rapidamente.

Não era a primeira vez que a coroa de Lisboa adotava a estratégia de lotear territórios e repartilos entre nobres que arcariam com os custos e riscos e, em troca, receberiam parcela considerável dos lucros. No fim do século XV, o sistema de capitanias tinha funcionado relativamente bem nas ilhas de Açores, de São Tomé e da Madeira. Antes disso, o mesmo também aconteceu no Alentejo e no Algarve, dentro do território de Portugal, quando estas regiões foram retomadas dos mouros. No Brasil, com exceção feita a Pernambuco, o fiasco foi gigantesco.

Ninguém na alta nobreza queria o presente de grego do rei. Apenas militares com passagem pelas colonizações na África e na Índia ou membros da burocracia aceitaram algum dos doze lotes da Colônia que foram distribuídos, cada um com tamanho equivalente a um país europeu. Quatro deles nem sequer

visitaram suas terras pessoalmente. Dos oito que o fizeram, Aires da Cunha, do Maranhão, morreu em naufrágio; Pero do Campo Tourinho, de Porto Seguro, foi preso por seus colonos e entregue nas mãos da Inquisição; já Francisco Pereira Coutinho, da Bahia, foi expulso pelos próprios moradores de Salvador, fugiu e acabou devorado por índios tupinambás. O rei João III não demorou para perceber que aquele canto do mundo precisava de outra abordagem.

Enquanto um novo formato de governo era discutido, o chefe dos jesuítas na colônia se movimentava bastante. Seguiu para Porto Seguro em 1550. No ano seguinte, já estava em Pernambuco. Em 1553, visitava São Vicente, a primeira vila do país, instalada mais de 2 mil quilômetros ao sul. Correu a costa até 1556, quando voltou a Salvador. Quatro anos depois, em 1560, viajava para o Rio de Janeiro. Entre idas e vindas do Rio a São Vicente, acabou ficando no litoral paulista a partir de 1565. Por fim, voltou para terras cariocas e ali permaneceu até falecer^[24].

Missa em São Paulo

Em São Vicente, Nóbrega resolveu colocar em prática o plano português de criar um primeiro ponto de apoio longe da costa.

Visitou o planalto de Piratininga e selecionou uma colina plana entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, na proximidade da aldeia Inhapambuçu. A aldeia ficava nos arredores do que hoje é o mosteiro de São Bento e era controlada pelo cacique Tibiriçá, líder dos estimados 25 mil índios tupiniquim da área^[25]. Atualmente, é ali que fica o Pátio do Colégio. A ordem apostou alto na região: quando o colégio foi fundado, metade dos 26 jesuítas instalados no Brasil estava em Piratininga, e outros cinco em São Vicente. Tinham bom motivo para isso. O clima era bom, a vegetação, baixa, e havia um grande número de indígenas perto o suficiente dos portugueses para facilitar a conversão.

Por ordem de Tibiriçá, os religiosos ganharam um barracão feito de taipa de pilão e coberto de folhas de palmeira, com aproximadamente 90 m^[2] de área. Ali, os religiosos criaram seu primeiro ponto de apoio para moradia e catequese. Nóbrega mandou rezar uma primeira missa em 29 de agosto de 1553.

A segunda missa foi conduzida pelo padre Manoel de Paiva, tendo José de Anchieta no apoio. Como na primeira cerimônia, não foi um evento de grande porte. Não havia autoridades coloniais presentes, mas muitos índios e uma boa quantidade de colonos. Foi na última semana de janeiro de 1554. Era a manhã do dia 25, data em que tradicionalmente se comemora a

conversão do apóstolo São Paulo. Por esse motivo, o jesuíta decidiu que o colégio não se chamaria mais Piratininga. Assim foi batizada a maior metrópole do país^[26].

A igreja só foi construída dois anos depois. A casa seria ampliada em 1556, uma obra coordenada pelo padre Afonso Brás que promoveu a criação de oito quartos para abrigar religiosos. Em 1667, colégio e igreja seriam reconstruídos, agora com pedra assentada usando barro^[27].

Atualmente, o Pátio do Colégio oferece retiros no estilo dos exercícios espirituais e realiza a solenidade da Bênção das Rosas, iniciada em 1583 por José de Anchieta quando a Congregação de Nossa Senhora do Rosário foi instalada na cidade. Sua biblioteca tem mais de 8 mil títulos.

São Paulo surgiu em um local bem conhecido pelos colonizadores desde a chegada do governador Martim Afonso de Souza, em 1532. Estava posicionado logo no começo do planalto e com saída rápida para as viagens que inaugurariam a exploração para além da linha de Tordesilhas. Quando os jesuítas desembarcaram na região dezoito anos depois, encontraram uma dinastia de homens brancos, vivendo como índios. Seu líder era João Ramalho.

Não se sabe onde João nasceu, nem exatamente como foi parar em Piratininga. Ao chegar, Martim Afonso de Sousa foi

recepcionado por ele. João era marido de Bartira, filha de Tibiriçá. Ele e outro europeu misterioso, Antônio Rodrigues, marido de uma sobrinha de Tibiriçá, viviam na aldeia de Piratininga e eram os líderes brancos de toda aquela faixa de terra. Nada se fazia sem seu consentimento, precisamente porque mantinham uma parceria forte com Tibiriçá – para quem a aliança com os ocidentais parecia o caminho para vencer seus inimigos de séculos, os carijós, os tupinambás e os tamoiós. Foi com o suporte de dois familiares de João que Nóbrega visitou a região pela primeira vez: André, um dos filhos do patriarca, e o padre Manoel de Paiva, primo de João que chegara ao Brasil em 1550 numa turma de quatro religiosos.

Ramalho possivelmente fora deixado para trás como degredado na primeira década de 1500. Adaptou-se perfeitamente à vida dos locais. Nóbrega escreveu sobre ele em 1553: afirmou que João tinha “muitas mulheres e ele e seus filhos andam com as irmãs (de suas esposas) e têm filhos delas. Vão à guerra com os índios e suas festas são de índios, e assim vivem, andando nus como os mesmos índios”. Capaz de arregimentar exércitos inteiros do dia para a noite, conhecedor de todos os caminhos à volta, dono de uma disposição que o fazia andar cinquenta quilômetros num dia, ele morreria apenas em 1580, provavelmente já beirando os 100 anos de idade.

Foi ele o fundador de Santo André da Borda do Campo, a partir de onde comandava suas atividades. Como o nome indicava, esta vila ficava logo no pé da serra, perto demais da mata atlântica. No entanto, seria um primeiro ponto de suporte logístico dos ocidentais que sobreviviam aos riscos de atravessar o paredão de rochas e a mata atlântica da serra. Em 1560, seus moradores seriam transferidos para São Paulo de Piratininga.

Ramalho, assim como Bartira e o cacique Tibiriçá, acompanhou a missa de criação de São Paulo e até abrigou a comitiva de jesuítas na véspera. Mas os jesuítas não suportavam seu estilo de vida e viam em seu lucrativo comércio de índios escravizados uma ameaça ao projeto colonizador. Os conflitos entre os dois lados seriam constantes.

O colégio de São Paulo ensinava a ler e escrever em tupi, além de dar noções gramaticais do latim. Os alunos eram crianças indígenas, que também aprendiam carpintaria e marcenaria. Manoel de Paiva fundaria ainda outros dois entrepostos para apoio militar, Guarulhos e São Miguel^[28]. Com esse suporte, e ao redor do colégio e da igreja construída a partir de 1556, é que surgiria a cidade.

A política de criar colégios seria levada muito a sério. Na mesma época, pouco antes e pouco depois, surgiriam centros de ensino em São Vicente, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São

Luís, Ilhéus e Recife. Serviam ainda para educar os filhos dos europeus em latim, matemática e astronomia^[29].

São Paulo também se estabeleceu como uma aldeia, um dos conceitos mais importantes colocados em prática por Nóbrega, e igualmente um dos mais polêmicos, que se tornaria causa de grandes conflitos entre jesuítas e colonos civis. As aldeias serviriam para abrigar o maior número possível de índios, que estariam protegidos dos contatos excessivos com colonos. Os silvícolas ficariam livres da ameaça de serem escravizados e, em troca, trabalhariam na agricultura e na construção de casas e seguiriam as regras católicas de comportamento. Aprenderiam não só a ser cristãos, mas também a viver num único lugar e a ter uma única esposa. Além disso, dominariam uma profissão e se tornariam figuras totalmente integradas ao novo mundo trazido pelos europeus. Era, na prática, o lugar ideal para que a conversão acontecesse da maneira mais rápida e completa possível.

Num primeiro momento, o governo geral atuou junto aos missionários para convencer a maior quantidade possível de índios a se mudar para a aldeia de Piratininga. Muitos deles foram transferidos a partir da antiga escola de São Vicente – jovens de três tribos inteiras, transportados para setenta quilômetros de onde viviam. Era uma experiência inédita, que

rapidamente se disseminaria por todo o território.

Além das aldeias e dos colégios, Nóbrega previa a instalação de uma terceira estrutura, as casas para moradia dos próprios jesuítas. Geralmente estabelecidas dentro de povoados, serviam como base para as viagens e ações de exploração a locais mais isolados. Essa tríade formada por colégios, aldeias e casas foi projetada pelo jesuíta em 1558, e passou a ser seguida à risca pelos governadores-gerais.

Ao fim da década de 1550, diversas mudanças importantes aconteceram dentro da estrutura da própria ordem. O responsável pelos jesuítas em Portugal, o jesuíta de primeira hora Simão Rodrigues, havia morrido em 1579. O próprio fundador faleceria em 1556. Quatro anos depois, já com Diogo de Laynez substituindo Inácio de Loyola, Nóbrega deixou o cargo de provincial. Com isso, pôde se dedicar ao apoio direto a Mem de Sá na destruição do forte francês Coligny, no Rio de Janeiro.

A vitória dava início à tomada dos portugueses de um território que, na prática, até então vinha sendo ocupado pelos franceses. Ao morrer, em 18 de outubro de 1570, Nóbrega foi enterrado na vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, que fundara junto com Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá. Ele havia instalado ali, em 1567, um colégio da Companhia no morro de São Januário.

Magro e sempre acostumado a usar roupas puídas, o padre Nóbrega comia pouco, andava muito, dormia quase nada. Gostava de conversar com os índios, especialmente quando ouvia suas perguntas – Deus tem cabeça? Tem esposa? O que come? Como se veste? Sobre os alimentos da terra, escreveu:

Ha nela diversas frutas, que comem os da terra, ainda que não sejam tão boas como as de lá, as quais também creio se dariam cá, se se plantassem, porque vejo que se dão uvas, e ainda duas vezes no ano, porém são poucas por causa das formigas, que fazem muito dano, assim nisto como em outras coisas. Cidras, laranjas, limões, dão-se em muita quantidade, e figos tão bons como os de lá. O mantimento comum da terra é uma raiz de pau, que chamam *mandioqua*, da qual fazem uma farinha de que comem todos, e dá também vinho, o qual, misturado com a farinha, faz um pão que escusa o de trigo. Há muito pescado e também muito marisco, de se que se mantêm os da terra e muita caça de mato e patos que criam os índios; bois, vacas, ovelhas, cabras e galinhas se dão também *em a* terra e *ha* delas grande quantidade.

O padre tinha a saúde bem debilitada. Em carta de 1557, já escrevia: “Fico deitando muito sangue pela boca. O médico de cá ora diz que é veia quebrada, ora que pode ser da cabeça. Seja de onde for, eu o que mais sinto é ver-me a febre ir gastando pouco a pouco”. Assim que chegou ao Brasil, José de Anchieta definiu o

chefe como estando “muito doente, magro, com a cara e os pés inchados e pernas cheias de pústulas”. Seu estômago doía tanto que Nóbrega só se sentia melhor quando saía em longas caminhadas, um hábito que fez parte de sua rotina desde que desembarcou em São Salvador, em 1549. E assim continuou, até o fim da vida.

Morreu muito doente, meditando sobre os textos de Santo Agostinho e chorando com frequência – Nóbrega sempre fora homem de lágrimas fáceis. Poucos dias antes de falecer, procurou por seus conhecidos para se despedir. Para onde estava indo?, perguntavam. Não havia barcos no porto. Ao que ele respondia: “À nossa pátria celestial”.

CAPÍTULO 3

João de Azpilcueta Navarro e a viagem por Minas Gerais

O padre basco, de família nobre e ligada ao ambiente universitário, viu-se dormindo no meio do mato, encharcado após dias inteiros de chuva. Perdidos, os treze homens procuravam esmeraldas, mas para isso precisavam encontrar uma trilha segura em meio a tribos de índios canibais. Para comer, não havia mais do que farinha e pão. No encontro com rios caudalosos, incluindo o São Francisco, precisavam parar por dias para fazer canoas, sem a ajuda de nenhum carpinteiro nem alguém com experiência em derrubar uma árvore. Ao ver algum dos muitos grupos de selvagens daquela região entre o interior da Bahia e das Minas Gerais, o religioso, sozinho, tentava convencer tribos inteiras de que todos ali seguiam a fé errada e mantinham costumes que os conduziriam a um pós-vida de fogo e sofrimento. Condenava a poligamia e o hábito de segurar cabaças mágicas, usadas para a comunicação com o além. O religioso sobreviveu à viagem, mas nunca mais recuperou a saúde.

Depois de 56 dias de viagem por mar, Manoel da Nóbrega chegou de Portugal acompanhado de cinco homens. Instalado em Salvador, começou a encaminhar cada um deles para um canto diferente da colônia. Leonardo Nunes seria enviado para

São Vicente^[30]. Antônio Pires seguiu para Pernambuco. Viajaram também Diogo Jácome, em direção ao Espírito Santo, e Vicente Rodrigues, que teria grande importância para os esforços missionários iniciais em São Paulo.

linha do tempo						
1521/1523	1549	1551	1553	1557	1580	1694
Nascimento de João de Azpilcueta	Chegada ao Brasil de João de Azpilcueta	Chegada a Salvador do primeiro grupo do Brasil, Pero Fernandes Sardinha	João de Azpilcueta viaja para Minas Gerais	Morte de João de Azpilcueta	Portugal é anexado ao reino da Espanha e os jesuítas perdem a exclusividade no Brasil	Começa o auge da exploração de ouro no Brasil

Por sua vez, João de Azpilcueta^[31] seguiria em uma viagem épica em direção ao norte de Minas Gerais, passando pelo interior da Bahia e o rio São Francisco. As autoridades civis procuravam por pedras preciosas. O jesuíta buscava infiéis e tentava convertê-los. A trajetória foi tão desgastante que João morreu em abril de 1557, apenas dois anos depois de retornar, já reinstalado em Salvador. Era jovem, com menos de 40 anos, mas estava muito doente.

O estado lamentável com que o religioso reencontrou os colegas era resultado da alimentação improvisada, das caminhadas com calçados inadequados e do uso de batinas escuras e quentes no calor do sertão. As febres eram recorrentes, os muitos ferimentos nas mãos, nos pés e no rosto demoravam a cicatrizar e o sono era difícil em lugares cheios de animais desconhecidos e índios potencialmente agressivos.

Ocasionalmente, os colonos ainda conseguiam convencer índios a atuarem como guias, caçadores, pescadores e navegadores. Nos trechos em que não havia nativos para ajudar, o percurso consistia em um acúmulo de improvisos e erros grosseiros cometidos por gente que não sabia se movimentar por aquele tipo de terreno. João de Azpilcueta, em especial, não tinha o menor preparo para a tarefa que tentava executar.

João tinha vínculos familiares fortes com a Companhia de Jesus. Nasceu entre 1521 e 1523 e era parente de Francisco Xavier – a mãe de João se chamava Maria Sebastiana de Xavier. Também tinha uma ligação com Nóbrega – seu tio, o teólogo Martín de Azpilcueta, foi um de seus mais importantes mentores dentro da Universidade de Coimbra^[32]. Defendeu o aluno gago muitas vezes, um gesto que Nóbrega jamais esqueceria.

Na dificuldade de pronunciar o sobrenome Azpilcueta, que pertencia a sua família de nobres e podia ser escrito de várias maneiras diferentes, João acrescentou um nome que fazia referência à região de onde vinha. Assim, virou João de Azpilcueta Navarro. Os colegas preferiam chamá-lo de Navarro. No Brasil, o padre Navarro ficou conhecido como o primeiro jesuíta da história a dominar o idioma dos índios e, em consequência, o primeiro a fazer confissões sem precisar de intérprete. Tudo isso já em 1550, apenas um ano após sua

chegada à Bahia. Depois de dois anos em Salvador, seguiu para Porto Seguro, uma região marcada pelos ataques recorrentes dos silvícolas contra os colonizadores. De acordo com seu próprio testemunho, os índios ficavam violentos quando bebiam:

Assim, chegamos a uma aldeia onde achamos os gentios todos embriagados, porque aqui têm uma maneira de vinho de raízes que embriaga muito, e quando eles estão assim bêbados ficam tão brutos e ferozes que não perdoam a nenhuma pessoa, e, quando não podem mais, põem fogo na casa onde estão os estrangeiros. Com tudo isto, porque chovia muito e íamos mui molhados, nos recolhemos em outra casa para nos enxugar, e daí a pouco vieram com grande fúria, com espadas e outras armas contra nós...

O padre ficou por poucos meses^[33]. Seu destino era o interior. Para se mostrar mais interessante e lucrativa do que uma simples fornecedora de pau-brasil, a colônia brasileira precisava das riquezas que os espanhóis encontraram em quantidades enormes nos atuais Peru e Bolívia. Enquanto os paulistas buscavam mapear e controlar o Rio da Prata, ao sul, o rei português Dom João III pedia a Tomé de Souza e Nóbrega que enviassem uma missão de exploração e colonização do Rio São Francisco. De acordo com os relatos ouvidos em Salvador e em Porto Seguro desde a chegada da expedição de Pedro Álvares

Cabral, havia no interior uma Serra Verde, onde existiria uma lagoa chamada Vupabaçu, cheia de pedras que os portugueses esperavam ser esmeraldas e safiras. O padre mesmo havia encontrado algumas dessas pedras, ainda que preferisse, meio brincando e meio a sério, ver os silvícolas sem elas.

E querendo nos despedir deles, fi-los primeiro benzer-se, e vendo as pedras preciosas que traziam nos beijos e no rosto lhes disse, como rindo, que os estorvam persignar-se, o que eles tomaram a sério, e, sendo de muito valor, jogaram-nas onde nunca mais apareceram, o que muito me consolou.

A viagem para as Minas Gerais foi preparada com o maior cuidado possível. Partiram para o interior treze ocidentais, incluindo João, na comitiva conduzida pelo castelhano Francisco Bruza de Espinosa, recém-chegado do Peru^[34]. O grupo foi acompanhado por índios armados que diziam conhecer as tribos do interior. Sabe-se pouco a respeito desta viagem, por um motivo simples: ela não alcançou o objetivo de encontrar pedras preciosas, e por isso mesmo não mereceu muitas cartas ou documentos. Mas existe uma correspondência, enviada pelo padre João a Coimbra, datada de 24 de junho de 1555. É o único registro conhecido da excursão, segundo o qual a trajetória

começou em outubro ou novembro de 1553.

Ao longo de um ano e meio, a equipe percorreu 1.600 quilômetros. Embora o itinerário exato seja desconhecido, é certo que passou pelo Rio Jequitinhonha, o Rio das Velhas e o Rio Verde. Passou ainda pelo Vale do Mucuri e pela faixa que hoje faz parte da divisa entre Bahia e Minas Gerais.

João e seus colegas sofreram ataques de animais, tempestades violentas, crises de frio e ataque de índios tapuias:

No outro dia nos fomos e passamos muitos despovoados, especialmente um de vinte e três jornadas por entre uns índios que chamam Tapuzas, que é uma geração de índios bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nós, com os cabellos compridos como mulheres: a sua falia é mui barbara e elles mui carniceiros e trazem freehas ervadas e dão cabo de um homem n'um momento. Para passar por entre elles, juntamos muitos dos que estão em paz comnosco, e passamos com espias adiante, com grande perigo.

Erguiam capelas de barro com cruzes de madeira sempre que algum contratempo os obrigava a ficar muitos dias num mesmo lugar, como, por exemplo, quando construía canoas. Por outro lado, o missionário se mostrou impressionado com a paisagem local e a diversidade da fauna.

Ha muita caça, assim de animaes como de aves: ha uns animaes que se chamam antas, pouco menores que mulas, e parecem-se com ellas, sinão que têm os pés como de boi. Também ha muitos porcos montezez e outros animaes que têm uma capa por cima á maneira de cavado armado; ha raposas, lebres e coelhos, como nessa terra. Ha muitas castas de macacos, entre os quaes uns pardos com barba como homens; ha veados, gatos montezez, onças, tigres e muitas cobras, entre as quaes ha umas que têm no rabo uma cousa á maneira de cascavel, e também sôa, e quando topam alguma pessoa bolem e fazem soido com elle, e si acerta de se não apartar, mordem-na e poucos escapam dos mordidos que não morriam. Ha umas aves que são como perdizes; outras como faisões, com outras muitas diversidades: também vi em poder de índios dois abestruzes.

O jesuíta não fundou aldeias, nem construiu igrejas ou converteu índios em quantidade. O trabalho efetivo de colonização naquela área começaria décadas mais tarde^[35]. Poucos anos depois, no começo da década de 1570, uma expedição muito maior, de mais de quatrocentos homens, voltou ao norte de Minas e encontrou algumas poucas esmeraldas. A exploração de ouro começaria, de fato, mais de cem anos depois.

Esboço de gramática

Ao longo de seus poucos anos no Brasil, João de Azpilcueta Navarro deixou um relato precioso, um texto com os primeiros fundamentos para traduzir tupi para o português e vice-versa. O documento seria usado pelo padre José de Anchieta na construção de sua própria gramática. João, aliás, foi quem iniciou José no trabalho de entender aquela língua tão difícil para os europeus.

Em Salvador, Nóbrega contou com a ajuda de um europeu, não nomeado, que vivia na Bahia desde criança e ajudou a traduzir algumas primeiras palavras. Porém foi Navarro, em Porto Seguro, que achou um intérprete capaz não só de fazer a tradução oral, mas também com conhecimento suficiente para transcrever o idioma dos próprios indígenas. Ele não informou o nome do colono, mas registrou sua importância gigantesca.

Achei um homem de boas partes, antigo na terra, e tinha o dom de escrever a língua dos índios, o que foi para mim grande consolação, e assim o mais do tempo gastava em lhe dar sermões do Testemunho Velho e Novo e Mandamentos, Pecados mortais e Artigos de fé, e Obras de Misericórdia, para tornar em a língua da terra.

A novidade seria fundamental para que, em poucos meses, breves manuais de rudimentos do tupi comessem a circular na

colônia e entre os jesuítas na Europa. Por orientação de Nóbrega, todos os religiosos convocados para vir ao Brasil deveriam ler esses textos e memorizar as orações mais básicas, como o Pai-Nosso, em tupi.

Para quem já estava na região ou chegava sem o dever de casa devidamente feito, Luis da Grã, o segundo provincial da ordem no país, instaurou um curso de um ano obrigatório para todos os missionários morando no Brasil. Só depois de dominar os fundamentos do idioma local é que os jovens religiosos eram enviados para visitar as tribos. Eles começavam se aproximando calmamente, usando as vestes escuras que muitos dos índios já conheciam bem, e em geral indicavam que eram homens pacíficos, que não andavam armados nem tinham o costume, tão comum a outros colonos leigos, de chegar sem aviso prévio, na calada da noite, para sequestrar e escravizar índios.

Os religiosos primeiro passavam alguns dias entre os silvícolas, comendo e dormindo com eles, sem demonstrar nenhuma pressa em iniciar o trabalho catequético. Até que, quando as lideranças davam sinais de boa vontade, finalmente chegava o momento de pregar sobre o reino do céu, em tupi e por meio de intérpretes sempre que necessário. Normalmente os religiosos preferiam iniciar o trabalho catequético à noite, quando todos os integrantes da tribo ficavam reunidos e

relaxados. Se a receptividade fosse boa, os religiosos tentavam convencer os pais a deixar os filhos serem alfabetizados e catequizados.

Essa rotina se mostrou muito eficiente para que os missionários tivessem acesso a seu público-alvo prioritário, os meninos e as meninas. A estratégia de converter tribos inteiras por intermédio das crianças era muito bem-vista e favorecia a instalação de colégios para índios, construídos nos arredores das tribos. Afinal, filhos cristãos convenciam, num momento posterior, os pais a se instalarem em aldeias criadas seguindo o critério definido por Nóbrega. Muitas vezes, os próprios tradutores que acompanhavam os religiosos mais inexperientes eram índios batizados quando crianças muito novas, mantidos na fé cristã ao atingirem a idade adulta. Já a iniciativa de transformar jovens índios em padres, defendida por alguns dos missionários, causava polêmica. Havia quem defendesse que os locais não tinham capacidade para tanto, nem condições de se transformar em pessoas supostamente superiores e afastadas dos desejos carnaís, como os religiosos.

Conhecer o idioma local era importante também para eliminar um problema grave: a dificuldade de confessar os locais. A confissão era importantíssima, pois ajudava a difundir a lista de comportamentos considerados inaceitáveis, a levar os

locais a fazerem exames de consciência e a repassar, para si mesmos, seus próprios erros segundo a doutrina cristã. No entanto, de acordo com as regras canônicas, ela tinha de ser feita sem testemunhas, apenas entre o religioso e o fiel arrependido – e esta exigência, na prática, eliminava a possibilidade de haver um tradutor. Num primeiro momento, os jesuítas instalados no Brasil pediram que, em caráter de exceção, intérpretes pudessem acompanhar esta conversa tão delicada. Conseguiram autorização, mas provisoriamente. Também por este motivo, era preciso que os religiosos aprendessem rápido.

Em casos de desobediência, os jesuítas previam o uso da violência, e para tanto contavam com o apoio das autoridades seculares. Os missionários tinham poder para levar pecadores e criminosos, indiscriminadamente, ao poder do Ouvidor Geral, que podia punir tanto com penitências religiosas quanto com prisão ou pena de morte. Um índio que havia assassinado um cristão foi amarrado a uma boca de canhão em público, e a arma foi disparada. Pedacos do cadáver voaram ao som dos gritos de euforia dos fiéis. Esse tipo de punição era acompanhada de discursos que explicavam o pecado do culpado. O objetivo era provocar obediência inspirada pelo temor.

“Por amor é mui difficultosa a sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo”, argumentou Nóbrega.

Blasfemar, fazer feitiçaria e abandonar a vida cristã depois do batismo eram passíveis de punição, assim como outras ações. Segundo a orientação do próprio Nóbrega:

A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem.

Só em 1580, com o controle de Portugal nas mãos do rei espanhol Filipe II e a unificação das colônias da América do Sul, é que os jesuítas perderam a exclusividade. O Brasil, assim, passou a receber capuchinhos, carmelitas, beneditinos e franciscanos. Haviam se passado três décadas muito intensas, de grandes transformações: o número de colonos tinha se multiplicado por dez, de 3 mil em 1549 para 30 mil. Os jesuítas aproveitaram bem o monopólio da evangelização e do poder proporcionado pela proximidade com os gestores civis. Ao mesmo tempo, encontraram inúmeras dificuldades.

Incansáveis, os inacianos mapearam as mais importantes

tribos dos moradores das faixas litorâneas, avaliando a situação dos colonos e definindo estratégias de ação. Em suas cartas, Nóbrega, o primeiro provincial do Brasil, relatou a existência dos índios carijós, aymorés, goyanazes, tupinambás e tupiniquins. Achou, inicialmente, que os locais não conheciam nenhum tipo de religião. “Esta gentildade nenhuma cousa adora, nem conhece a Deus; somente aos trovões chama Tupane, que é como quem diz cousa divina. E assim nós não temos outro vocábulo mais conveniente para os trazer ao conhecimento de Deus que chamar-lhe Pae Tupane.”

Ouviu dos índios histórias sobre um dilúvio. Para os locais, as chuvas tinham preservado um casal, que se protegera em um pinheiro e depois desceria em terra firme para repovoar o mundo. Foi informado também a respeito de relatos que entendeu como sinais de que São Tomé teria atravessado o Atlântico e se instalado no litoral da Bahia. Em suas próprias palavras:

Dizem elles que Santo Thomé, a quem elles chamam Zome, passou por aqui. E isto lhes ficou por dito de seus passados e que suas pisadas estão signaladas junto de um rio, as quaes eu fui ver por ter mais certeza da verdade e vi com os próprios olhos quatro pisadas mui signaladas com seus dedos, as quaes algumas vezes cobre o rio quando enche.

Dizem também que quando deixou estas pisadas, ia fugindo dos índios, que o queriam frechar, e chegando alli se abriu o rio e passou pelo meio á outra parte sem se molhar e dali foi para a índia. Assim mesmo contam que quando o queriam frechar os índios, as flechas se tornavam para elles e os matos lhe faziam caminho por onde passasse. Dizia também que lhes prometteu que havia de tornar outra vez a vel-os.

Os selvagens pareciam ingênuos e fáceis de conquistar, já que aparentemente não mantinham uma estrutura religiosa sólida. Esta primeira impressão não podia ser mais incorreta. Além de terem, sim, um sistema religioso, os locais seguiam o ciclo experimentado em outros continentes: o batismo não representava uma mudança total dos costumes, que incluíam poligamia, relação sexual entre familiares, nomadismo, e o hábito de beber muito e guerrear com frequência.

Outro ponto ainda se destacava: os silvícolas em geral tinham o costume, abominável aos olhos europeus, de comer carne humana. Os prisioneiros mais corajosos eram detidos por meses e, durante esse período, eram bem alimentados e tinham acesso tanto às cabanas quanto às mulheres e filhas dos índios inimigos. Até que, num ritual em que deveriam resistir a fim de demonstrar não ter medo da morte, eram assassinados e cozinhados. Os melhores pedaços eram degustados pelos

guerreiros, que assim incorporavam a coragem do morto. Esta era a prática mais comum, ainda que não a única. Havia tribos em que a matança era indiscriminada e corpos humanos se espalhavam por toda a tribo. Sobre o assunto, João Navarro escreveu:

Depois de algo introduzidos os desta aldeia na fé, passei adiante, a outra, e, chegando, me disseram que então haviam acabado de matar uma moça, e mostraram-me a casa e, entrando nela, percebi que a estavam cozendo para comê-la; a cabeça estava pendurada em um pau. Comecei-lhes a estranhar e enfear o caso, tão abominável e contra a natureza. [...] depois fui a outras casas, nas quais achei pés, mãos e cabeças de homens no fumo. Aos donos dessas casas também enfeeí muito aquilo e os persuadi que aborrecessem tão grande mal. Depois nos disseram que todos enterraram as carnes, até a moça que estava sendo cozida, e parece-me que algum tanto se emendaram, ao menos não vemos mais ao descoberto tais coisas.

Concorrência acirrada

Além disso, a concorrência com os pajés era forte. Isolados em suas casas, eles eram procurados para combater os espíritos malignos responsáveis, na crença dos indígenas, por provocar doenças e morte. Também orientavam as mudanças frequentes

de local da tribo, que provocavam grande desperdício de tempo para os missionários – os batizados se mudavam e, afastados dos europeus, muito depressa voltavam aos hábitos antigos. Além disso, os jesuítas estavam em número insuficiente e precisavam dividir a rotina em visitas para cada aldeia. Chegavam a visitar três por dia, e passavam no máximo uma vez por semana em cada uma. No resto do tempo, os locais ficavam novamente expostos à influência dos pajés e curandeiros, que, do ponto de vista dos missionários, tinham ligação com o diabo e precisavam ser severamente questionados. Nesses casos, como argumentava o padre Navarro, batizar crianças e idosos doentes não era uma solução. Ele observou várias vezes que, quando os religiosos viravam as costas, os líderes dos índios diziam que as palavras pronunciadas para aceitar o batismo provocavam a morte. Com isso, afastavam muitos dos recém-convertidos ao catolicismo.

As missões também sofriam com a falta de recursos humanos e financeiros. A primeira igreja erguida pelos jesuítas na Bahia foi feita de taipa, exclusivamente por padres e sem ajuda dos demais moradores, e desabou em 1552 com as fortes chuvas que ainda hoje assolam a cidade. Ao longo das primeiras décadas de trabalho, os missionários reclamaram, mais de uma vez, que os colégios criados na colônia tinham dificuldade em

manter os alunos por pura falta de comida para sustentá-los. A situação era especialmente precária em São Vicente, onde a terra não era boa para plantio, e também na Bahia em tempos de guerras entre diferentes tribos – sendo que os silvícolas é que trabalhavam na agricultura.

Tão logo chegaram, os missionários começaram a requisitar ao rei ferramentas, sementes, tachos e, para as igrejas, crucifixos, missais e até mesmo toalhas. Para explorar melhor os recursos naturais da colônia, pediram ainda que a sede do império em Portugal enviasse profissionais como carpinteiros e ferreiros, de preferência com suas esposas, e com dinheiro e suas próprias ferramentas para iniciar o trabalho de imediato – ferramentas eram importantíssimas, pois demorou muito para que os locais instalassem suas fundições de metal.

Nóbrega igualmente experimentou dificuldades com os europeus que já viviam no Brasil. Principalmente os degredados, mas também os próprios padres que residiam na região e não estavam ligados à ordem dos inacianos. Esses religiosos tinham o costume de viver com as mulheres locais, beber muito e não participar dos sacramentos católicos. “Somente temo o mau exemplo que o nosso Cristianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres”, escreveu. Em casos de

desobediência aberta às leis cristãs, os religiosos jesuítas, inconformados, saíam pelas ruas flagelando a si mesmos e gritando que Deus tivesse misericórdia das pessoas. Certa vez, quando soube que um padre estava vivendo abertamente com uma mulher em uma determinada casa, Nóbrega se posicionou na porta, gritando para a rua inteira que ali dentro, naquele momento, Cristo estava sendo crucificado.

Em Pernambuco, onde chegou acompanhado do padre Antônio Pires, o chefe dos jesuítas brasileiros ficou particularmente irritado. Encontrou padres informalmente casados com índias, subindo ao púlpito para pregar, com tranquilidade, que todos os homens estavam autorizados a pecar com suas escravas.

Os clérigos desta terra têm mais ofício de demônios que de clérigos; porque além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas, e que podem ter os salteados, pois que são cães [...]. Cuido que, se não fora pelo favor que temos do Governador e principais da terra, e porque Deus não o quer permitir, que nos tiveram já tiradas as vidas.

Nóbrega fez valer sua influência para com o rei português

para conseguir que as esposas fossem encontradas em Portugal e enviadas para o Brasil. As mulheres indígenas com filhos foram recolhidas a uma casa construída especialmente para este fim. Dali, eram encaminhadas para casamentos cristãos com colonos de menos posses. Para os mais ricos, Nóbrega pediu, com insistência, que órfãs portuguesas fossem mandadas para o Brasil – coisa que de fato aconteceu.

Entre 1551 e 1558, chegaram ao Brasil vinte órfãs, filhas de funcionários da realeza mortos e acolhidas em Lisboa pela instituição Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação. Eram poucas meninas, mas cumpriram o papel que lhes foi atribuído, fundando uma primeira geração de famílias de elite na nova colônia.

Nesta terra *ha* um grande pecado, que é terem os homens quase todos negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres. E estas deixam-nas quando lhes apraz, o que é grande escândalo para a nova Igreja que o Senhor quer fundar. Todos se me escusam que não têm mulheres com que casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem; em tanto que uma mulher, ama de um homem casado que *veiu* nesta armada, pelejavam sobre ela a quem a haveria por mulher, e uma escrava do Governador lhe pediam por mulher e diziam que lhe queriam forrar. Parece-me *cousa* muito

conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas muito bem, com tanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que todas casarão muito bem, porque é terra muito grossa e larga, e uma planta que se faz dura dez anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam ramos, e logo arrebentam. De maneira que logo as mulheres terão remédio de vida, e estes homens remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra.

Em reação, o clero secular local não gostava da postura dos jesuítas. As disputas se iniciaram já com o primeiro bispo do país, Pero Fernandes Sardinha. O curioso é que ele se instalou em 1552 a pedido dos próprios jesuítas, que sentiam falta de um líder de peso na capital. Teólogo, Sardinha fora professor de Inácio de Loyola, o que só piorou a situação: ele conhecia bem a linha de atuação do grupo e não gostava nem um pouco dela. Logo começou a perseguir a ordem, em parte porque não concordava com as flagelações públicas que os jesuítas costumavam protagonizar no meio da rua, em dias de celebrações religiosas importantes.

Foi o começo de uma série de medidas que, por alguns meses, prejudicaram gravemente a ordem: Sardinha proibiu os

jesuítas de pregar em tupi, fazer confissões com a ajuda de intérpretes e permitir a presença de índios dentro de igrejas. O bispo acabaria desaparecendo em um naufrágio quando voltava para a Europa, em 1556. Existem fortes indícios de que tenha sido aprisionado e devorado por uma tribo de caetés onde hoje fica Coruripe, em Alagoas.

No entanto, havia algo em comum entre Sardinha e os jesuítas que perseguiu: ele tinha total ciência de que a música era importante no trabalho de evangelização. O bispo trouxe em sua comitiva os primeiros professores de música da história do Brasil. Quando chegaram, o padre Navarro já era um dos mais eufóricos usuários da estratégia de ensinar canções sacras aos índios, e também de adaptar suas cantigas para as letras de teor católico.

Para isso, os órfãos enviados da Europa eram muito utilizados, e impressionavam os índios cantando em procissões religiosas nas ruas.^[36] Os corais de garotos eram acompanhados de padres portando velas e estandartes. Com o tempo, jovens indígenas, que também se mostravam muito talentosos para os cantos, passaram a ser incorporados aos desfiles sacros.

Em 1556, o padre Antônio Rodrigues já havia fundado várias aldeias ao redor de Salvador, nas quais os tupinambás aprendiam a cantar e a tocar instrumentos lendo partituras. João

Navarro participou do início desse trabalho. Tudo, em sua vida de missionário, acabou parecendo um passo tímido e difícil. José de Anchieta retomou os trabalhos a partir desse ponto, especialmente no que tange à gramática e à exploração de novos territórios. Com ele, os acontecimentos se dariam em uma escala muito mais ampla.

CAPÍTULO 4

José de Anchieta e o nascimento da literatura brasileira

Aliados dos franceses, os tamoios dominavam a área que hoje corresponde ao litoral norte de São Paulo e o litoral sul do Rio de Janeiro. Estavam sempre em guerra contra os portugueses e os índios adeptos. Assim, os lusos enviaram dois jesuítas de peso para negociar com os tamoios. Foram bem recebidos pelas lideranças, mas não por todos os demais. Quando um nativo reuniu trinta homens em oito canoas, dizendo que iria matar Manoel da Nóbrega e seu colega, os dois religiosos tiveram de fugir. Doente, cuspiendo muito sangue e com os pés cobertos de feridas, Nóbrega não podia correr. Foi carregado nas costas por seu irmão de fé. Na fuga, os dois precisaram atravessar um rio, com água na altura da cintura. Caçados pelos índios, exaustos e ensopados, os dois se esconderam no meio do mato. E ali esperaram, rezando, sem saber se havia chegado o momento de enfrentar o martírio.

O frei que carregou Nóbrega nas costas era José de Anchieta. Transcorrida em 1563, a história acabou bem para os dois: um índio ajudou Anchieta a carregar o padre mais velho até uma cabana, onde ambos se esconderam enquanto o jovem indígena era acalmado por seu pai, que havia acolhido os jesuítas. Seus

colegas, na maioria, ficaram felizes em saber que aqueles brancos não iriam morrer. Gostavam deles, a ponto de lhes oferecer suas mulheres e filhas todos os dias, com muita insistência.

linha do tempo

1534	1553	1556	1573	1577	1597
Nascimento de José de Anchieta	Chegada de José de Anchieta ao Brasil	Início da Confederação dos Tamoios	Instalação da Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro	Anchieta se torna provincial do Brasil	Morte de José de Anchieta

Espantados com a recusa, perguntavam se elas eram feias. Ouviam que não, não era esse o caso. Questionavam então: os religiosos não sentiam nenhum tipo de desejo físico, nenhuma atração pelo sexo oposto? Ao que Nóbrega respondeu, mostrando os chicotes que usava para autoflagelação: “Quando vêm semelhantes tentações, acudimos com este remédio”. Os índios continuavam sem entender nada, mas os líderes chegaram à conclusão: dois homens tão diferentes assim só podiam ser santos mesmo.

Entre os tamoios da atual região de Ubatuba, no litoral paulista, Nóbrega e Anchieta buscavam um entendimento que garantisse a ocupação portuguesa da costa. Por isso se instalaram dentro da tribo e passaram a morar com eles por alguns meses. Era uma tarefa delicada: naquele momento, os tamoios faziam parte do grupo de povos que conduzia uma rebelião contra os colonos portugueses e seus métodos violentos,

bem mais agressivos do que os dos franceses, partidários de uma estratégia de negociação normalmente respeitosa.

Por vezes, guerreiros mais afoitos ameaçavam os religiosos. Havia alguma polêmica, entre os silvícolas, sobre a seriedade daqueles homens que, por mais simpáticos que parecessem, continuavam sendo ligados aos portugueses. Para convencer ao menos os líderes tamoios da firmeza de seus propósitos, após dois meses de convívio diário com os locais, Nóbrega tomou uma decisão ousada: partiu em viagem a São Vicente, a fim de apresentar as condições dos tamoios para que a paz se estabelecesse. Em sinal de boas intenções, deixou Anchieta como refém. O colega aceitou os riscos prontamente, e os índios se mostraram impressionados pelo gesto.

Dias depois, chegou a Manoel a informação de que Anchieta havia sido morto pelos índios. Desesperado, lamentou-se aos gritos não ter sido ele a ficar. Era boato: o religioso estava vivo e continuava muito bem tratado. Faleceria apenas em 1597, no Espírito Santo. Mas, se tivesse sido assassinado em Ubatuba, certamente não demonstraria nenhum tipo de arrependimento. Para Anchieta, a morte violenta como resultado da defesa da fé teria sido até mesmo desejada. Mais de uma vez, ele escreveu que era o tipo de destino que aceitaria com tranquilidade.

Manda que, por Jesus, por seu nome divino,
derramando meu sangue, encerre meu destino!
Pois quem, por me remir, sofreu morte inclemente,
derramando seu sangue em liberal torrente,
sofrendo eu o martírio, e atroz morte curtindo,
por servo me conheça, una em amor infindo!

Ao todo, José de Anchieta passou cinco meses entre os índios tamoiós. Foi neste período que escreveu, riscando as areias da praia de Iperoig com um graveto, os versos que lhe ocorreram enquanto sublimava as tentações carnavais oferecidas pelos índios. Ao retornar para casa, ele transcreveria, de memória, a obra que compôs diante do Oceano Atlântico.

Depois de colocado no papel, o poema de mais de 4 mil versos em latim seria batizado *De Compassione et Planctu Virginis in Morte Filii*, ou “Compaixão da Virgem na morte do Filho”. Ficaria mais conhecido como “Poema da Virgem”:

Por que ao profundo sono, alma, tu te abandonas,
e em pesado dormir, tão fundo assim ressonas?
Não te move a aflição dessa mãe toda em pranto,
que a morte tão cruel do filho chora tanto?
O seio que de dor amargado esmorece,
ao ver, ali presente, as chagas que padece?
Onde a vista pousar, tudo o que é de Jesus,
ocorre ao teu olhar vertendo sangue a flux.
Olha como, prostrado ante a face do Pai,

todo o sangue em suor do corpo se lhe esvai.
Olha como a ladrão essas bárbaras hordas
pisam-no e lhe retêm o colo e mãos com cordas.
Olha, perante Anás, como duro soldado
o esbofeteia mau, com punho bem cerrado.
Vê como, ante Caifás, em humildes meneios,
aguenta opróbrios mil, punhos, escarros feios.
Não afasta seu rosto ao que o bate, e se abeira
do que duro lhe arranca a barba e cabeleira.
Olha com que azorrague o carrasco sombrio
retalha do Senhor a meiga carne a frio.
Olha como lhe rasga a cerviz rijo espinho,
e o sangue puro risca a face toda arminho.
Pois não vês que seu corpo, incrivelmente leso,
mal susterá ao ombro o desumano peso?
Vê como a destra má finca em lenho de escravo
as inocentes mãos com aguçado cravo.
Olha como na cruz finca a mão do algoz cego
os inocentes pés com aguçado prego.
Ei-lo, rasgado jaz nesse tronco inimigo,
e c'o sangue a escorrer paga teu furto antigo!
Vê como larga chaga abre o peito, e deságua
misturado com sangue um rio todo d'água.

Ao fim das negociações, e como resultado de sua relação amigável com os índios, o missionário acabou sendo escoltado na volta para São Vicente. No fim das contas, o acordo não aconteceu. A tribo acabaria derrotada militarmente pelos

portugueses quatro anos depois, durante uma campanha liderada por Estácio de Sá, com apoio dos índios temiminós^[37]. Anchieta estava lá novamente, como capelão do exército luso.

Decisivos durante a fundação do Rio de Janeiro, em 1565, e também nos episódios que envolveram a expulsão definitiva dos franceses, os jesuítas participavam de missões não religiosas, militares em especial, na mesma medida em que esperavam o apoio das autoridades civis para suas próprias questões. Um exemplo dos problemas eram os conflitos contra os colonos, que prendiam e escravizavam índios e, assim, atrapalhavam o trabalho de catequese. Naquele momento da colonização, a contrapartida do estado vinha na forma de apoio para as políticas jesuítas sempre que entravam em conflito com os colonos. O terceiro governador-geral, Mem de Sá, mostrou-se particularmente favorável aos religiosos.

Foi ele quem resolveu a grave dificuldade financeira dos jesuítas para fundar estruturas de ensino – em 1564, por seu intermédio, Portugal passou a liberar dinheiro para manter e formar sessenta estudantes. Quatro anos depois, também bancou a construção do colégio do Rio de Janeiro. Mesmo na formação das aldeias jesuíticas, o governo exercia uma função estratégica. As tribos convidadas a se mudar para os territórios dos religiosos eram escoltadas por uma tropa do governo, uma

clara forma de pressão para quem tinha dúvidas quanto à obrigatoriedade da conversão. Em reconhecimento a suas atitudes, Mem de Sá foi homenageado por uma obra, escrita muito provavelmente por Anchieta: o poema épico *De Gestis Mendi Saa* (título em latim para “Os feitos de Mem de Sá”), que transformou o líder da colônia em um herói enviado por Deus para curar a terra brasileira de seus males.

O texto afirmava que Jesus, o “general da milícia celeste”, soprava aos ouvidos do governador-geral que era preciso “impor justo freio ao furor dos selvagens”. E continuava:

Sujeita as plagas brasílicas! que o terror e o tremor que inspiras invada as aves e os brutos da terra, invada os povos cruéis, que rompendo alianças, contra a lei natural, matam e despedaçam os homens, à maneira de feras.

O conflito religioso fazia parte do pano de fundo da guerra contra os franceses, mas também das dificuldades com os indígenas. Anchieta era defensor convicto do princípio de guerra justa, segundo o qual um bom cristão nunca provocava a violência, mas podia ir à guerra inúmeras vezes, sempre que necessário, para garantir o triunfo da verdade e da justiça. Pensava assim em coerência com um conceito elaborado por Santo Agostinho, no século V, e reforçado por Tomás de Aquino,

o pensador mais importante para os jesuítas e para o Vaticano no período da Contrarreforma: pegar em armas era um mal menor, desde que o coração de quem apertava o gatilho estivesse recheado de intenções genuinamente cristãs.

De acordo com Agostinho, para ir à luta era preciso que três critérios fossem observados: os cristãos fossem atacados pelos inimigos e nunca tomassem a iniciativa; as pessoas que atacassem tivessem algum tipo de culpa; em sua justa ação de autodefesa, os cristãos tivessem boas intenções. Teria sido o caso de um episódio nebuloso envolvendo Anchieta, com a aplicação da pena de enforcamento a um francês que cometera heresias contra o catolicismo.

Em outra versão, tratava-se apenas de um grupo de soldados, derrotados na guerra pelo controle da Baía de Guanabara e punidos por razões puramente civis. Irritado com a incompetência do carrasco em matar o soldado, o próprio Anchieta teria estrangulado o francês. Se comprovado, seria um gesto chocante para a biografia do santo, uma ação gratuita em desacordo com os preceitos agostinianos. Mas a verdade é que não está claro o quanto o apóstolo participou da morte. Há controvérsias até mesmo a respeito da identidade do morto, e não existe nenhum documento ou testemunho confiável de que o religioso teria aplicado a pena capital por sua conta^[38].

De toda maneira, José de Anchieta era um homem de seu tempo e pensava de forma coerente com o que se esperava de um missionário europeu atuando no Brasil. Entretanto, à parte o envolvimento na diplomacia, nos conflitos militares e no uso da violência como medida necessária contra franceses e índios, sua atuação mais importante e de maior impacto no futuro do Brasil se deu no campo da cultura.

Entre aventuras e expedições, Anchieta teve tempo para formar uma obra literária de respeito, além das cartas trimestrais, quadrimestrais e anuais que elaborava – primeiro a mando de Manoel da Nóbrega, enquanto foi provincial, e mais tarde em seu próprio nome, quando ele mesmo, por dez anos a partir de 1577, assumiu a gestão da missão jesuítica no Brasil^[39].

O apóstolo do Brasil foi também um intelectual de porte, só superado entre seus irmãos no século seguinte, por Antônio Vieira. Tinha memória excelente e gigantesca facilidade com idiomas. Com apoio de João de Azpilcueta, em poucos meses Anchieta dominou rapidamente e a fundo os idiomas dos indígenas, a ponto de elaborar a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, obra de referência para todos os missionários que vieram depois e para qualquer historiador disposto a conhecer ramos idiomáticos importantes do tupi e do guarani no século XVI. O gosto por línguas, um dos critérios que

fariam dele uma pessoa indicadíssima para o trabalho missionário, já era evidente em seu período de formação em Portugal.

Terra saudável

O apóstolo nasceu em 19 de março de 1534, em São Cristóvão da Laguna, nas Ilhas Canárias, uma região na costa do Marrocos que ficava sob controle espanhol. Seu pai, o basco Juan López, vivia ali como exilado voluntário após participar de um movimento contra o imperador Carlos V. A família de sua mãe, Mencia Díaz de Clavijo y Llarena, tinha origem judaica e era cristã-nova, convertida recentemente. A combinação de problemas com o rei e possíveis perseguições de parte da Inquisição espanhola levaram Juan e Mencia a preferir que o jovem estudasse em Portugal, para onde foi enviado aos 14 anos.

Com apenas 17 anos, estudando em Coimbra, Portugal, José entrou para a Companhia de Jesus. Tinha noções de filosofia e teologia e conhecia quatro idiomas, latim, grego, espanhol e português. Seguiu para o Brasil com 19 anos e, assim como muitos outros missionários de sua geração, nunca mais voltaria à Europa. Foi enviado tão jovem e com apenas dois anos de noviciado porque seus superiores diziam que os ares da terra

salvariam sua saúde. Não foi o que aconteceu. O jesuíta não morreu cedo, pelo contrário, permaneceu no Brasil até falecer com 63 anos, após quatro décadas de trabalho missionário. No entanto, em boa parte de sua vida de missionário, dormia apenas de três a quatro horas por noite. Não conseguia conciliar o sono porque sentia dores constantes nos ossos, sobretudo na coluna sempre curvada. A aparência frágil tinha um efeito poderoso sobre os indígenas: reforçava o aspecto de um homem santo, etéreo, que tinha contato direto com a divindade. Para os indígenas de Ubatuba, por exemplo, o celibato só reforçaria essa forte impressão.

Anchieta era também um professor carismático. Usava todos os recursos audiovisuais disponíveis em sua época, de músicas e estandartes a longas sessões de perguntas e respostas, para convencer as crianças indígenas. Misturava latim com tupi, de forma a incorporar o idioma local aos conceitos cristãos – daí surgirem as correlações entre personagens do folclore silvícola com demônios assustadores da mitologia europeia e o uso de figuras cristãs apresentadas em tupi.

Também traduziu relatos bíblicos para o tupi, na forma de textos a serem interpretados nas ruas, praças e aldeias, para que os índios alfabetizados pudessem se aprofundar em seus estudos. Assim, introduziu o teatro no Brasil. Além disso, deu

origem à música produzida no país para acompanhar a dança conhecida como cateretê. As canções eram compostas por letras religiosas em latim e tupi com ritmo de canções indígenas. Ao todo, sua obra é formada por mais de oitenta trabalhos, entre autos, poemas sacros, cartas e sermões, e marca o início da literatura brasileira^[40].

Como aponta o historiador de literatura Alfredo Bosi, em seu livro *Dialética da colonização*, citando um texto do apóstolo,

Jandé, rubeté, Iesu, Jandé rekobê meengãra,
oimomboreausukatú, Jandé amotareymbãra.

Jesus, nosso verdadeiro Pai, senhor da nossa existência,
aniquilou nosso inimigo.

As palavras são tupis (com exceção de Iesu), tupi é a sintaxe: mas o ritmo do período, com seus acentos e pausas, não é indígena, é português. O ritmo, mas não a música toda, pois a corrente dos sons provém do tupi.

Aculturar também é sinônimo de traduzir.

As traduções de conceitos cristãos para os indígenas ficavam assim:

Bispo é Pai-guaçu, quer dizer, pajé maior. Nossa Senhora às vezes aparece sob o nome de Tupansy, mãe de Tupã. O reino de Deus é Tupãretama, terra de Tupã. Igreja, coerentemente, é tupãôka, casa de Tupã. Alma é anga, que

vale tanto para toda sombra quanto para o espírito dos antepassados. Demônio é anhangá, espírito errante e perigoso. Para a figura bíblico-cristã do anjo, Anchieta cunha o vocábulo karaibebê, profeta voador...

Contudo, pregar usando a linguagem local não era o suficiente para converter. Havia outro ponto bem mais incisivo: era preciso mostrar serviço, melhorar a vida dos locais de uma maneira prática, cuidando da saúde das pessoas. Os remédios eram, dessa forma, parte importantíssima do trabalho dos missionários, e Anchieta, ele mesmo um excelente curandeiro, sabia disso.

Dizia que a cura de doenças estava diretamente ligada à cura de almas. As plantas tradicionalmente usadas pelos locais eram colhidas e transformadas em medicamentos fundamentais em vários sentidos. Afinal, os religiosos em geral eram jovens europeus, isolados a milhares de quilômetros de casa, tentando convencer os silvícolas de sua religião e os colonos de seu valor. Para os índios, uma religião que não curasse não seria levada a sério – e os missionários se viam envolvidos em situações em que era preciso até mesmo atuar como cirurgiões e parteiros. Já entre os colonos e os próprios religiosos, bons remédios produzidos no local podiam fazer a diferença entre a vida e a morte. E também render um bom dinheiro quando vendidos nas

idades, ou até mesmo exportados para a Europa.

Era igualmente necessário lidar com as epidemias por um motivo prático: os índios que morriam muitas vezes faziam parte da mão de obra utilizada pelos próprios religiosos, além de se mostrarem lideranças cristãs que davam trabalho para serem formadas. Em 1562, por exemplo, uma epidemia de varíola se espalhou pelo interior do país e matou mais de 30 mil índios, incluindo cerca de um terço dos moradores das aldeias de jesuítas.

Anchieta acreditava na força dos sacramentos; dizia que um índio muito machucado em combate tinha sido salvo pela eucaristia, e que uma índia portadora de doença mental havia melhorado depois de batizada. Mas também conhecia muito bem e recorria com frequência à casca da raiz de sassafrás, usada na forma de chá para lidar com artrite. Já o guaraná curava disenteria; a andiroba era aplicada em ferimentos provocados por flechas; o suco de cansanção era levado aos olhos para aplacar casos de conjuntivite.

Porém nenhum desses medicamentos equivalia à misteriosa Triaga Brasília, desenvolvida dentro do Colégio da Bahia, que continha uma das maiores boticas do país. Resultado de 78 tipos diferentes de plantas, selecionadas em todos os cantos da colônia (e incluindo quantidades misteriosas de jurubeba,

gengibre, batata-do-campo, aipo e açafrão, entre muitos outros ingredientes), ele ofereceria a cura para todo e qualquer tipo de mal, de mordida de cobra e cólicas intestinais a febre e epilepsia.

Mesmo quando empregavam técnicas antigas, aprendidas com os pajés, os religiosos tomavam o cuidado de cercar a cura de uma mística católica. Usavam batinas, hóstias, lanternas, missais, cálices e água benta para reforçar o aspecto sagrado do que faziam e, com isso, convencer os indígenas de que carregavam a religião verdadeira, capaz de curar também o corpo, em oposição direta aos curandeiros da terra. Como escreveria Anchieta a respeito dos pajés, considerados emissários do demônio:

Já não ousas agora servir-te de teus artifícios,
perverso feiticeiro, entre povos que seguem
a doutrina de Cristo: já não podes com mãos mentirosas
esfregar membros doentes, nem, com lábios imundos
chupar as partes do corpo que os frios terríveis
enregelaram, nem as vísceras que ardem de febre,
nem as lentas podagras nem os baços inchados.
Já não enganarás com tuas artes os pobres enfermos,
que muito creram, coitados!, nas mentiras do inferno.

Havia também os religiosos mais práticos, que lidavam com questões imediatas como a aplicação de sanguessugas e a

realização de torniquetes para amputar membros comprometidos. João Gonçalves, na Bahia, e Gregório Serrão, em São Paulo, são considerados os primeiros enfermeiros de ofício da história das duas cidades. Com o passar dos anos, todos os colégios e boa parte das residências de jesuítas, e mesmo algumas aldeias maiores, passaram a manter enfermarias.

Por sua vez, as boticas onde ficavam armazenados os ingredientes naturais e onde eram produzidos os remédios faziam parte do lado preventivo e paliativo dos cuidados com a saúde^[41]. Uma das mais importantes boticas dos missionários ficava no Rio de Janeiro, dentro da Fazenda de Santa Cruz. Esta construção foi um dos mais impressionantes feitos dos jesuítas no Brasil, resultado de um processo acelerado de desenvolvimento dos trabalhos missionários na região.

Latifúndios com escravos

Em pouco tempo, logo depois da instalação em definitivo dos portugueses na cidade, a missão no Rio de Janeiro cresceu consideravelmente na qualidade de sua infraestrutura. Os jesuítas passaram a receber doações de imóveis, entre terrenos e residências, e começaram a plantar alimentos para consumo próprio e cana-de-açúcar para venda. Para alimentar o colégio

da cidade, os religiosos mantinham a Fazenda de Santa Cruz, a oeste da cidade, onde trabalhavam escravos africanos^[42].

O terreno, que hoje se encontra no bairro de Santa Cruz, foi doado pela viúva do fundador da fazenda, o ouvidor-mor do Rio de Janeiro Cristóvão Monteiro. Tornou-se um símbolo do poder dos religiosos e de sua habilidade em liderar as questões logísticas e financeiras que sustentavam o trabalho missionário. A cruz a que o nome da fazenda se refere era pintada de preto e repousava sobre um suporte de granito. Situada de frente para o mar e com acesso para os caminhos que levavam às Minas Gerais, a fazenda dominava a vasta faixa de terra que seguia da atual Mangaratiba até Vassouras. Mantinha uma escola de música, que alimentava uma orquestra e um coral, e contava com uma ponte usada também como represa, fundamental para gerenciar as águas do rio Guandu. Um hospital erguido em 1700 abrigaria todos os moradores, incluindo os escravos, e colonos que pagavam para se internar e receber atendimento de ponta. Normalmente, quem desempenhava a função eram índios e africanos treinados para realizar sangrias e prestar atendimento como enfermeiros.

A Fazenda de Santa Cruz seria consequência de uma movimentação anterior: rapidamente, já em 1569, os jesuítas começaram a fundar suas primeiras fazendas, com gado,

plantações de cereais e legumes – e escravos, na maior parte africanos. Ao longo dos 150 anos seguintes, compraram ou receberam na forma de doações, além de Santa Cruz, as fazendas de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo, além da Quinta do Rio Comprido, importante produtora de cana-de-açúcar. Eram territórios com carpintarias, olarias e ferrarias próprias, além de fornos de cal, residências amplas e boticas.

Algumas décadas no futuro, esse tipo de visão comercial avançada e agressiva provocaria uma série de conflitos. A instituição de um estado dentro do estado, com infraestrutura própria e autossuficiente, só poderia provocar desconfianças. Afinal, eram 60 mil cabeças de gado; no nordeste, chegavam a 20 mil. Na época de Antônio Vieira, a tensão seria multiplicada.

Se a estrutura de peso incomodava, por outro lado foram os jesuítas que trouxeram para o Brasil a matemática – os colégios da Bahia do Rio de Janeiro e de Pernambuco logo começaram a ministrar aulas de aritmética, e em 1757 o Colégio da Bahia instituiria uma Faculdade de Matemática. Os religiosos traziam para a colônia livros como *Geometria*, do grego Euclides, e importavam professores de peso, como Manuel do Amaral, que veio da Universidade de Coimbra para o Maranhão em 1690. Aliada à matemática estavam a astronomia e a cartografia, importantíssimas em tempos de longas navegações e viagens

imprecisas para a exploração de novas terras. De colégios jesuíticos, saíram os primeiros construtores navais e pilotos de navios brasileiros, além de cais, canais e pontes construídos em todo o país, em especial no Rio de Janeiro e na Bahia.

O padre Valentin Stansel, por exemplo, viveu 42 anos no Brasil depois de lecionar em Praga e Olomouc, na atual República Checa, e Elva, hoje na Estônia. Autor de uma obra perdida sobre a natureza e as condições climáticas do Brasil, a histórica *Mercurius Brasilius*, ele também registrou com atenção passagens de cometas pela Bahia. Um de seus livros, *Uranophilus Caelestis Peregrinus*, de 1685, usa o recurso de diálogos entre três personagens para discutir o formato dos céus e da terra.

O conhecimento científico era gerado e assimilado: as bibliotecas dos colégios tinham não só livros religiosos, mas também compêndios de obras de caráter científico e de filosofia racionalista, como as deixadas por Isaac Newton e René Descartes. Ainda era possível encontrar a obra de Cristóvão Clávio, jesuíta alemão (e professor do missionário Matteo Ricci, o mestre do intercâmbio cultural com a China^[43]) que atuou na reforma do calendário gregoriano e teve uma produção matemática tão representativa que seu nome batiza a segunda maior cratera do lado visível da Lua^[44].

Em Salvador, em meados do século XVII, a biblioteca do

colégio já ultrapassava os 3 mil volumes. Por intermédio deles, os alunos dos colégios da colônia tinham contato com atualizações científicas importantes, como o trabalho do jesuíta português Francisco Soares Lusitano, que citava as descobertas recentes de Guilherme Harvey sobre o mecanismo da circulação sanguínea. Anchieta, por sua vez, evitava esse tipo de literatura. Preferia dedicar seu tempo a obras de caráter sacro. Foi em seus últimos anos que teve mais tempo de ler, quando já estava em terras capixabas.

Além de ser superior em São Vicente e provincial para toda a colônia brasileira, ele desenvolveu, ao longo dos anos, uma relação de proximidade com a província do Espírito Santo. Com o intuito de buscar tribos do interior, organizou excursões a duas aldeias, Conceição e São João, que em 1584 já tinham, somadas, mais de 3 mil moradores. Ao fim da vida, foi em Reritiba, ao sul do Espírito Santo, que se instalou. Hoje a cidade se chama, obviamente, Anchieta.

O missionário faleceu em um quarto até hoje preservado, construído dentro das instalações da igreja que foi erguida com sua orientação e inaugurada em 1569. Seu corpo foi levado em procissão até Vitória, mais especificamente à igreja do Colégio Jesuíta São Tiago, onde hoje fica o Palácio Anchieta, sede do governo do estado. Doze anos depois, desenterraram seu corpo

para que parte dos ossos fosse retirada e distribuída em pedaços para igrejas de Roma, Lisboa, São Paulo e Salvador. Vários desses fragmentos ficaram em Vitória, dentro de um relicário. Em 1860, em visita ao local, o imperador Dom Pedro II ganhou um pedaço da tíbia do santo como presente.

Ainda hoje, na cidade de Anchieta, multiplicam-se os relatos sobre pessoas que pediram por milagres e dizem ter sido atendidas. Pedaços de roupas e de ossos do apóstolo são usados para pedir cura de doenças, e os moradores carregam as peças como amuletos de proteção. O caminho que ele percorria entre Reritiba e Vitória virou local de peregrinação, com placas e pegadas posicionadas no chão indicando o trajeto de aproximadamente cem quilômetros que ele teria percorrido muitas vezes na vida.

Anchieta foi canonizado apenas em abril de 2014, passados 416 anos de sua morte. O Vaticano demorou para transformá-lo em santo porque precisou seguir o critério menos usual: em vez de exigir no mínimo dois milagres comprovados, um para justificar a beatificação, e outro, posterior, para garantir a canonização, adotou o conceito da santidade presumida. O papa Francisco usara o mesmo critério em 2013 para santificar outro jesuíta, o francês Pedro Fabro.

O Vaticano não encontrou provas de milagres, mas os relatos

sobre seus feitos se multiplicavam. Dizia-se que, quando estava vivo, era comum seus sermões serem ouvidos a dezenas de quilômetros de distância. Ele teria feito um menino mudo falar e um anão aleijado caminhar. Dizia-se que tinha a capacidade de levitar e aparecer em vários lugares ao mesmo tempo. Teria caído no rio Tietê quando seu barco virou, para ser encontrado meia hora depois sentado no fundo, cercado por peixes, meditando e rezando. Dizia-se também que conversava com os animais e podia encostar em feras e serpentes tranquilamente, sem nunca ser atacado. Certa vez, teria pedido ajuda a um grupo de pássaros guarás, que fizeram formação sobre a canoa dos missionários e assim protegeram os viajantes do sol forte que os castigava.

Nos corredores do Palácio Anchieta, em Vitória, reza a lenda que o missionário, literato, curandeiro e místico ainda frequenta o local. De acordo com os funcionários mais antigos, o palácio experimenta fenômenos paranormais, em especial uma porta de quarto que abre e fecha sozinha, e barulhos de passos nos corredores, mesmo quando o lugar está vazio. Quatro séculos depois, no Brasil como um todo, mas sobretudo no Espírito Santo, de uma maneira ou de outra Anchieta continua sendo uma presença viva.

CAPÍTULO 5

João Felipe Bettendorf e a catequização na Amazônia

O padre estudou em centros de ensino de várias cidades da Europa, lugares que hoje pertencem a Alemanha, Itália, Bélgica e França. Depois de escolher a vida de missionário, pediu para ir à China, mas foi selecionado para atuar no meio da floresta amazônica. Instalado na mata, queria alfabetizar os jovens índios, mas não tinha papel nem tinta. Teve então de se virar com carvão aquecido e sumo de jenipapo. Misturados, eles viravam tinta usada para escrever nas folhas gigantescas das pacobeiras. A areia das praias dos rios também servia como suporte para escrever com gravetos. De acordo com o relato do religioso, as crianças adoravam a novidade e logo passaram a encher as praias da floresta com rabiscos. Escreviam na língua adaptada que os jesuítas tinham formado, fundindo traços de idiomas indígenas com o português dos europeus.

Por 130 anos, entre 1621 e 1751, toda a faixa do Brasil atual que vai do Maranhão até a Amazônia era uma outra colônia. Chamado de Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1654 e Estado do Grão-Pará e Maranhão no restante do tempo, era uma colônia portuguesa muito diferente do Estado do Brasil. Em primeiro lugar, o acesso mais fácil se dava por mar, direto até

Fortaleza ou São Luís, e não por terra, saindo de Salvador. Aliás, era um território muito mais próximo de Portugal do que, por exemplo, São Vicente.

linha do tempo						
1612	1621	1625	1630	1654	1661	1698
Fundação da França Equinocial e da cidade de São Luís	Criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará	Nascimento de João Felipe Bertendorf	Início da ocupação holandesa em Pernambuco	Fim da ocupação holandesa em Pernambuco	Chegada de João Felipe Bertendorf ao Brasil e Fundação de Santarém, no Pará	Morte de João Felipe Bertendorf

Além disso, as condições climáticas diferentes, o tamanho do território, equivalente a uma Europa inteira, e a grande variedade de tribos que moravam ali, distintas das conhecidas mais ao sul, faziam daquele lugar uma terra que, de fato, pouco tinha a ver com a explorada pelos portugueses no século XVI e que ia de Pernambuco a São Paulo. O Grão-Pará teve duas capitais, primeiro São Luís, depois Belém – e dificuldades próprias para a colonização. A primeira delas foi garantir que o território se mantivesse em mãos lusitanas.

Focados na faixa mais ao sul, os portugueses demoraram para dar atenção às terras que hoje fazem parte do Maranhão e de toda a atual região norte. Estavam fora do Tratado de Tordesilhas, no lado espanhol, e eram muito visadas por outros povos europeus, que não tinham motivo algum para respeitar uma divisão de terras arbitrária realizada entre apenas dois países. Além disso, notícias de que o sertão era terrível e os índios eram violentíssimos desencorajavam as ações de Lisboa.

Afinal, havia outras prioridades, outros territórios difíceis de conquistar, e pouco dinheiro e mão de obra diante de tantos outros interesses na Ásia e na África.

Foi só mais de um século após a chegada de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro que a área dos atuais Pará, Amazonas, Amapá e Piauí começou a ser explorada. Não foi fácil. Os ingleses visitavam a costa norte com frequência e estavam acostumados a negociar com os locais. Os franceses chegaram a fundar a França Equinocial, que se estendeu de 1612 a 1615 e deixou como saldo uma vila, São Luís, batizada em homenagem ao rei Luís XIII. Os holandeses ainda dominariam a capital por três anos a partir de 1641.

Linha de frente no esforço de ocupação, os jesuítas chegaram em 1607, com os padres Francisco Pinto e Luís Figueira fazendo contato com os caetés na Serra do Ibiapaba, hoje localizada na divisa do Ceará com o Piauí. No ano seguinte, a missão foi encerrada pela morte violenta de Francisco Pinto por índios tucurijus, que o golpearam na cabeça com *ybirassangas*, paus duros usados normalmente para esse fim^[45].

Na sequência, os padres Manoel Gomes e Diogo Nunes se instalaram na região, apenas para se mostrar revoltados com o tratamento que os poucos colonos residentes davam aos indígenas. Ambos foram embora em 1619. Enquanto isso, o

pioneiro Luís Figueira retornava a São Luís em 1622, quinze anos depois da primeira – e traumática – tentativa. Para que ele e seu colega de incursão, o religioso Benedito Amodei, desembarcassem, foi preciso assinar um termo se comprometendo a não interferir nas relações dos colonos com os índios. A tensão entre religiosos e seculares já começava, e não envolvia apenas jesuítas.

Em 1624, o frei Cristóvão, de Lisboa, superior dos padres capuchinhos, chegou a São Luís com um alvará régio que retirava dos colonos qualquer possibilidade de administrar a mão de obra local. O frei ameaçou os revoltosos de excomunhão, e a tensão só não chegou às vias de fato porque o alvará nunca foi colocado em prática, sendo cancelado logo no ano seguinte. Os capuchinhos não estavam sozinhos nesta luta: além das idas e vindas irregulares de inacianos, já havia na região carmelitas e mercedários. Diferentemente do que havia acontecido no Estado do Brasil, onde a ocupação foi anterior, ali a exclusividade dos inacianos nunca chegou a existir, e era preciso conviver (ou concorrer) com religiosos de orientações diferentes.

Em 1636, Luís Figueira seguiu com um grupo de missionários até o Pará e começou a fundar aldeias jesuíticas no Baixo Xingu. Em 1643, foi para o norte com catorze missionários, mas todos foram mortos por índios aruans na ilha

de Joanes, atual Marajó, onde a embarcação em que estavam naufragou. Terminava, assim, mais uma tentativa de cristianizar a região^[46]. Figueira e Francisco Pinto, os primeiros religiosos da Companhia de Jesus no local, acabaram morrendo de forma violenta, com três décadas de distância entre si. Ainda assim, seu esforço seria continuado, embora demorasse alguns anos.

Ao longo da década de 1640, com a Holanda instalada no Nordeste com ares de que nunca mais a deixaria, nenhum esforço consistente de colonização foi colocado em prática. Apenas em 1653 o trabalho missionário recomeçou de fato – a data marca a chegada do padre Antônio Vieira em São Luís. Vieira construiu as bases para fazer dos jesuítas uma potência religiosa, cultural e econômica. Mas ele teve pressa demais e capacidade de negociação de menos. Seu mais importante sucessor, o padre João Felipe Bettendorf, é que solidificaria o trabalho naquela região.

Um poliglota na selva

João Felipe era o nome aportuguesado de Johannes Philippus. Bettendorf veio ao mundo em 25 de agosto de 1625, em uma família de posses que morava no vilarejo de Lintgen, em Luxemburgo. Seu pai, Matthieu Andreæ, administrava uma

abadia e era o responsável pela coleta de impostos e dízimos, dois papéis de grande poder e influência. Antes de entrar para a Companhia de Jesus, já tinha graduação em direito. Pintor, poeta, versado em seis línguas^[47], teria um destino brilhante nos tribunais e salões do Velho Continente. Preferiu se tornar religioso, como seu irmão mais velho, que havia aderido à ordem franciscana.

Não só abandonou a vida de posses, mas também se posicionou favorável às dificuldades da vida missionária. Assim como muitos outros, seguiu um padrão comum para sua geração: um jovem de pais ricos, com alto conhecimento acadêmico, vida estável e perspectivas tranquilas para o futuro preferia a vida de aventuras, longas viagens e contatos com terras inimagináveis, temperaturas fora do comum, animais monstruosos, pessoas de costumes muito diferentes e comida exótica. Algumas tribos de índios brasileiros, por exemplo, ainda comem larvas, piolhos, macacos, lagartas, carrapatos e sapos com gosto. E nem sempre lidavam bem com a rejeição dos missionários aos pratos que preparavam. Fosse por legítimo interesse em conquistar almas para o cristianismo, por desejo de aventura ou vocação para a geografia e a etnografia, muitos desses jovens partiam para nunca mais voltar à terra de seus pais.

Johannes seguiu esse rumo com euforia. O destino, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, veio a convite pessoal do padre Vieira, que via no jovem grande potencial. Aceitou a proposta, lançando-se rumo às selvas amazônicas e as intempéries políticas do Maranhão^[48]. João Felipe, como ficaria conhecido, chegou em São Luís em 20 de janeiro de 1661, após um trajeto tumultuado de dois anos, que incluiu a ameaça de mercenários quando navegava na região de Flandres, e uma série de tempestades no caminho de Lisboa a São Luís. Por mais de uma vez, toda a tripulação se reuniu para rezar e pedir um bom destino no além. Ao desembarcar, finalmente, tinha 35 anos e começava uma trajetória que seguiria quase ininterrupta por mais 37 anos: só deixou a colônia quando foi preso e deportado pelos colonos. Retornaria à ativa e se manteria atuante até falecer, em 5 de agosto de 1698, em Belém.

O intelectual exerceu todos os cargos possíveis dentro da ordem. Foi reitor dos colégios do Pará e do Maranhão e superior das missões na província. Conciliava conhecimentos de legislação, economia e pintura com a capacidade de observação de um cronista talentoso. Sua atuação começou nas cercanias de Belém, na fazenda de Mortigura, onde ele teve a oportunidade de aprender os fundamentos da língua local e iniciar o trabalho de alfabetização, ainda que no improviso.

Na sequência, partiu para a foz do rio Tapajós na companhia de Sebastião Teixeira, mas o assistente tinha sinais de depressão e precisou ser escoltado no retorno a Belém. Um ex-militar, João Corrêa, acabou selecionado para substituí-lo e retornar à aldeia com Bettendorff. A troca se revelou oportuna. Corrêa conhecia muito bem os índios e ajudou o missionário a estabelecer as bases do trabalho nas aldeias, seguindo uma linha de conciliação com os locais.

Em pouco tempo, os dois entrariam para a história da região. Surgia assim, no dia 22 de junho de 1661, Santarém, a terceira maior cidade paraense^[49], fundada oficialmente por Bettendorff, que se tornava o primeiro missionário do Xingu. O início dos trabalho foi por ele descrito da seguinte forma:

De Gurupatuba fomos para o Tapajós, onde havia de fazer minha residência, conforme a ordem do Padre Superior e Visitador, Antônio Vieira. Lá chegamos depois das festas do Espírito Santo e fomos recebidos dos índios daquela populosa Aldeia com grande alvoroço e alegria; levaram-nos para uma casinha de palma, que não tinha mais cômodo que uma varandinha com dois limitados cabículos e, a ilhar-me, uma choupaninha para dizer Missas. Vieram ver-nos não somente os cinco “principais” que havia naquele tempo, de diversas nações na aldeia, mas, também, os mais com suas mulheres e filhinhos, trazendo-nos seus presentes a que chamavam “putabas”.

A todos contei, dando-lhes juntamente a razão da minha vinda, de que gostaram muito, por haver tempos que desejavam a dita de ter consigo Missionário da Companhia de Jesus. No dia seguinte, vieram outros “principais” do Sertão, também com suas dádivas de cágados e frutas, rogando, com muita instância, quiséssemos chegar até suas terras para levantar a santa Cruz e fazer-lhe igreja, como nas mais aldeias dos cristãos; respondi a seus presentes com pobreza que trazia comigo, dando-lhes minha palavra que cedo lhe atenderia com o que pediam.

Na aldeia dos tapajós, ele orientou a construção de uma igreja. Ali desenhou, ele mesmo, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição acompanhada pelas figuras de Inácio de Loyola e Francisco Xavier^[50]. No entanto, depois de apenas quatro meses de experiência, João foi a Gurupá procurar o colega Gaspar Misch, também jesuíta e nascido em Luxemburgo. Os dois passaram o natal escondidos na floresta. Quando a fome alcançou um nível desesperador, acabaram se apresentando ao forte mais próximo, que ainda não perseguia os rebeldes.

Mas os colonos foram buscar João Felipe e os outros jesuítas que tinham se escondido no forte. Levado a Belém, o missionário foi despachado para fora do Pará, porém escapou da punição, ironicamente, graças a um acidente com o navio em que estava com outros seis religiosos (Misch, Pedro Luís Consalvi, Manuel

Pires, Manuel Nunes, Marcos Vieira e Baltasar de Campos). A embarcação fez água e, assim, eles retornaram a Belém e foram submetidos a prisão domiciliar por três meses.

Ao final do episódio, o governo de Portugal autorizou os jesuítas a retornarem ao trabalho. Com a revolta contida, Bettendorf começou a cumprir funções de chefia. Para ele, a grave epidemia de varíola que se seguiu era castigo divino. Deus matava os índios para punir os colonos.

Um crime tão insolente não podia ficar impune! Por isso, logo num primeiro momento, sobreveio a vingança de Deus e fez sofrer a morte, de diversas (porém deploráveis) maneiras, a um grande número de seus autores. Ele enviou uma epidemia desastrosa de varíola às cidades e, de forma igual, às aldeias. Esta causou um tão grande extermínio de pessoas que malmente pode ser acreditado. E, deste modo, aqueles que pretendiam apoderar-se das aldeias através de nossa expulsão, perderam as aldeias e, ao mesmo tempo, os seus próprios escravos domésticos.

Nos cargos que ocupou, Bettendorff atuou com alto tino empresarial. Orientou a compra de fazendas, a plantação de culturas rentáveis e a organização da estrutura pedagógica dos centros de ensino. Importou laranjeiras da China, construiu engenhos de açúcar e saneou as finanças das sedes de Belém e

São Luís. Construiu oficinas e olarias e ergueu a igreja de Nossa Senhora da Luz na capital maranhense. Ainda liderou uma reforma geral do colégio da cidade. Em suas ações, nem sempre contou com o apoio irrestrito dos colegas.

Por exemplo, quando inseriu normas obrigando os religiosos de níveis hierárquicos diferentes a interagir, precisou visitar os colégios da região para garantir que a medida fosse cumprida – era costume que, nas horas vagas, os religiosos de mesmo grau de experiência e votos prestados só conversassem entre si.

Na década de 1680, durante uma nova rebelião de colonos, Bettendorf foi finalmente expulso. Seguiu para Recife e dali a Salvador, de onde voltou para Portugal. Foi em Lisboa que publicou o *Compendio da doutrina christam na Lingua Portuguesa & Brasilica*, escrito para facilitar o trabalho de catecismo entre os indígenas. No texto do manual, para dizer “Eu te batizo em nome do Padre, do Filho e do Espirito Santo”, falava-se: “Ixé oromöiacyc, Tûba, Täyra, Espirito Santo rêra pupé”. E a oração do Pai-Nosso ficava assim:

Orérûb, ybákype tocoár, imöetépyramo nde rêra töicó. Töúr nde Reino: Tonhe monhang nde remimotâra, ybÝpe, ybákype inhemonhânga iabé: Ore rembüú àra iabiõ ndöára ëimëêng corí orébe: ndenhiró ore angaipâba recé orébe, Orérerecomemoãçâra çupé orenhiró iabé: Oremoarucâmmé

ïepé tentação pupé, orepycyró te ïepe mbäé älbä çüí. Amen
JESUS.

Essa mistura que ele colocou no papel, e que usa expressões combinadas como “Espírito Santo rêra pupé”, faria parte do nheengatú, uma das chamadas línguas gerais que surgiram na colônia. Incentivadas pelos jesuítas, que viam nos idiomas combinados ferramentas poderosas para trazer os índios gradualmente ao mundo ocidental, elas ganharam diferentes formatos dependendo da época e do lugar. A língua geral de São Paulo, por exemplo, da maneira como foi consolidada por José de Anchieta, tinha uma construção bastante distinta do nheengatú, registrado por Bettendorff e muito falado na região norte até o fim do século XIX, com alguns milhares de falantes ainda hoje, em especial na região do Rio Negro.

A passagem de João Felipe por Portugal foi fundamental para os rumos da colonização no norte por todo um século. Muito bem recebido na corte, ele negociou um acordo em 1684 que resultou no importantíssimo Regimento das Missões. O acordo, acertado dois anos depois, estabeleceu normas de convivência entre jesuítas e colonos, em termos totalmente diferentes do que havia acontecido ao sul, no Estado do Brasil.

Se em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, no

século XVII, os moradores controlaram o acesso aos índios e conseguiram reduzir o poder dos jesuítas, no Grão-Pará e Maranhão o trabalho de Vieira e João levaria os inacianos a um controle muito maior e mais duradouro sobre a gestão da mão de obra. Com o regimento, as aldeias passavam a ter grande autonomia, com supervisão rigorosa sobre a entrada e saída de colonos e negociação caso a caso para a liberação de índios para o trabalho nas cidades. Pragmático, João Felipe havia conseguido o melhor acordo possível. Os religiosos cediam parte do poder, mas salvavam as missões como instituições estáveis.

Os índios valiam a negociação dura. Não só porque atuavam no plantio, mas porque sabiam construir canoas e navegar, numa região em que os rios eram o único meio de deslocamento. Como tinham grande extensão, toda movimentação militar, comercial e de pessoas dependia dos silvícolas. Ao controlar os índios, os jesuítas detinham todo o sistema de transporte. E essa era uma briga que justificava os sermões contra os colonos – a exemplo dos muitos que Vieira transformou em eventos comentados –, assim como as rebeliões contra os religiosos.

Não por acaso, as principais vilas da região amazônica eram originalmente missões jesuíticas construídas à beira de rios e integradas a esse sistema de navegação. São hoje as cidades mais importantes, as principais redes de vida, comunicação e

transportes. A geografia inteira do norte foi definida pelos jesuítas.

Todo esse esforço seria impensável sem uma figura de talentos múltiplos como João Felipe. Foi só ao fim da vida que seguiu para Tocantins, a fim de atuar na missão de Parijó. Ali, teve tempo de trabalhar como um simples missionário, o que não fora possível nas últimas três décadas. Também conseguiu se dedicar novamente a uma de suas maiores paixões: a pintura. Por alguns meses, voltou às origens morando entre os índios, ensinando música e pintura, orientando a construção de ocas, rezando missas e contando histórias da Bíblia.

João morreu idoso, já de volta a Belém, com algum problema incômodo no fígado, mas sem doenças mais graves. Estava ativo, trabalhando em suas crônicas. Deixou um trabalho sólido e de bases financeiras fortes. Anos depois, na década de 1740, no porto de Belém, os jesuítas já dominavam as exportações de cacau, cravo, café, salsaparrilha e açúcar. Outras ordens religiosas também mantinham fazendas, com o mesmo objetivo de financiar o esforço missionário, porém, na soma da produção de jesuítas, carmelitas, mercedários e franciscanos, os inacianos respondiam por 80% do total da produção de bens gerenciada por religiosos.

Boa parte desse esforço econômico foi realizado por

europeus vindos da região da atual Alemanha. Na verdade, ao longo de todo o século XVII, exploradores alemães civis partiram em geral dos atuais Equador e Venezuela para liderar expedições por metais preciosos. Foi o caso de um viajante citado por João, um médico e comerciante chamado Franz Potfliz, que chegou ao Pará em 1692 e viajou pelo Amazonas e Tocantins em buscas fracassadas por ouro.

Os missionários alemães e austríacos também foram ao local em levas a partir do começo do século XVII – entre eles, exploraram a Amazônia os jesuítas Jodokus Perret^[51], Samuel Fritz^[52] e Alois Konrad Pfeil^[53]. Além disso, pouco depois da morte de João, em 1703, chegou a Belém um dos mais importantes artistas plásticos a pisar na América do Sul até então, o inaciano Hans Xaver Treyer, autor da imagem de Nossa Senhora de Nazaré que até hoje pode ser vista na Basílica de Nazaré^[54]. Treyer manteve uma oficina, que produziu muitas das imagens ainda presentes nas igrejas do estado. Ele também decorou o interior da igreja Santo Alexandre, que integrava o complexo do Colégio Santo Alexandre, atualmente o edifício do Museu de Arte Sacra. Ali estudava-se desde o ensino básico até a faculdade em artes. O lugar, que deu origem à prática do ensino em Belém, chegou a acumular mais de 2 mil livros.

De várias maneiras, João Felipe deixou na região um

trabalho mais sólido do que Antônio Vieira havia alcançado. Em compensação, Vieira atuou em muitas outras frentes, em diversas outras regiões.

CAPÍTULO 6

Antônio Vieira e os conflitos com os colonos

Ele morreu doente, cansado e desiludido. Os dias de glória entre os nobres e intelectuais europeus tinham ficado para trás. Mas, quando faleceu, deitado em uma cama nos arredores de Salvador, já era uma lenda. Uma das personalidades mais importantes de todo o século XVII, que influenciara os rumos de Portugal e do nordeste do Brasil e deixara para trás uma obra literária descomunal. Nada disso importava ao senhor que beirava os 90 anos. “Tanto que cheguei a esta me meti logo em um deserto, tratando-me em tudo como morto e sepultado”, escreveu, fazendo referência à chácara onde decidiu passar os últimos dias. Ainda teve disposição para comprar uma briga contra o governador da Bahia, e de escrever dezenas de cartas em que parecia desejar se manter em evidência. Depois de uma trajetória barulhenta, faleceu em silêncio: havia perdido a voz fazia algumas semanas e, nos últimos três anos de sua vida, não conseguia manter as mãos firmes o suficiente para escrever.

Normalmente, um noviço jesuíta se recolhia ao fim da tarde e acordava antes das quatro da manhã. Estudava latim, artes, retórica e filosofia – uma vasta área que englobava matemática (centrada na geometria de Euclides), metafísica, física, lógica e

ética e era profundamente influenciada por Aristóteles, cuja obra se fazia cuidadosamente destrinchada ao longo dos anos de formação. Na medida em que crescia, o jovem passava por provas escritas e orais, e também participava de debates intensos em que precisava demonstrar talento para pregar e rapidez de raciocínio para tirar dúvidas e vencer polêmicas. Fazia testes de memória, nos quais precisava citar, de cabeça, longos trechos da Bíblia. Praticava a humildade fazendo longas confissões, em que listava todos os pecados em ato e em pensamento. Estudava de oito a catorze anos seguidos, dependendo da carreira que pretendesse seguir. Quando ficava mais velho, podia intercalar os períodos de formação com viagens missionárias.

linha do tempo

1578	1608	1614	1640	1641	1653	1654	1656	1663	1665	1667	1681	1683	1684	1697
Desaparecimento do rei Dom Sebastião de Portugal	Nascimento de Antônio Vieira	Chegada de Antônio Vieira ao Brasil	Portugal volta a ser um reino independente, sob o comando do rei Dom João IV	Chegada de Antônio Vieira a Portugal	Chegada de Antônio Vieira ao Maranhão	Vieira passa um ano em Portugal antes de retornar ao Maranhão	Morte do rei Dom João IV, sucedido por Dom Afonso VI	De volta a Portugal, Vieira se apresenta ao escrivão da Inquisição em Coimbra	O Tribunal da Inquisição manda prender Vieira	Vieira é libertado	Chegada de Vieira a Salvador	Dom Pedro II assume o trono de Portugal	No Maranhão, início da revolta de Beckman	Morte de Antônio Vieira

Os estudantes deviam conversar em latim nos intervalos, discutir filosofia e teologia e evitar todo tipo de banalidade ou assuntos não elevados moralmente – falar da chuva ou mencionar dúvidas sobre o crescimento do próprio corpo na adolescência estava totalmente proibido. Com frequência, era preciso realizar tarefas práticas consideradas subalternas, como

arrumar a cama de um índio (um gesto de suprema humildade), varrer o chão dos quartos ou servir comida no refeitório. Eventualmente, os jovens comiam apenas um pedaço de pão velho, em preparação ao período em que passariam fome na selva.

Antônio Vieira viveu tudo isso, e ainda por cima em Salvador, onde também se aprendia e falava tupi-guarani nos corredores. Embora tenha nascido em Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608, mudou-se com os pais para a capital do Brasil ainda criança e seguiu, em sua infância, o percurso que se esperava de um europeu de vida correta que vinha para os trópicos.

Tornar-se religioso, contudo, não era uma necessidade. Bastava aproveitar as benesses da formação mais completa disponível na região e depois seguir para a Europa a fim de concluir os estudos. Não foi essa a escolha de Vieira. Após estudar no Colégio dos Jesuítas da cidade, virou noviço com 15 anos, uma decisão que desagradou profundamente a seus pais.

Autor de dezenas de sermões e centenas de cartas com grande repercussão, conselheiro de reis e nobres, explorou a Amazônia e levou o Maranhão a ficar paralisado pelo impasse entre Nóbrega e Clero. Ajudou a proteger os moradores de Salvador da tentativa de invasão por parte dos holandeses e, com a mesma intensidade, argumentou na corte de Lisboa para que

Pernambuco fosse mantido nas mãos dos holandeses. Foi severamente perseguido pela Inquisição porque defendia a importância estratégica dos cristãos-novos, judeus que, de fato ou apenas na superfície, foram forçados a se converter à fé católica. Estadista, conselheiro, político, Vieira foi também um missionário importantíssimo.

À época em que o padre começava sua vida de religioso na colônia, o mundo passava por rápidas mudanças. Enquanto os portugueses lutavam pela recuperação de sua autonomia, a Espanha se tornava a maior potência do mundo, em concorrência direta com a Inglaterra e a Holanda. Ingleses e holandeses, povos protestantes, disputavam cada palmo do planeta com espanhóis, povo católico, todos divididos entre difundir o preconceito contra os judeus ou aceitar sua importância estratégica como comerciantes e homens de grande visão de mundo. Antônio Vieira foi criado no meio desse turbilhão de acontecimentos. Sempre que pôde, fez de tudo para se lançar no olho do furacão. Ambicioso, no longo prazo perdeu muitos dos jogos políticos que disputou. Mas, ao morrer, de volta à Bahia, já era reconhecido como um personagem grandioso, uma das figuras mais polêmicas e influentes de todo o século XVII.

Confidente do rei

Os pais de Antônio, o mais velho de quatro filhos, eram Cristóvão Vieira Ravasco e Maria de Azevedo, um casal de relativa proximidade com a nobreza. Cristóvão, ex-soldado com algum conhecimento jurídico e tributário, funcionário de baixo escalão do sistema judiciário português, deslocou-se para Salvador a fim de trabalhar como escrivão^[55]. Chegou em 1609, sozinho, voltou para casa três anos depois e retornou à Bahia, já com a família, em 1614. Antônio fez os estudos básicos entre os jesuítas. De acordo com seu biógrafo mais famoso, João Lúcio de Azevedo, “não foi Vieira, como podem supor muitos, um precoce gênio: nos primeiros tempos de estudante, compreendia mal, decorava a custo, fazia com dificuldade as composições; em tudo era aluno medíocre”^[56].

Antes de concluir os estudos de filosofia e teologia e virar mestre em artes, passou uma temporada na aldeia do Espírito Santo, localizada na atual vila de Abrantes, nos arredores de Salvador. Quando tropas holandesas ocuparam Salvador, seguiu novamente para a aldeia, agora com a família, e ali permaneceu até a expulsão dos invasores, em 1625. Seguiu estudando e em 1627 foi eleito professor de retórica de Olinda. Aos 26 anos, já de volta a Salvador, tornou-se sacerdote e começou a ganhar fama

com seus sermões.

Em 1641, viajou a Portugal para passar as quatro décadas seguintes sem voltar à sua terra de formação. De acordo com seu próprio relato, a viagem foi tumultuada, tanto por tempestades marítimas quanto por uma violenta reação popular. Quando passava pelos arredores da capital, o navio fez uma parada e os moradores se revoltaram por acreditarem que ali dentro havia um representante da família dos Montalvão, que se opusera à ascensão do rei: “Aos 28 de 1641 chegamos a Peniche, onde quiseram matar ao marechal. Aos 29 de 1641 me quiseram matar e me prenderam; a partir para Lisboa aos 30 de 1641; cheguei a Lisboa e vi a Sua Majestade”. Vieira chegou como parte de uma comitiva escolhida para louvar o novo imperador. Acabou ganhando a confiança do rei e dando início a uma carreira meteórica como diplomata, intensa e terrivelmente malsucedida.

A partir de 1640, com a chegada de Dom João IV ao poder, Vieira se firmaria como confidente do primeiro rei depois que Portugal reaveu sua independência. Escorado em parceiro tão importante, experimentou o auge de sua vida política entre 1640 e 1656. Ele mesmo havia sido fundamental para que João se consolidasse no poder – o jesuíta atribuiu-lhe a imagem de herdeiro simbólico de Dom Sebastião, o rei desaparecido em 1578 cuja ausência provocou a perda da autonomia portuguesa.

No dilema entre Bragança ou Habsburgo, foi decisivo para convencer a nobreza de que a vontade de Deus pairava sobre os Bragança. A dinastia reinaria até 1910.

Em nome da corte portuguesa, viajou por toda a Europa, principalmente a Holanda, quando, em 1646, negociou a devolução de Pernambuco, ocupada desde 1630. Em terras lusitanas, em cartas e sermões públicos, Vieira defendia que os holandeses, bem mais poderosos que os portugueses, nunca deixariam a região. Para o jesuíta, era preciso negociar um bom acordo em troca de abrir mão de Pernambuco, cuja manutenção, naquele momento, custava mais do que os lucros produzidos pela capitania. Entrar em uma luta impossível de ser vencida, por uma área de pouca utilidade, era desgastante e desnecessário, ele alegava em um texto que Dom João IV apelidou de *Papel Forte*:

A isto mesmo mandou Sua Majestade que fizesse eu um papel, o qual fiz, reduzindo ambas as proposições de el-rei a três razões muito breves, que foram estas: Primeira. Se Castela e Portugal juntos não puderam prevalecer contra Holanda, como poderá Portugal só prevalecer contra Holanda e Castela? Segunda. Os holandeses hoje têm onze mil navios de gávea e duzentos e cinquenta mil homens marinheiros: contemos os nossos marinheiros e os nossos navios, e vejamos se podemos resistir aos holandeses, que

em todos os mares das quatro partes do mundo nos fazem e farão guerra. Terceira. Os conselheiros de Estado de Castela aconselham ao seu rei que com todo o empenho impeça a paz de Holanda com Portugal, e assim o fazem seus embaixadores com grandes somas de dinheiro: será logo bem que os conselheiros portugueses aconselhem a el-rei de Portugal, para se conservar, o que os ministros de Castela aconselham para o destruir? [...] Transplantaremos Pernambuco a outra parte, pois o que nos falta não são terras senão habitantes.

Vieira chegou a circular em segredo por Haia. A pretexto de esconder sua identidade, especialmente o ar de religioso, cometeu o exagero de andar pelas ruas usando capa vermelha, chapéu e espada. Viajou também para a França, em reuniões secretas que tinham o objetivo de apresentar um plano complicado, mirabolante e completamente inviável: Dom João IV, por intermédio do jesuíta, propunha casar o herdeiro do trono, o jovem Dom Teodósio, com a sobrinha do rei da França.

Dessa forma, por cinco anos, até que Teodósio assumisse a maioria, a França controlaria Portugal e lutaria contra os holandeses. Em troca, Dom João IV abandonaria o trono de Lisboa e se mudaria para Salvador ou São Luís, onde se tornaria rei de um Brasil declarado independente. Assim abriria mão, de maneira realista, de comandar um país que, aos olhos do rei,

parecia tão fragilizado que seu controle se mostrava inviável.

A colônia, então, era uma faixa de terra pobre e pessimamente controlada, que mal passava do litoral e na prática não chegava além do Maranhão, ao norte, e São Paulo, ao sul. Caso o plano recebesse aceitação, ela teria tido um começo de vida independente muito anterior aos acontecimentos de 1808, com a chegada da corte portuguesa de Dom João VI e a independência do Brasil em 1822.

Proposta parecida, tão absurda quanto e que deixou os interlocutores igualmente estarecidos, foi apresentada numa viagem diplomática a Roma: o objetivo era propor o casamento de Teodósio com dona Maria Teresa, filha do rei espanhol Filipe IV. O casal reinaria por toda a Península Ibérica, numa nova reunião dos dois países, mas Lisboa seria a capital. Um plano alternativo era insurgir os napolitanos contra o rei espanhol para garantir a ainda instável independência de Portugal – uma primeira rebelião havia sido contida em 1648, mas os insatisfeitos continuavam vivos. As reuniões secretas acabaram com o jesuíta irritando tantas pessoas diferentes que foi obrigado a fugir da Itália.

A derrota dos holandeses em 1654 e a consequente retomada do território por Portugal enfraqueceram muito a posição de Vieira e sua influência diante da corte^[57]. No entanto, o padre

teve tempo de sugerir outra medida que se mostraria eficiente, embora revoltasse os colonos instalados no Brasil: a criação de uma Companhia Geral de Comércio do Brasil, que usaria dinheiro de cristãos-novos e judeus para gerenciar o estoque e o transporte de mercadorias.

A partir de março de 1649, a empresa começou a recuperar a economia de açúcar do Nordeste, uma medida fundamental para garantir, de fato, o controle sobre a região – os holandeses caminhavam para perder a guerra no Brasil, mas continuavam saqueando boa parte dos navios lusos que atravessavam o Atlântico com pau-brasil e açúcar. A companhia precisou reorganizar o sistema de logística para garantir que os produtos da colônia chegassem à Europa e os bens europeus retornassem para o outro lado do Atlântico em segurança.

A morte de Dom João IV, em 1656, poderia ter decretado o isolamento total do jesuíta, não fosse o fato de que ele já estava envolvido em outra epopeia: a disputa pelo controle jesuíta do Maranhão. Vieira retornou ao Brasil antes mesmo da morte do monarca, e não sem reclamar publicamente, em seus sermões, de ter sido abandonado por ele. Intempestivo, estava inconsolável e disposto a recomeçar em novos ares.

Rebelião nacional

Ao chegar a terras maranhenses em 1653, Vieira encontrou um clima de intensa turbulência, e não apenas no norte: as rebeliões contra os inacianos estavam espalhadas por vários cantos do país. Sobretudo na atual região sudeste, os jesuítas, acostumados a imaginar o martírio pelas mãos de indígenas, seriam ameaçados de morte pelos próprios colonos de origem europeia.

Em São Paulo, às duas da manhã de 13 de julho de 1640, os padres que viviam no colégio jesuíta, o mesmo que marcou a fundação da cidade, ouviram pela janela da Câmara a leitura da sentença de expulsão^[58]. Enquanto o povo invadia e depredava as instalações dos religiosos, eles seguiam para Santos. O objetivo dos moradores locais era mandar os jesuítas para o Rio de Janeiro, bem mais distante e com forte movimento contrário à ordem, mas os jesuítas preferiram se instalar na cidade vizinha. Com isso, estavam próximos o suficiente para se manterem como uma ausência incômoda, capaz de criar conflitos entre as autoridades locais das duas vilas.

Levaria treze anos para que os religiosos fossem autorizados a retornar, graças à influência de um bandeirante. Os exploradores de novos territórios e caçadores de índios eram tradicionais adversários de quaisquer ordens religiosas. Mas foi Fernão Dias Pais quem intercedeu pelos inacianos, devido à

influência de seu irmão, o padre João Leite da Silva. Naquele momento, parte dos moradores havia constatado, a contragosto, que a ausência dos jesuítas não resolvia muitos dos antigos problemas e ainda acrescentava outros. As aldeias, por exemplo, estavam mais mal administradas e perdiam indígenas.

Em 1640, os moradores do Rio de Janeiro cercaram o Colégio dos Jesuítas no morro do Castelo. Haviam sido informados da publicação do documento papal que excomungava quem escravizasse indígenas, e ficaram extremamente revoltados^[59]. Sem a intervenção do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, educado em colégio jesuíta e forte aliado dos religiosos^[60], é possível que os missionários tivessem sido mortos. O grupo arrebentava as portas do colégio a machadadas, gritando: “Mata, mata, bota fora, bota fora da terra, padres da Companhia!”

No Rio, os religiosos acabaram não sendo expulsos. Contudo, a cidade experimentou um novo atrito em 1661. O governador precisou reunir uma tropa de cem índios para defender a cidade de um bando que atacava a igreja de São Bento e os jesuítas instalados na cidade. Nos dois casos, os religiosos ganharam proteção, mas tiveram de se comprometer a não alterar a situação de quem já tinha escravos aprisionados – a excomunhão, na prática, retirava o cidadão de toda a vida civil e

econômica. Em compensação, os religiosos conseguiram reduzir a emissão de novas buscas de índios para escravizar e continuaram ocupando um papel central na gestão dos silvícolas da cidade. O mesmo não aconteceu em São Paulo, onde os religiosos voltaram bastante enfraquecidos e ainda seriam ameaçados de agressão e expulsão outras duas vezes.

Na capital paulista, o argumento mais forte contra os jesuítas era o fato de que as províncias eram muito pobres e, naquele momento, dependiam de escravos índios mais baratos do que de africanos, que ainda eram escassos e, por isso, bem mais caros de adquirir. As fazendas dos religiosos e suas obras de grande porte também incomodavam. Por exemplo: a construção da torre do colégio em pedra e cal, com dinheiro de uma senhora riquíssima, dona Leonor de Siqueira, e sua filha Angela, esposa do capitão-mor da capitania de São Vicente, Pedro Taques de Almeida, criou novos problemas de imagem para os inacianos.

Enquanto os religiosos demonstravam opulência, os colonos eram proibidos de buscar no interior escravos índios, a não ser que fossem tomados em nome da catequese. Os roubos de índios aldeados, então transformados em escravos dos colonos, continuavam corriqueiros. E os religiosos temiam sofrer novas expulsões e mais ataques violentos.

Os jesuítas se mostravam úteis: educavam os filhos dos moradores, gerenciavam hospitais e visitavam doentes. Entretanto, os contratempos que provocavam naquela época pareciam muito maiores. Mesmo quando recebiam ordem de pagar impostos, fosse sobre a produção comercializada com lucros ou sobre terras não necessárias para a sobrevivência dos missionários, os religiosos costumavam recorrer. Enquanto brigavam na justiça, recusavam-se a pagar.

A questão dos impostos e dízimos era complicada e gerou leis contraditórias ao longo das décadas. Como ordem religiosa dedicada à conversão dos locais e à ocupação de novos territórios, a Companhia de Jesus costumava carregar bulas e decisões papais a favor da isenção de quaisquer tipos de taxas. Por outro lado, como grão-mestre da Ordem de Cristo e responsável final, em última instância, pela evangelização de suas colônias, o rei de Portugal, em tese, poderia recolher dinheiro dos missionários, com o objetivo de reaplicá-lo no próprio esforço geral de conversão. Para complicar ainda mais o quadro, um missionário que seguisse para o interior de outra capitania para evangelizar continuava sendo bancado pela sede a que pertencia. Ou seja, no fim das contas, os moradores locais sustentavam viagens que interessavam a colonos de pontos diferentes.

Padres apedrejados

Vieira deixou Portugal e chegou ao Maranhão no mesmo ano em que seus colegas de São Paulo foram autorizados a retornar à cidade, e quinze dias antes da publicação de uma nova ordem régia que abolia a escravidão de indígenas. Vieira escreveu sobre o incidente que se seguiu em São Luís:

Tinha mandado nesta ocasião S.M. uma lei na qual declara por livres, como nesse Brasil, a todos os índios deste Estado, de qualquer condição que sejam. Publicou-se o bando com caixas, e fixou-se a ordem de S.M. nas portas da cidade. O efeito foi reclamarem todos a mesma lei com motim público, na Câmara, na praça e por toda a parte, sendo as vozes, as armas, a confusão e perturbação o que costuma haver nos maiores casos, resolutos todos a perder antes a vida (e alguns houve que antes deram a alma) do que consentir se lhes houvessem tirar de casa os que tinham comprado por seu dinheiro. Aproveitou-se da ocasião o demônio, e pôs na língua, não se sabe de quem, que os padres da Companhia foram os que alcançaram de El-Rei esta ordem, para lhes tirarem os índios de casa, e os levarem todos para as suas aldeias e se fazerem senhores deles, e por isso vinham agora tantos.

Agressivo, o padre pregou em 22 de março de 1654 seu “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma”, aumentando a raiva

dos colonos ao afirmar:

A este Evangelho do Domingo Quinto da Quaresma chamaís comumente o domingo das verdades. Para mim todos os domingos têm este sobrenome, porque em todos prego verdades, e muito claras, como tendes visto. Por me não sair, contudo, do que hoje todos esperam, estive considerando comigo que verdades vos diria, e, segundo as notícias que vou tendo desta nossa terra, resolvi-me a vos dizer uma só verdade. Mas que verdade será esta? Não gastemos tempo. A verdade que vos digo é que no Maranhão não há verdade.

Não há dúvida, que o M. M – Maranhão, M – murmurar, M – motejar, M – maldizer, M – malsinar, M – mexericar, e, sobretudo, M – mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente.

Na sequência, partiu mais uma vez para Lisboa, agora para buscar leis e medidas concretas a favor dos religiosos. Retornou um ano depois, carregando consigo a provisão de 9 de abril de 1655, ordenando que os jesuítas tivessem controle sobre os assuntos ligados aos índios na colônia^[61]. Na mesma medida em que tentava impor a visão dos religiosos a todo custo, Vieira passava boa parte do tempo em viagens pela Amazônia, uma região que o encantava. “Pela muita variedade de línguas, houve

quem chamou ao rio das Amazonas rio Babel”, escreveu. “Mas vem-lhe tão curto o nome de Babel como o de rio. Vem-lhe curto o nome de rio, porque verdadeiramente é um mar doce, maior que o Mediterrâneo no comprimento e na boca.”

Diante dos sermões e das leis contrárias aos interesses dos colonos, o motim explodiu em São Luís em maio de 1661. O povo obrigou os jesuítas a seguirem até a praça central, onde foram duramente criticados e quase agredidos. Escaparam porque se refugiaram na Câmara, que teve a fachada varrida por pedras. Vieira, em missão no interior, foi para Belém do Pará na tentativa frustrada de impedir que a rebelião chegasse à cidade.

Incomodado com o exemplo de São Paulo, mobilizou toda a sua rede de contatos para evitar que a expulsão acontecesse no Maranhão. Não as evitou, mas ao menos reduziu os períodos de isolamento. Rapidamente, poucos meses depois de deixarem a região, os jesuítas eram autorizados a voltar. Com uma condição: a de que Vieira ficasse bem longe dali. Ele, de fato, nunca mais retornaria.

Os religiosos que retornaram poderiam tratar apenas de questões espirituais, divididas com as demais ordens instaladas no local. Uma epidemia de varíola na mesma época deixou o clima contra os religiosos ainda mais pesado, porque vitimou boa parte da mão de obra, estimulando os colonos a buscarem

ainda mais escravos no interior, contra a vontade dos religiosos.

Em 1680, novo incidente: Dom Pedro II de Portugal cederia novamente para os inacianos o controle dos descimentos em busca de índios. Ele tinha assumido o trono do país no lugar de seu irmão Afonso VI, que havia sido derrubado do poder. Se Afonso era adversário da Companhia, Pedro era muito próximo dos inacianos. Mas a lei de 1680 só reatizou os ânimos. Como resultado, em 1684 a revolta de Beckman levou a nova expulsão dos religiosos, dando início a quinze meses de um governo rebelde e profundamente antijesuítico.

O líder do movimento, Manuel Beckman, era nascido em Lisboa e tinha pai alemão. Dono de engenho no Maranhão, rebelara-se contra vários governadores diferentes. A seu lado estavam vários religiosos de outras ordens, todos interessados em reduzir o poder dos jesuítas. O próprio vigário Inácio da Fonseca se mostrou favorável ao motim e ao fim da atividade da Companhia de Jesus na região.

O grupo teria um inimigo de peso operando nos bastidores. A partir da Bahia, onde estava morando, Antônio Vieira foi decisivo para que o representante dos amotinados que seguiu para a Europa, Thomaz, irmão do líder, fosse preso e condenado à morte. Em consequência, um novo governador seguiu para o Maranhão, acompanhado de uma tropa de peso. Manuel acabou

sendo enforcado e os jesuítas retornaram à região em 1685^[62]. Em cartas trocadas com seus contatos na corte, Vieira estimulou e comemorou todas essas ações.

Ele continuava interferindo nos negócios do Maranhão, mas o local se transformaria num fantasma que o perseguiria por muito tempo. Uma carta, em especial, levaria o religioso para o Tribunal da Inquisição. Ele a escreveu enquanto ainda estava em São Luís, trocando cartas acaloradas, ácidas e cheias de acusações. O padre também debatia intensamente o futuro de Portugal e a missão de Dom João IV neste cenário. Um texto em particular foi enviado na forma de carta. Datada de 29 de abril de 1659, tinha como destino um amigo muito querido de Vieira, o padre André Fernandes, bispo do Japão e confessor do filho e da esposa de Dom João IV. A correspondência ficaria conhecida como “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo” e seria usada como base para o processo movido pelo Santo Ofício contra o jesuíta. Defendia a tese de que Dom João IV, que havia acabado de falecer, ressuscitaria a fim de terminar as obras que iniciara. Resgatava um tom de santificação de figuras do reinado português, algo que incomodava a Inquisição.

Interceptado por inimigos maranhenses ou vazado para a corte com anuência de Vieira, o texto se difundiu rapidamente no Maranhão e na Europa. Apenas doze meses depois, uma cópia

foi requisitada pelo Santo Ofício. Enquanto ele ainda estava no Maranhão, a Inquisição já havia decidido proibir a circulação do texto, quaisquer menções a ele, e ordenado a detenção do jesuíta para interrogatório. Ao chegar em Portugal, ele estava doente e conseguiu não ser convocado por alguns meses. Até que, a 21 de junho de 1663, Antônio Vieira se apresentou pela primeira vez no escritório da Inquisição em Coimbra. Começava um martírio que se estenderia até 1668.

Sessão após sessão, haviam insistentes e repetitivos questionamentos sobre as previsões para o retorno do rei e o futuro do país. Entre as questões, perguntavam de que maneira, segundo o pensamento de Vieira, as tribos perdidas de Israel, escondidas em algum recanto da Ásia, ressurgiriam após a queda do Império Otomano.

A exasperação do jesuíta era evidente. Sua saúde se mantinha oscilando, com acessos violentos de catarro e a aplicação de sanguessugas três vezes ao dia. Ou então as crises ao menos serviam como desculpa para que atrasasse a entrega por escrito de sua defesa, mais ocupado que estava em compor sua *História do futuro*. A obra levaria adiante os argumentos iniciados pela carta polêmica e precisava ser publicada antes de 1666, um ano cheio de significados apocalípticos. Sempre que podia, escapava rapidamente de Coimbra.

Ao fim do processo, em 1665, o religioso foi condenado a não mais pregar, nem se manifestar sobre os temas que tinham sido alvo da investigação. Vieira ficava assim silenciado e impedido de publicar sua obra em preparação. Era uma pena bem leve, mas que batia no alvo certo: impedia o religioso de se manter em evidência e divulgar sua literatura e sua teologia. Era só o começo.

Insistente, o Santo Ofício foi mais longe, e pediu também a prisão de Vieira em outubro de 1665. A partir de então, as investigações sobre os antepassados do padre se intensificaram. Buscavam identificar em seu passado possíveis traços de herança judaica e questionavam as previsões para o retorno do rei e o futuro do país. Na ausência de provas sobre seu suposto sangue impuro, investigaram a relação amistosa do jesuíta com os judeus, que era evidente. Vieira fazia sermões sobre o assunto desde os tempos em que era conselheiro do rei, e chegou a criar uma situação tensa entre a Companhia, como instituição, e o Tribunal do Santo Ofício.

Suas visitas a comunidades judaicas, como a de Ruão, em Portugal, e de Amsterdã, na Holanda, eram frequentes e públicas. Sua sugestão de diferenciação entre cristãos e cristãos-novos seria inclusive colocada em prática, mas apenas décadas depois de sua morte, por obra do Marquês de Pombal – um

grande admirador de Vieira, ainda que desprezasse os jesuítas a ponto provocar o fim da existência da ordem no mundo.

Últimas polêmicas

Vieira foi libertado apenas em dezembro de 1667, após dezenas de sessões de interrogatórios em que sua pena de silêncio, antes provisória, seria agora declarada perpétua. Em seguida, encaminhou-se para Roma, negociando nos corredores do Vaticano o cancelamento da sentença enquanto as lideranças cristãs mantinham a Inquisição em suspenso para reformar sua estrutura. Midiático, aprendeu italiano para pregar na língua local. Deu tão certo que seus sermões começaram a ser disputados por cardeais e reis – em especial por Cristina, que havia abdicado do trono da Suécia e experimentou uma imediata identificação de personalidade com o jesuíta. Ele seria convidado a ser seu confessor particular, mas recusaria^[63].

Não gostava de Roma e queria voltar para Portugal. Negociava o retorno de seu exílio voluntário, enquanto o país se via comandado por Dom Pedro II, que podia muito bem admirar os inacianos, mas não gostava nem um pouco de Vieira. Ligado aos dominicanos, que detestavam o jesuíta e controlavam a Inquisição, o monarca mantinha Vieira bem distante de qualquer

discussão relevante. Ainda assim, insistente e disposto a conquistar a boa vontade real de qualquer forma, o jesuíta voltou a sua terra natal em 1675, depois de seis anos em Roma, após conseguir o perdão papal completo das acusações e da pena imposta pelo Santo Ofício. Desgostoso da falta de relevância na corte, decidiu voltar ao Brasil para terminar seus dias.

Instalado em Salvador em 1681, foi recebido de maneira eufórica pelas autoridades locais. Até que se viu, novamente, cercado em polêmicas. Em 1683, defendeu seu irmão, Bernardo Vieira Ravasco, suspeito de envolvimento em um caso de assassinato do alcaide-mor da cidade, Teles de Menezes^[64]. Comprou diversas brigas com o governador Antonio Sousa Meneses, conhecido como “braço de prata” porque carregava uma prótese no lugar do membro direito, perdido numa batalha na Paraíba. Na mesma época, o poeta Gregório de Matos também retratou o governador como um político interesseiro e mesquinho^[65].

Em 1688, foi nomeado visitador geral da Ordem no Brasil, uma função que lhe dava poder para, por exemplo, autorizar a busca de índios nas matas e trazê-los para todas as cidades da colônia. Ficou três anos no cargo, até que em 1691 pediu demissão.

Passou a morar na Quinta do Tanque, um local de repouso

dos jesuítas construído nos arredores de Salvador. Morreu em 1697, a sete meses de completar 90 anos. Estava cansado. Por incontáveis vezes, os navios em que estava quase afundaram ou foram cercados por piratas. Havia disputado batalhas religiosas e políticas do Maranhão a Roma. Conhecera tribos na Amazônia e castelos na Áustria. No entanto, nas batalhas mais importantes em que se envolveu, sentia-se derrotado. De toda maneira, faleceu sabendo que seu nome entraria para a história.

CAPÍTULO 7

Anton Sepp e a experiência revolucionária das missões

Arquiteto, escritor, músico, urbanista – o missionário fora educado para frequentar as cortes europeias. Trocou os corais religiosos das catedrais grandiosas pela vida na América do Sul entre os índios, tendo que aprender um idioma novo e construir igrejas de pau a pique e instrumentos musicais do zero. Foi ele o responsável por construir, com madeira e cordas locais, o primeiro órgão das Américas. A falta de infraestrutura e a vida na selva não o incomodavam: ele se considerava um humilde trabalhador a serviço de Cristo. Mas as mulheres desafiavam sua paciência, com a mania de andar sem roupas. Ao encontrar um grupo de índias pela primeira vez, escreveu que eram bruxas infernais, tigresas de “rosto feio, colo e peitos desnudos”. E constatou: “Acho improvável que haja uma mulher bela entre estas fúrias infernais”.

O dia em uma missão jesuítica começava com o toque do sino. Cada morador fazia sua oração individualmente. Por volta das 7h, já estavam todos participando da missa, com as crianças cantando hinos. Minutos antes, o sino do campanário da igreja convocava a cidade a se dirigir à praça central, local onde aconteciam os jogos, os julgamentos, as reuniões políticas, as

apresentações de teatro e as procissões religiosas. O café da manhã era distribuído. Se havia mortos para enterrar e doentes para visitar, essas atividades ocupavam a faixa das 8h.



Na sequência começavam os expedientes para os adultos e as aulas para as crianças. Os trabalhadores andavam em procissão, que atravessava o vilarejo e deixava os indígenas em cada um de seus postos, até que o padre e os cantores voltavam sozinhos. Ao meio-dia, o Angelus e uma refeição eram seguidos por uma sesta de uma hora, depois da qual o trabalho era retomado até as 16h. Chegava então o momento da ceia, da oração do rosário e do sono. Antes mesmo das 20h, todos já estavam recolhidos e as luzes, apagadas.

O expediente de trabalho na área comum, chamada *tupamba'e*, durava seis horas, dois dias por semana. Nos demais dias, o indígena podia plantar na porção de terra de sua própria família, a *avamba'e*. Não havia dinheiro nas missões: a moeda de troca podia ser milho, mel ou fumo, dependendo da região e da época do ano. As missões exportavam esculturas, violinos, tecidos, frutas e couro. Compravam ferramentas, sal, livros e papel. Quando a população era insuficiente para produzir

alimentos, as aldeias contavam com fazendas paralelas, mantidas com escravos negros.

Nos séculos XVII e XVIII, ao sul da América Latina, o conceito de aldeia indígena seria aplicado com tamanha radicalidade que passaria a ganhar um nome específico: *reducciones*, em espanhol, ou missões, em português. Organizadas como cidades de coabitação entre religiosos e indígenas, chegariam ao ponto de organizar exércitos para impedir a invasão de colonos em busca de escravos entre os moradores.

As missões formariam uma das experiências mais interessantes de tudo o que se viu em termos de colonização nos últimos séculos. Importantes cidades gaúchas são resultado desse experimento, realizado na faixa de terra que engloba partes dos atuais Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai e os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Era espantoso: grupos de brancos, com motivações religiosas, reuniam habitantes locais para formar cidades ao estilo ocidental, mas com a gestão delegada para os próprios indígenas. Os padres não abriam mão do controle sobre as missões, é claro. E, como de costume, exigiam que os nativos abandonassem antigos hábitos envolvendo bebidas, poligamia e

consulta a xamãs. Mas a administração do dia a dia era delegada a um conselho de notáveis, formado por indígenas cristãos, trabalhadores, vestidos e alfabetizados. No auge, ao fim do século XVII e somando todas as mais de quarenta missões, mais de 150 mil pessoas participaram simultaneamente desse modelo de gestão, a maioria da etnia guarani.

Vindos da Amazônia 2 mil anos antes, os guaranis eram um povo seminômade, que passava no máximo sete anos num determinado lote de terra até exauri-la com a agricultura. Raramente usavam roupas, sobretudo os homens, e seguiam a divisão de tarefas tradicional, com homens cuidando de caça e pesca e as mulheres de todo o resto. Produziam cerâmica e armas com pedra e lascas de arenitos.

No contato com os missionários, eles reagiram bem. De maneira geral, aceitaram adaptar seu estilo de vida e se mostraram interessados na proteção que os jesuítas ajudariam a proporcionar. Os religiosos, por sua vez, seguiam a estratégia de aceitação extremamente respeitosa de alguns costumes locais.

O conselho de líderes era eleito todos os anos. Formado por índios gestores e representantes dos diferentes bairros da missão, era comandado pelo *parokaitara*, cargo normalmente ocupado pelo cacique – dentro da burocracia dos espanhóis, era uma espécie de prefeito que respondia ao governador da

província, este, sim, um espanhol, sobre o andamento dos trabalhos. O *parokaitara* tinha dois assessores diretos, os *ivírayucu*. Durante as missas e as celebrações, os três tinham o direito de sentar em lugares de destaque na igreja.

Os jesuítas costumavam assumir o controle sobre o poder judiciário, mas não tomavam decisões sobre punições sem consultar o juiz eleito para mandatos anuais, um índio conhecido como *alguacil*. O exílio era a pena máxima, ainda que raramente aplicada. O mais comum era a determinação de castigos leves, geralmente punições físicas, executadas por índios selecionados para a tarefa.

O serviço de saúde era eficiente: enfermeiras índias, ensinadas pelos padres, tinham o conhecimento básico para identificar sintomas e prestar atendimento de emergência. Em casos mais graves, em especial durante as epidemias, as profissionais de saúde procuravam os religiosos para que ninguém morresse sem receber a extrema-unção. Os milagres ajudavam, pois muitos índios relatavam sonhos com Santo Inácio, nos quais ele reclamava dos hábitos alimentares da pessoa e dava broncas do gênero: “Vocês comem tudo o que encontram pela frente! Por isso estão enfermos!”.

Sobre quem falecia, os jesuítas diziam que haviam encontrado *Yvy Marã-ey*, a terra sem mal, lugar que, segundo os

guaranis, era o país sem tristeza, sem calor exagerado nem frio insuportável, onde tudo era ameno e tranquilo e as famílias admiravam ancestrais de passado supostamente glorioso. Em sonhos, os índios relatavam ver exatamente isto, o paraíso em forma de floresta sem ameaças. Ou, pelo contrário, diziam-se perseguidos por um inferno ocupado por serpentes e onças.

A educação era importantíssima, e os jesuítas treinavam professores entre os índios. Como geralmente viviam nas missões em duplas, com visitas ocasionais de colegas e superiores da ordem, os religiosos só davam conta de lecionar religião. As aulas eram ministradas no idioma local, em geral a língua guarani, e raras vezes em espanhol. Meninos e meninas eram separados em salas diferentes.

As missões seguiam um traçado urbanístico padrão: uma praça central reunia o cemitério, a escola, a igreja, e o hospital, as janelas sempre voltadas para a praça, onde se encontravam uma cruz e uma estátua do santo padroeiro da cidadezinha em questão. As casas, normalmente construídas de madeira, mas às vezes também de pedra, ficavam distribuídas em torno da praça, com quartos agrupados ao redor de varandas comunitárias.

Nos limites das cidades, que geralmente eram muradas, criava-se gado e plantavam-se pomares, cana-de-açúcar, tabaco, algodão e erva-mate, boa parte desses produtos para

exportação. Havia índios treinados para serem tecelões e ferreiros, produzindo armas, arados de ferro e roupas. As missões maiores contavam ainda com silvícolas treinados para fabricar chapéus ou barcos, músicos, pintores e especializados na produção e cópia de livros manuscritos. Para clarear as edificações, uma argila esbranquiçada era usada como cobertura das paredes externas.

Havia pontes, canais e fontes de água em quantidades incomuns até mesmo em cidades europeias de porte semelhante. E também silos, depósitos e casas construídas para abrigar as viúvas. Os órfãos eram encaminhados para novas famílias, que se organizavam segundo os moldes de pai, mãe e filhos, não mais na vasta reunião de parentes e esposas em ocas únicas de grandes proporções.

As igrejas eram decoradas seguindo um estilo barroco, com esculturas feitas de madeiras de diferentes cores e texturas, reunidas na mesma imagem, e com pinturas a óleo em tela. Os relevos em arenito reproduziam cenas da Bíblia ou animais importantes para as tradições dos silvícolas.

Esse tipo de experiência reuniu intelectuais importantes, tal como o padre e arquiteto suíço Martin Schmid, que viveu na província de Chiquitos, na Bolívia, foi missionário no continente entre 1730 e 1768, e ainda produziu peças para os altares de

igrejas das missões em San Miguel de Velasco e San Ignacio de Velasco. Construiu também pelo menos quatro templos, que influenciaram as obras em estilo barroco de todas as demais igrejas erguidas por mãos indígenas e arquitetos jesuítas na região. Além disso, Martin, mais conhecido como Esmid, era compositor e influenciou a intensa vida musical das missões antes de voltar para sua terra natal, onde faleceria com 77 anos. A produção cultural, aliás, era muito rica entre os indígenas.

O primeiro livro impresso na Argentina, *Martirologio Romano*, foi obra do índio Juan Yapai, em 1705, dentro da missão de Loreto^[66]. Muitos violinos, baixos, clarins e flautas tocados em salões europeus da época foram produzidos pelos guaranis. Crianças aprendiam a cantar em latim para corais aproveitados nas missas e nas cerimônias – os espetáculos costumavam impressionar profundamente os visitantes, geralmente autoridades espanholas, bispos das cidades mais próximas ou mesmo religiosos de outras ordens que passavam pela região e pediam pouso.

As atividades culturais tinham sempre uma base cristã. O calendário religioso, muito mais intenso do que o dos católicos brasileiros da atualidade, incluía batalhas simuladas, concertos, danças, autoflagelações públicas, apresentações de fogos de artifício e teatro. Os textos, inspirados na biografia de santos e

históricas bíblicas, podiam ser interpretados em espanhol, latim ou guarani.

Alguns índios também se destacaram na pintura e na escultura. “Se lhes puseres nas mãos alguma figura humana ou desenho, verás daí a pouco executada uma obra de arte, como na Europa não pode haver igual”, escreveu o padre Anton Sepp sobre a famosa facilidade dos locais para aprender arte. Músico de renome, Sepp usou tábuas de cedro, além de estanho e chumbo fundidos, para construir o primeiro órgão das Américas.

Anton Sepp, aliás, é um dos muitos personagens interessantes que poderiam ter mantido uma vida cultural intensa em terras europeias – entre os jesuítas que vinham para as missões das Américas, muitos eram originários das atuais Itália e Alemanha. Estiveram no continente, alguns para nunca mais voltar à Europa, os arquitetos Gian Baptista Primoli, José Brasanelli, Andréa Bianchi e Antônio Forcada. Eles trouxeram sua experiência na construção e decoração de catedrais na Europa para criar, na América do Sul, versões locais de templos com tom barroco e até setenta metros de comprimento.

Batizado Anton Sepp von Recheegg, nascido na região do Tirol em 22 de novembro de 1655, Anton foi educado para viver em palácios. Filho de nobre, era um dos seis meninos selecionados para o coro da corte de Viena. Aos 19 anos, como

tantos outros garotos citados nos capítulos anteriores deste livro, rompeu com a vida que estava traçada para si e entrou para a Companhia de Jesus. Deu aulas de retórica, música e gramática em colégios jesuítas de Augsburg e Landsberg, até que alcançou o objetivo longamente sonhado de se tornar missionário.

Na virada da década de 1690, já estava no Paraguai, onde passaria a ser chamado de Antônio. Depois recebeu a tarefa de organizar a missão de São João Batista, que ele mesmo fundou em 1697. Desenhou toda a cidade, do traçado das ruas até a decoração da igreja. Assim descreveu seu projeto, que seria influente para outras missões fundadas posteriormente:

Para que as construções não se fizessem espalhadas aqui e ali, sem ordem e em conflito com as regras da arte arquitetônica, e se correspondessem, bem dispostas, em longa série, dividi a planície ou área da futura aldeia em duas partes iguais [...] A paróquia ou templo, e a casa dos padres missionários, ocuparia o meio da praça. Esta praça seria o centro, donde partiriam as ruas paralelas, igualmente distantes de um lado e outro. Dêste modo se poderia administrar os sacramentos por caminho consideravelmente mais curto, evitando-se que o doente viesse a falecer sem Viático, em razão das voltas supérfluas que retardam a marcha do ministro de Deus.

Para criar o sino do campanário, localizou e explorou uma mina de ferro nos arredores. A fim de moldar o metal, ergueu uma das primeiras siderúrgicas do continente. O relógio da torre era uma obra-prima, que ao dar as horas mostrava a imagem de cada um dos apóstolos de Jesus segundo os Evangelhos. Também estimulou a plantação de uvas e a cultura intensiva de algodão. Registrou o que viu em uma obra de referência, um livro de relatos chamado *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Ainda traduziu muitos dos sermões do padre Antônio Vieira para o alemão.

Na falta de dinheiro, que era uma constante, negociava com seus conhecidos na Europa o envio de partituras de missas e vésperas, mesmo que em péssimo estado, desde que legíveis. Oferecia-se para rezar seis missas na intenção de quem comprasse as partituras e as doasse, e vinte para o padre que, em viagem às Américas, entregasse o material em Assunção. Depois de quatro décadas de uma vida intensa entre os índios catequizados e ocidentalizados e as mulheres, as quais a muito custo convenceu a usar roupas fechadas, Anton morreu em São José das Missões, na Argentina, em 13 de janeiro de 1733.

Terra disputada

Uma das maiores dificuldades da experiência das missões era ao mesmo tempo um de seus grandes trunfos: a maior parte das cidadelas jesuíticas estava instalada numa região estratégica, bem servida por rios e próxima de centros urbanos expressivos, o estuário do rio da Prata.

Esta foi uma das regiões mais disputadas da América do Sul desde o início da colonização. Em 1531, Martim Afonso de Souza, o primeiro regente do Brasil, conduziu pessoalmente expedições para a área, onde chegou a escapar com vida de um naufrágio. Os moradores de São Vicente procurariam, por muitas décadas, as minas míticas (sabe-se hoje, inexistentes) que se igualariam às encontradas em outras regiões do continente, em especial no Peru e na Bolívia. Na geografia da época, o rio era considerado a porta de entrada para o Império Inca e seria disputado por colonizadores espanhóis e os bandeirantes portugueses.

Faz-se compreensível, portanto, que do ponto de vista dos índios e dos jesuítas era preciso manter exércitos. Primeiro para impedir que os moradores fossem sequestrados, levados para as cidades e escravizados. Segundo, para garantir a segurança da região, estabelecida na fronteira entre os domínios de portugueses e espanhóis e sujeita a conflitos por terra. A assinatura do Tratado de Madri, em 1750, só reforçaria essa necessidade e levaria os guaranis a entrarem em guerra contra

os portugueses e espanhóis. O conflito marcaria o início do fim das missões, num momento em que elas já acumulavam 140 anos de trajetória.

A experiência das missões começou na região do Paraguai, a partir de 1607, 39 anos após a fundação da Província do Peru. Em acordo com o bispo de Assunção, Reginaldo de Lizarraga, e com o reino de Felipe III da Espanha, os jesuítas da província local distribuíram vilarejos em pontos estratégicos do rio Paraná. Desde então, a cidade de referência para as missões passou a ser Assunção, fundada em 1536 e ligada aos rios da Prata, Uruguai, Paraguai e Paraná, com acesso a toda a faixa sul do continente e também às importantes minas de prata de Potosí, na atual Bolívia. Desde o início, estava estabelecido que tais áreas teriam autonomia – e, por um período de dez anos que seria renovado várias vezes, não pagariam impostos.

Os primeiros jesuítas da porção espanhola da América Latina chegaram em 1567. O padre espanhol José de Acosta, uma espécie de Manoel da Nóbrega da América espanhola, tamanha sua importância como fundador dos trabalhos de inicianos na região, assumiu como provincial do Peru em 1576. Estabeleceu as primeiras ações missionárias, as quais seriam posteriormente desenvolvidas pelo padre Antonio Ruiz de Montoya, que sugeriu a disseminação do conceito de aldeias localizadas a uma

distância segura das cidades.

A primeira missão, criada ainda em 1609, foi instalada em San Ignacio Guazú^[67]. Em apenas dezoito anos, outras quinze surgiriam, a maioria na província de Guayrá, atualmente no oeste do Paraná. Ali, se tornaram um alvo fácil para os bandeirantes vindos de São Paulo à procura de mão de obra escrava.

Rapidamente, muitas reduções se transferiram para o que hoje é o Uruguai, onde voltaram a florescer a partir da década de 1680. Outras reagiram para impedir os ataques: em 1641, por exemplo, os bandeirantes liderados por Jerônimo Pedroso de Barros^[68] foram contidos na batalha de M'bororé, em terras argentinas. Eram 3 mil pessoas, derrotadas por uma força de guaranis que alcançou 4 mil homens e contava com cavalaria e uniformes ao estilo ocidental, além de uma combinação muito eficiente dos tradicionais arco e flechas com os novíssimos mosquetes europeus.

As missões foram também decisivas durante a rebelião dos colonos do Paraguai, que se estendeu de 1721 a 1735. A agenda dos revoltosos incluía o fim da autonomia dos jesuítas com relação às missões e todos os assuntos relacionados à escravidão dos indígenas. Em 1724, uma tropa de 2 mil índios defendeu o rei espanhol diante dos rebeldes sediados em Assunção. Os

silvícolas foram derrotados, mas se reorganizaram e em 1732 retomaram o ataque, então com 7 mil índios. Em 1735, mais uma vez com apoio de tropas de guerreiros locais, agora colocadas à disposição do governador do Rio da Prata, Bruno de Zabala, os insurgentes foram definitivamente derrotados na Batalha de Tabapy.

Sete missões, em especial, formaram um grupo coeso, todo instalado no atual Rio Grande do Sul, ao oriente em relação ao rio Uruguai: são os Sete Povos das Missões, compostos por Santo Ângelo Custódio, São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São João Batista. Esses aldeamentos são resultado da fixação de vilas depois de várias tentativas anteriores, desestruturadas pelos bandeirantes.

São Francisco de Borja, a mais antiga, era resultado do trabalho do jesuíta espanhol Francisco Garcia de Prada, um padre que batizou a missão em homenagem a outro jesuíta, Francisco de Borja y Aragón, vice-rei da Catalunha e terceiro Geral da Companhia de Jesus, que havia falecido em 1572^[69]. Extensão de uma missão anterior, chamada São Tomé, começou com duzentas pessoas e chegou a ter, no começo do século XVIII, perto de 3 mil habitantes. Essa missão deu origem à cidade de São Borja^[70], assim como São Luiz Gonzaga é fruto da missão

homônima, que agrupou as reduções de São Joaquim e Santa Tereza. Já São Nicolau é fruto de uma missão que chegou a ter mais de 7.700 pessoas.

Tudo isso mudaria radicalmente em 1750 com a assinatura do Tratado de Madri, um acordo longamente negociado entre os vizinhos ibéricos e, à primeira vista, com decisões quase impossíveis de colocar em prática – as resistências internas foram muitas, de ambos os lados. Nesse texto, o Tratado de Tordesilhas era atualizado, considerando as novas informações sobre a geografia das Américas e as possessões, de fato, de portugueses e espanhóis.

Segundo o acordo, a Espanha cedia a Portugal a faixa onde ficavam as Missões Orientais, assim chamadas por ficarem a leste do Rio Uruguai, em território que hoje forma o Rio Grande do Sul. Em troca, a colônia de Sacramento, atual Uruguai, era cedida aos espanhóis, que dessa forma passavam a ter controle total sobre o Rio da Prata. Surpreendentemente, o acordo, que requeria uma trabalhosa mudança de donos de cidades, fazendas e fortificações de ambos os lados, acabaria sendo efetivado.

Entretanto, sete das missões mais significativas estavam em território espanhol, que agora passava a controle lusitano. Os portugueses, que nem de longe tinham a mesma disposição dos espanhóis para dar autonomia a uma combinação de jesuítas

com índios, certamente poriam fim à experiência – entre outros motivos, para ter acesso aos rebanhos gigantescos mantidos nas estâncias jesuíticas, sobretudo a Vacaria do Mar, a Vacaria dos Pinhais, e também as estâncias de São Miguel e Japejú.

Em 1753, um comissário da sede da Companhia de Jesus em Roma, o padre Lope Luís Altamirano, visitou as missões para convencer seus moradores a se mudarem pacificamente para o lado espanhol. Foi expulso e teve de fugir escoltado. Em resposta à ordem das cortes europeias, as missões partiram para o ataque: as milícias guaranis resistiram, lideradas por Sepé Tiaraju, um índio que fora criado dentro das sete missões gaúchas. Reza a lenda que ele mandou um recado à coroa espanhola: “Esta terra tem dono”.

A Guerra Guaranítica levaria portugueses e espanhóis a formarem uma força conjunta de 3 mil homens. Os lusos, que incluíam em suas forças mais de duzentos escravos negros, partiram do Rio de Janeiro. As forças da Espanha, compostas em grande parte por mercenários que receberam a promessa de saquear as cidadelas derrotadas, vinham de Buenos Aires e Montevideú. No primeiro plano, José de Andonaegui, governador de Buenos Aires e responsável pelo lado espanhol, atacaria São Borja. E o responsável pelo lado do Brasil, o general Gomes Freire de Andrade^[71], agiria contra Santo Ângelo.

Andrade agrupou as tropas em Rio Grande e seguiu para Viamão por terra, enquanto uma frota enviada por mar se movimentava pela Lagoa dos Patos. No passo do Jacuí, os portugueses foram barrados por guerrilheiros indígenas. Estavam parados quando souberam que os espanhóis também enfrentavam problemas e tinham sido interrompidos por uma resistência feroz no Rio Daymal. A reação dos missioneiros provocaria uma mudança de estratégia: foi só depois de reagrupar no Rio Negro e atuar de forma conjunta que os europeus alcançaram a vitória.

Foi um massacre. Os índios morreram às centenas na batalha de Caiboaté, em 7 de fevereiro de 1756^[72]. Sepé Tiaraju tombaria como uma das primeiras vítimas, entre estimados 1.500 silvícolas. As forças europeias contavam com pouco mais de 3 mil homens e estavam muito mais bem armadas, com dez canhoneiras, sete delas de bronze, duelando contra duas peças de artilharia pesada feitas com pedaços de cana. Os Sete Povos das Missões seriam repassados para padres franciscanos e dominicanos, mas já, é claro, sem a mesma autonomia de ação.

Polêmica na Europa

Derrotados em 1756, os rebeldes demonstraram para os

europeus, de maneira concreta, os perigos de ceder tanta liberdade a cidadelas lideradas por índios. No Velho Continente, onde a má vontade para com os jesuítas era crescente, esta guerra se tornou um dos maiores pretextos para pedir, no mínimo, que os inacianos perdessem qualquer influência no mundo civil. Nessa região, as missões provocaram mais escândalo do que euforia.

Montesquieu, em seu *L'Esprit des Lois*, de 1748, elogiaria as aldeias jesuíticas como a experiência prática de formação de comunidades ideais, que reuniam selvagens bons e nobres – era uma glória para a Companhia, ele afirmou, “ter mostrado pela primeira vez ao mundo como é possível a união entre religião e humanidade”. Rousseau, um adversário ferrenho dos católicos, também elogiou a iniciativa.

Mas não faltavam críticos, que diziam que os jesuítas conduziam os índios como ditadores e os usavam como escravos para ajudar a enriquecer a ordem. O fato de que muitas missões exportavam bens estimulava lendas sobre fortunas construídas com a mesma mão de obra que, do ponto de vista dos colonos, devia pertencer a eles.

A verdade estava no meio-termo. As punições aos índios eram recorrentes, e os desobedientes podiam ser expulsos, o que inviabilizava qualquer projeção de que as missões fossem uma

espécie de paraíso democrático. Porém a carga horária era leve – a não ser que se considerasse as horas de orações como parte do trabalho. Além disso, os rendimentos da exportação de produtos não eram expressivos o bastante para que grandes somas de dinheiro fossem enviadas à sede da Companhia em Roma. Até porque as igrejas, em especial, eram decoradas com madeira talhada e imagens sacras encomendadas da Europa – por outro lado, instrumentos musicais criados por índios eram enviados para o Velho Continente. O intercâmbio era mais comum do que as vendas lucrativas: as riquezas geradas pelas missões seriam exageradas, de propósito e com uma boa dose de má-fé, pelos detratores da Companhia de Jesus.

Um dos críticos mais bem informados sobre os religiosos da ordem foi Voltaire. Em *Cândido*, seu livro de 1759, o filósofo, ele mesmo um ex-aluno de colégio jesuíta, colocou seu personagem principal em contato com os inacianos do Paraguai. Seu guia, Cacambo, explicou com fina ironia o que se passava por ali:

É uma coisa admirável este governo. O território tem mais de trezentas léguas de diâmetro e está dividido em trinta províncias. Tudo aí é propriedade dos padres. Ao povo nada. É uma obra-prima da razão e da justiça. Por mim, nada vejo de tão divino quanto os padres, que por aqui fazem a guerra ao rei da Espanha e ao rei de Portugal e, na

Europa, são confessores destes reis. Matam aqui os espanhóis e, em Madri, os mandam para o céu. Isso me encanta.

Já Basílio da Gama, em *O Uruguai*, de 1769, elogia os portugueses que lutaram na guerra contra os guaranis. O romancista, um ex-jesuíta nascido na cidade mineira de Tiradentes e formado no Colégio do Rio de Janeiro, é um crítico severo da experiência das missões. Os heróis de seu poema épico, Cacambo e Lindoia, são selvagens nobres e ingênuos, vítimas do vilão, o jesuíta manipulador Balda.

Na mesma época, circulavam por toda a Europa panfletos anônimos denunciando a suposta existência de um Nicolás I, rei do Paraguai, um indígena que governaria todo o sul do continente com apoio incondicional dos jesuítas.

Estados dentro do estado, respondendo a leis cristãs mais do que a governos civis. A experiência das missões seria muito citada pelos inimigos da Companhia, aqueles que, em 1773, conseguiriam que a ordem criada por Inácio fosse extinta a mando do papa. Era o começo de quatro décadas de perseguições violentas e, para uma boa parcela de religiosos acostumados a viajar pelo mundo, o exílio em Roma ou o isolamento para os lados da Rússia.

CAPÍTULO 8

Gabriel Malagrida e o fim provisório

Com a boca amordaçada, o padre de 71 anos foi levado para a praça do Rossio, em Lisboa, uma das mais importantes da cidade desde a Idade Média. Diante de centenas de pessoas, seus pecados foram lidos e a condenação, anunciada: a morte no garrote, uma ferramenta que enforca a pessoa enquanto ela permanece sentada em uma cadeira. Seu cadáver não teria direito a um enterro, que incluiria uma lápide e um local de peregrinações no futuro. Na tarde de 21 de setembro de 1761, o religioso foi sentado, os braços amarrados na cadeira e o garrote, acionado. Mas a corda se rompeu, e o carrasco precisou esperar que lhe trouxessem outra. A pena foi, enfim, executada. O corpo acabou queimado, ainda que, de acordo com testemunhas entre os admiradores do padre, o coração não tenha sido consumido pelas chamas e precisasse ser colocado dentro de um barril e lançado ao mar. As cinzas foram deixadas ao vento. Seria o último auto de fé realizado na capital de Portugal.

Os jesuítas já tinham sido cercados no Rio de Janeiro. Afastados de São Luís, de Belém, de São Paulo. Lidavam relativamente bem com esses contratempos. Eram treinados para reagir com tranquilidade diante de ameaças, agressões e

debates intermináveis nas praças, nos púlpitos e nas cartas, a respeito de taxas, propriedades e direitos sobre a mão de obra indígena e a produção agrícola na colônia. Os religiosos estavam acostumados a isso. Sabiam que sempre haveria bispos e governadores favoráveis e desfavoráveis, e que os cenários mudavam com frequência de acordo com a região, a situação internacional e o monarca de plantão. No entanto, em 1759, o que se viu foi bem diferente: o rei Dom José I expulsou, em definitivo, todos os inicianos de Portugal e suas colônias. Foi um choque. As ações no Brasil, na África e na Ásia estavam definitivamente encerradas.

linha do tempo

1689	1699	1721	1750	1755	1759	1761	1777	1773	1782	1809	1814	1822
Nascimento de Gabriel Malagrida	Nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal	Nascimento de Anselmo Eckart	Dom José I se torna rei de Portugal	Tormenta angra Unhão	Expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias	Morte de Gabriel Malagrida	Morte do rei Dom José I, substituído por Dona Maria I	Extinção da Companhia de Jesus por ordem do papa Clemente XIV	Morte do Marquês de Pombal	Morte de Anselmo Eckart	Reabertura da Companhia de Jesus por ordem do papa Pio VII	Proclamação da Independência do Brasil

Em um prazo de poucos meses, os cerca de seiscentos inicianos que viviam no Brasil deixariam tudo o que a ordem havia construído: os colégios, as igrejas, as bibliotecas, as fazendas, as mais de sessenta aldeias, tudo deveria ser abandonado de um dia para o outro. Catorze anos depois, em 1773, essa notícia se mostraria apenas o prenúncio de uma tragédia para os 24 mil de homens que, naquele momento, formavam no mundo todo a ordem fundada por Inácio de

Loyola. Por ordem do breve apostólico *Dominus ac Redemptor*, publicado em 21 de julho e assinado pelo papa Clemente XIV, não existia mais a Companhia de Jesus^[73]. Os religiosos não tinham mais para onde ir ou superiores aos quais se dirigir.

A notícia chegou em diferentes momentos a diferentes pontos do Brasil. Ao todo, quatro navios carregados partiriam do Rio de Janeiro, de Recife, de Salvador e de Belém. Quem ficou para trás por não ser detido e encaminhado a tempo seria despachado em navios comuns. Cidade por cidade, aldeia por aldeia, os religiosos foram mandados embora para nunca mais voltar. Embarcados para Lisboa, seriam presos ou seguiriam para a Itália, onde alguns nobres haviam oferecido exílio em seus castelos.

Os primeiros a saber da lei que expulsava a Companhia de Portugal e de seus territórios foram os moradores do Rio de Janeiro. A informação chegou à cidade em 30 de outubro de 1759. Em obediência à ordem, Gomes Freire, o governador, determinou o cerco do colégio jesuíta e a prisão dos inacianos no local. Para evitar fugas de colegas de outros lugares, eles ficaram incomunicáveis. Então chegaram os religiosos do interior do estado, a começar pelos seis que, na época, geriam a fazenda do Engenho Velho.

Na sequência, foram trazidos os presos das fazendas mais

distantes e das capitanias vizinhas. Em 11 de novembro, dezesseis jesuítas que viviam no colégio da Bahia chegaram ao porto carioca para fazer contato com os religiosos instalados no Rio. Não sabiam de nada. Ao desembarcarem, foram presos. Entre o fim do ano e os primeiros meses de 1760, apareceram religiosos do Espírito Santo, de Santos, de São Paulo e de Paranaguá^[74]. O navio partiu no dia 15 de março. Estava lotado com mais de 120 jesuítas. Quatro deles foram espancados no porto, antes de embarcar, em retaliação a críticas que haviam feito ao bispo da cidade, o beneditino Antônio do Desterro. O navio que partiu do Rio de Janeiro pertencia aos próprios jesuítas e fora expropriado pelo governador. Chegando a Portugal, a embarcação foi incorporada ao patrimônio do reino.

Em Recife seguiram 53 inacianos, recolhidos de aldeias e colégios de Olinda, do interior de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba, enviados para Lisboa no dia 5 de maio. Na Bahia, a notícia chegou no dia de natal de 1759 e foi divulgada com pompa em praça pública, acompanhada de cornetas e tambores. Os 21 noviços foram chamados, um a um, às portas do colégio da Companhia, e então forçados a deixarem a ordem para que escapassem da punição e seguissem suas vidas.

Os demais aguardaram a chegada dos colegas do interior, sobretudo de Porto Seguro. Diante do navio que os levaria para a

Europa, todos foram lembrados de um detalhe bem relevante sobre a lei de expulsão: os inacianos que não haviam proclamado todos os votos podiam renegar a Companhia e seguir suas vidas normalmente, sem sofrerem a expulsão. O navio zarpou com 122 religiosos a bordo, mas poderiam ter sido mais. Quarenta e quatro religiosos renegaram a ordem e permaneceram em Salvador.

A quarta embarcação sairia bem mais tarde, partindo de Belém no dia 12 de setembro com 110 religiosos a bordo. Na região, as notícias só chegaram em 7 de junho de 1760, e primeiro em São Luís. Os colonos do Maranhão celebraram o comunicado com uma euforia fora do comum. E, é claro, foram muito ágeis em prender seus jesuítas. Em 12 de julho, eles já estavam a caminho do Pará. Na pressa para se livrar dos religiosos, os missionários que estavam em locais mais distantes, fosse em Goiás, fosse no Piauí, só foram despachados para Portugal mais tarde.

Os colonos podem ter comemorado, mas as motivações principais para a expulsão estavam na corte, que tentava se atualizar. O fim de 211 anos de trabalho missionário seria o resultado mais duradouro do intenso esforço de modernização do estado português, conduzido pelo Marquês de Pombal ao longo de 27 anos.

O maior adversário

Sebastião José de Carvalho e Melo acumulou uma biografia frustrante, cheia de tarefas inconclusas, até alcançar os 39 anos de vida. Começou a estudar Direito, mas desistiu depois de um ano. Iniciou carreira militar como cadete, mas não levou adiante. Até que começou a carreira pública como embaixador, um cargo que o levou à Inglaterra e à Áustria. Com a morte de Dom João V, em 1750, chegou ao auge de sua carreira: no dia 3 de agosto, tornou-se secretário dos Negócios Estrangeiros e de Guerra do novo rei, Dom José I. Em 1769, ganhou o título de nobreza pelo qual ficaria conhecido: Marquês de Pombal. Dez anos antes, fora proclamado o conde de Oeiras.

Pombal convenceu o soberano a modernizar Portugal, racionalizar a estrutura do estado e rever todo tipo de distribuição de poder dos órgãos e suas subdivisões intermináveis. A aristocracia antiga era um alvo óbvio. Mas a Igreja, de acordo com o ponto de vista do secretário, também era uma força perversa e entranhada nos meandros da estrutura do estado. Por isso, precisava ser domada e, se possível, reduzida. Em 1750, Portugal tinha 200 mil religiosos para uma população de 3 milhões de pessoas.

A batalha começou na sede do poder, o próprio palácio real:

os religiosos seriam afastados de qualquer influência junto à família real. Desde setembro de 1757, o rei se recusou a receber seu confessor, o jesuíta José Moreira, e determinou que nenhum inaciano era mais bem-vindo ao palácio. Um baque violento para uma ordem acostumada à intimidade com as famílias reais de toda a Europa continental. Porém a luta seria travada principalmente nos territórios controlados no além-mar.

Era nas colônias que as alterações econômicas cruzavam com a necessidade de cortar pela raiz a fonte de poder e dinheiro dos jesuítas – a ordem era uma das muitas obsessões do político. Após tomar terras improdutivas de nobres que nunca haviam ocupado de fato seus territórios, as bases da Companhia foram atacadas, especialmente no Grão-Pará e Maranhão.

Em 1756, o irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão geral do estado colonial, pediu que as chamadas drogas do sertão, carregadas por índios pelos rios a partir das aldeias até as maiores cidades, ficassem sob poder da coroa portuguesa. Era uma consequência direta do estabelecimento, em junho do ano anterior, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelo monopólio sobre a extração, produção e comercialização de todos os bens de consumo interno e externo na colônia do norte.

Também controlava a entrada e a venda de escravos negros

– eram caros e, por isso, raros na região. Contudo, segundo o conceito de Pombal, deveriam servir como alternativa para a dependência que o território tinha dos índios controlados por inacianos.

Irritadíssimo com a medida, o padre jesuíta Manuel Ballester declarou, durante um sermão em Portugal, que quaisquer cristãos que aderissem à Companhia seriam “réprobos e condenados ao fogo eterno”. Em resposta, Pombal publicou uma ameaça para quem se posicionasse contra a colônia:

Antes de se precipitarem em maiores absurdos sejam prontamente presos, postos em segredo, e nele perguntados, primeiro: se sabem que é crime de lesa-majestade dizer mal das leis de El-Rei, malquistando-as no conceito do povo ignorante? Depois: se teve aquela ousadia por malignidade própria ou por sugestão alheia.

O secretário se posicionava, assim, como porta-voz de todo o poder português. Mas a declaração ainda parecia mais uma bravata: naquele momento, parecia muito difícil afastar os jesuítas da proximidade com a família real. De fato, a queda de braço seria bem demorada, não fosse um incidente envolvendo o monarca.

Na madrugada de 3 de setembro de 1758, Dom José I foi

vítima de um atentado a tiros quando deixava a casa de sua amante, Teresa de Távora, casada e oriunda de uma família da mais alta nobreza. Pombal transformou uma constrangedora indiscrição real em um atentado coordenado pela aristocracia com apoio dos jesuítas. Centenas de pessoas foram presas, incluindo doze religiosos.

Um deles, o milanês Gabriel Malagrida, cometeu um pecado que não tinha relação alguma com o atentado malsucedido à vida do rei: afirmou que o terremoto que três anos antes deixara Lisboa no chão^[75] seria um castigo enviado por Deus contra Portugal.

Sabe pois, ó Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que as trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.

Desde a divulgação das ideias do padre, Pombal colocou sua mira sobre o jesuíta. Já na época, o panfleto do religioso foi queimado em praça pública e o secretário pressionou, com

sucesso, para que Malagrida fosse exilado em Setúbal. Diante do tribunal, Malagrida afirmou que havia recebido uma mensagem divina de que o rei corria perigo. Pombal queria que a declaração fosse considerada indício de premeditação para assassinato. Não conseguiu da Igreja autorização para condená-lo à morte, mas, depois de romper publicamente com o Vaticano, finalmente alcançou seu objetivo. Garroteado e queimado vivo, Malagrida morreu em 21 de setembro de 1761. A decisão, tão fora de época e tão incoerente, vinda de um governo que proclamava a modernidade, revoltaria Voltaire: “Foi um excesso de ridículo e de absurdo unido ao excesso de horror”.

Filho do médico Jácome Malagrida, Gabriel foi educado para a vida religiosa, porém surpreendeu os pais quando pediu para ser missionário em terras distantes e perigosas. Em 1721, trocou Gênova pelo Maranhão, onde ficou por dois anos antes de seguir em direção ao Pará. Começou um ciclo de idas e vindas entre as duas cidades mais importantes do norte, até que, em 1735, iniciou uma peregrinação ousada: seguiu para o sertão do nordeste, a fim de visitar cada uma das aldeias da região.

Caminhava a pé, com pouca água consigo e quase nenhuma comida. Ao todo, ao longo de quatorze anos, andou extraordinários 14 mil quilômetros. Ao parar, em 1749, havia pregado para índios, escravos e colonos, protagonizado curas

milagrosas e alfabetizado crianças e adultos. Chegou a Salvador, passou pelo Piauí, por Pernambuco, pela Paraíba. Fundou conventos, seminários e orfanatos. Era considerado santo. Mas tinha uma postura muito concreta: sua longa peregrinação havia lhe fornecido informações preciosas sobre as necessidades dos colonos daquela vasta região.

Cheio de ideias para melhorar as missões e também a vida dos portugueses nas cidades, passou pelo Maranhão^[76] apenas para voltar a Portugal, com o objetivo de levantar dinheiro e retornar. Na viagem de volta, sua fama ficou ainda maior. Com suas orações poderosas, Malagrida teria salvado o navio de um naufrágio certo e feito um único barril de água durar por metade da viagem. Retornou ao Brasil dois anos depois, mas nesse meio-tempo se aproximou tanto da família real que acabou ministrando a extrema-unção ao rei João V, o antecessor de Dom José I. Esse contato selou seu destino.

No navio em que Malagrida seguiu para o Pará, também estava o irmão de Pombal, Mendonça Furtado. No entanto, o inaciano não teve tempo de ver a missão no norte ser minada até o encerramento final. Depois de poucos meses no Brasil, foi convidado pela rainha, dona Maria Ana Josefa, a voltar para Lisboa. Ao chegar novamente a Portugal, já encontrou Pombal bem instalado junto ao rei. Em 1554, acompanhou os últimos

dias da rainha, como havia prometido. A situação mudaria muito rapidamente a partir de então. Depois viria o terremoto^[77], o atentado contra o rei, e o fim trágico e violento no garrote.

“Temerário projeto”

O religioso não foi a única vítima, mas foi a última. Para chegar a ele, a justiça portuguesa torturou o duque de Aveiro, um dos maiores representantes da nobreza do país, para que confessasse não só ter planejado o atentado, como tê-lo feito por influência de jesuítas. Ele acabou esquartejado vivo. Seus pedaços foram esmagados e queimados e as cinzas, jogadas no Rio Tejo.

Em nome da instalação de um estado moderno, Pombal acabou por replicar os mesmos atos que a Inquisição havia transformado em rotina: os acusados pelo atentado contra o rei foram presos e torturados. Mais de mil pessoas acabaram listadas, mas foi a família dos Távora que sofreu um verdadeiro massacre.

Dom Francisco de Távora, seus dois filhos e o genro, além da marquesa de Távora, dona Leonor, foram presos e mortos. Outros integrantes do clã só deixariam a prisão ao fim do reinado de Dom José I. Malagrida era confessor da marquesa, o

que facilitou sua prisão e seu julgamento. Agrupada num descampado próximo à Torre de Belém, nos arredores de Lisboa, a família foi torturada publicamente e, na sequência, executada. O massacre dos nobres aconteceu em 13 de janeiro de 1759. Os acusados foram espancados, depois decapitados e queimados, e suas cinzas jogadas no Rio Tejo. O rei assistiu a tudo, muito satisfeito. Os nobres também estavam presentes e ficaram em choque ao ver seus conhecidos e iguais tratados com tamanha brutalidade. A partir daquele dia, seria proibido sequer mencionar o nome dos Távara.

Em junho, logo após a prisão de Malagrida, em janeiro de 1759, as escolas jesuíticas foram fechadas. Em setembro, a Companhia foi expulsa. No documento que oficializou a medida, o rei usou termos duros:

Procurei aplicar todos quantos meios, a prudência e a moderação podiam sugerir, para que o governo dos regulares da Companhia denominada de Jesus, das províncias deste Reino, e seus domínios, se apartasse do temerário e façanhoso projeto, com que haviam intentado, e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo o Estado do Brasil, com tão violento progresso que, não sendo pronta e eficazmente atalhado, se faria dentro do espaço de dez anos inacessível e insuperável a todas as forças da Europa unida.

E decretou:

Declaro os sobreditos regulares na referida forma corrompidos; deploravelmente alienados do seu Santo Instituto e manifestamente indispostos com tantos, tão admiráveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios, para voltarem à obediência deles; por notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores, que têm sido e são atualmente contra a minha real pessoa e estados, contra a paz pública dos meus reinos, e domínios e contra o bem comum dos meus fiéis vassalos; ordenando que como tais sejam tidos, havidos e reputados. E hei desde logo em efeito desta presente lei por desnaturalizá-los, proscritos e exterminados. Mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus reinos, domínios, para neles mais não poderem entrar, e estabelecendo debaixo de pena de morte natural, e irremissível e de confiscação de todos os bens para meu fisco e câmara real, que nenhuma pessoa de qualquer estado e condição que seja, dê nos mesmos reinos e domínios entrada aos sobreditos regulares.

Os ataques aos inacianos, naquele momento, eram duros e recorrentes. Bento Cepeda, um jesuíta renegado, escreveu um libelo acusando os ex-colegas de São Paulo de haverem aderido a práticas sexuais de amplo conhecimento público. Era uma acusação grave quando se lembra que, dois séculos antes, no litoral norte do mesmo estado, Anchieta dera o exemplo de

autocontrole ao recusar as índias que lhe eram oferecidas com insistência. Cepeda listava supostos casais homossexuais dentro do Colégio dos Jesuítas da cidade: “Padre Manuel dos Santos com o estudante Antônio José, o Padre Inácio Ribeiro com o músico Inacinho; Pedro de Vasconcelos com João Xavier, Pedro Barreiros com Joaquim Veloso”. E concluía:

A torpe laxidão em que viviam os jesuítas, a monstruosa corrupção de costumes a que tinham chegado estes homens, faziam neste Brasil a esta família não só inútil, mas absolutamente perniciosa, abominável e merecedora de perpétua abolição.^[78]

A expulsão dos jesuítas foi antecipada por uma legislação que reorganizava toda a relação com os indígenas, da maneira como havia sido definida sete décadas antes pelo Regimento das Missões. Tratava-se do Diretório dos Índios, de 1755. Com ele, os missionários eram substituídos por funcionários da coroa e a catequese, deixada de lado em torno de campanhas educacionais civilizatórias.

Para os índios, a maior mudança estava no abandono da antiga boa vontade dos jesuítas para com seus costumes. No regime de Pombal, os nativos precisavam, obrigatoriamente, usar roupas europeias e falar português, e não qualquer uma das

línguas gerais. Além disso, o casamento misto entre índios e colonos europeus era estimulado, enquanto os inacianos preferiam manter os locais isolados e casar exclusivamente dentro das aldeias. Pombal queria a miscigenação, desde que os filhos destes casais fossem criados como cidadãos portugueses.

O diretório previa a mudança inclusive dos nomes das aldeias. Quando a missão de Trocano, no Pará, mudou de nome para Borba-a-Nova e deixou de ter jesuítas, o último inaciano a deixar o local foi Anselmo Eckart.

Nascido em agosto de 1721, Anselmo entrou para a Companhia em julho de 1740. Seguiu para o Maranhão em 1753, e um mês depois de chegar a São Luís foi enviado para o Pará como assistente do padre Gabriel Malagrida. Os dois viajaram para Piraguiní, no Rio Xingu, e então para a aldeia dos Abacaxis, no Rio Madeira. Fundada em 1696, a aldeia foi a casa de Anselmo entre 1754 e 1755. Dali, partiu para a aldeia de Trocano, onde estava quando Pombal começou a reformular todo o trabalho de catequização.

O governador Francisco Xavier de Mendonça e Furtado, irmão do ministro poderoso, chegou à região recorrendo ao fantasma das missões do sul. Acusou os jesuítas de fornecerem treinamento miliar aos índios, para que resistissem às mudanças de gestão como haviam feito no sul. Argumentava com base em

duas armas encontradas na missão, e dizia que os religiosos alemães instalados no meio da Floresta Amazônica eram na verdade guerreiros disfarçados. “Mas que maneira tão estranha de ajuizar!”, Eckart argumentaria em seu diário, escrito anos depois. “Aqueles que nada sabiam de ciência bélica foram acusados de planejar uma guerra.”

Em 1757, Anselmo foi deportado para Portugal, graças a um decreto que também puniu os padres Teodoro da Cruz, que vivia na missão de Caeté, e Antônio José, colega de Eckart em Trocano. Dois anos depois, começava um longo período na prisão, que durou de 1759 a 1777 – primeiro em prisão domiciliar^[79], depois em uma cela na prisão de São Julião da Barra, na vila portuguesa de Oeiras, na margem direita do rio Tejo.

Lourenço Kaulen foi outro a frequentar a prisão portuguesa. Em sua cela, segundo seu próprio depoimento, ratos se espalhavam pelo chão e davam cria dentro dos travesseiros de palha onde os prisioneiros apoiavam as cabeças. O alemão escreveu um relato rico em detalhes, descrevendo a rotina na cadeia. Contou que, por algum tempo, o pedido dos presos jesuítas de se confessarem a cada oito dias foi paulatinamente proibido pelos guardas. Mesmo quando era possível se confessar, os guardas abriam as portas da sala o tempo todo,

colocando em risco o segredo de informações implicado no sacramento. Não era permitido manter Bíblias, breviários ou rosários. Contudo, os irmãos dividiam seus alimentos e contavam com a boa vontade de quem lhes trazia comida para receber cartas com notícias do mundo fora da cadeia.

Os religiosos presos só seriam liberados das cadeias no governo de Dona Maria I, a partir de 1777. Ao deixar a cela, Eckart seguiria para um dos únicos lugares onde, oficialmente, ainda existiam jesuítas: a Rússia. Ali viveu até 1809.

Depois que a ordem acabou e ficou claro que não seria reaberta tão cedo, o exílio provisório na Itália parecia uma solução insuficiente. Foi quando o leste europeu se apresentou como a única casa possível. Parte dos religiosos seguiu para a Rússia e a Prússia, contratados como professores por dois entusiastas daqueles homens de esmerada formação educacional: Frederico, o rei prussiano, e Catarina, a Grande, da Rússia, comemoraram o desperdício de mão de obra realizado pelo Vaticano. A Prússia, em especial, apresentava excelentes condições de trabalho: uma série de territórios da Polônia católica, recém-anexados, estavam cheios de jovens precisando de formação e fiéis, de orientação.

Quanto a Pombal, viveu os últimos anos no ostracismo. A rainha chegou a proibi-lo de sequer se aproximar da capital.

Morreu em 1782.

Em 7 de agosto de 1814, com a Europa totalmente arrasada pelas guerras napoleônicas, Pio VII, que acabava de regressar a Roma depois de ser mantido prisioneiro por Napoleão Bonaparte, assinou a bula *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, que autorizava a reinauguração da ordem. Mas o estrago estava feito: Pombal, o maior e mais bem-sucedido de tantos inimigos da ordem, havia proibido suas atividades por tempo suficiente para que ela nunca mais tivesse a mesma influência fora da Europa. O trabalho missionário estava enfraquecido, e com isso o forte apelo a jovens ricos e bem instruídos diminuía. Resultado: hoje a ordem tem menos membros do que tinha quando da publicação do breve *Dominus ac Redemptor*, em 1773.

Riquezas confiscadas

No Brasil, quando os jesuítas foram novamente autorizados a atuar, suas propriedades já não eram as mesmas fazia tempo. O processo acelerado de sequestro e desapropriação de bens havia exaurido, em questão de meses, todo um trabalho de dois séculos.

Uma Carta Régia, tornada pública em 18 de junho de 1760, decidiu por arrendar parte das propriedades a pessoas

selecionadas pela corte, os chamados “contemplados”. Na sequência, uma nova carta real, agora de 25 de fevereiro de 1761, determinou a incorporação de uma outra leva de propriedades para o erário português. Algumas delas seriam leiloadas. Os mais de 6 mil escravos da Companhia deveriam ser vendidos e as fazendas e engenhos, arrendados. Latifúndios deveriam ser loteados primeiro, para que os blocos de terras menores e mais fáceis de gerir fossem administráveis por uma maior quantidade de colonos.

Eventualmente, lotes inteiros de bens eram vendidos, de uma só vez, a grandes compradores. Foi o que aconteceu em abril de 1784, quando o alferes Francisco Antonio de Carvalho fez a seguinte compra de imóveis na Vila da Vitória, no Espírito Santo:

Uma morada de casas térreas cobertas de telhas, nº 290, na Rua do Colégio, da parte de cima feitas de pedra e barro, um lancinho de chão na mesma rua, outro lancinho de chão na mesma rua, o lanço de chãos sitos na Rua do Colégio para a parte de baixo, um chão nos fundos deste que fazem frente para a travessa chamada de Frei Jorge, um chão que fica junto do Reverendo Vigário da Vara, um chão em que erigiu casas de José da Silveira, com pensão de foro, um lanço de chão em que erigiu casas Rosa Maria, preta forra, número 51, sitos na rua que vai do Trapiche

para a parte de S. Francisco, uns chãos defronte da enfermaria dos padres, o chão em que está ereta, com pensão de foro, a casa que foi de Manoel José e são hoje de Francisco dos Santos, pardo forro sito no porto chamado dos padres, o chão em que está ereta a primeira morada de casas de Antonio dos Santos, número 573 com pensão de foro, sitos na rua que vai do Porto dos Padres para o sítio chamado Egipto, outro chão em que está ereta, com pensão de foro, a segunda morada de casas de Antonio dos Santos, número 572, sito na rua que vai do Porto dos Padres para o sítio chamado Egipto, um chão em que está a terceira morada de casa do mesmo Antonio dos Santos número 571, com pensão de foro, sito na rua que vai do dito Portão para o sítio do Egipto, um lanço de chão sito na rua do Carmo, número 618, um chão sito na rua que desce da matriz para a praia em que se podem fazer 2 moradas de casas, número 168 e número 169, um chão em que existiu uma casa térrea, hoje extinta na rua que desce da matriz para a praia, número 160, um lanço de chãos em que existem uns pilares meio arruinados e alguma parte do teto de uma morada de casas térreas, número 171, um chão em que existiu a casa térrea chamada da pedra, da qual estão uns pilares arruinados, número 172.

Já nas bibliotecas não se deveria mexer: elas seriam transferidas para outras ordens e mantidas como patrimônio cultural. Fazia sentido. Os jesuítas deixaram uma grande quantidade de livros. Na região norte, por exemplo, ficaram no

Brasil 5 mil volumes no colégio São Luís, 2 mil volumes no colégio de Santo Alexandre, em Belém, e mil em Vigia, na cidade de mesmo nome. Para gerar todo esse processo, foi criado o cargo de Tesoureiro Real dos Bens Confiscados^[80].

Parecia um plano bastante razoável. Na prática, a coroa não arrecadou tudo o que esperava. Muitas das fazendas foram saqueadas, obras de arte dos colégios e das igrejas sumiram e, no caos que se seguiu ao sumiço quase instantâneo dos religiosos, escravos e gado foram incorporados a fazendas vizinhas. Os engenhos de açúcar, que faziam da Companhia uma das maiores fornecedoras do produto na colônia no século XVIII, também estavam em processo de abandono. Algumas exceções se mostraram notáveis: na ilha de Marajó, por exemplo, a coroa encontrou mais de 130 mil cabeças de gado em terras dos inacianos, enquanto que, na época, eles declaravam não possuir mais do que 30 mil cabeças.

Uma parte da renda deveria vir da arrecadação de impostos e dízimos sobre a produção. Se, por um lado, os jesuítas faziam de tudo para evitar esse tipo de repasse de dinheiro para a coroa, por outro, uma parte considerável dos novos donos das terras não conseguiu geri-las com a mesma competência. Em muitos casos, as fazendas foram abandonadas ou revendidas a preços mais baixos, e a arrecadação da coroa se viu bastante

prejudicada.

Além disso, algumas das propriedades mais imponentes, como as fazendas de Santa Cruz e do Engenho Novo, foram mantidas sob controle do estado para garantir o fornecimento de gado para a população. Todavia, diante dos movimentos óbvios de perseguição aos jesuítas, os inacianos já vinham deixando de lado seus esforços, e as propriedades foram encontradas em péssimo estado. Precisavam de investimento da coroa, num momento em que ela estava mais interessada em arrecadar com rapidez, inclusive para acelerar o esforço de reconstrução de Lisboa.

A incompetência no gerenciamento em comparação à gestão dos jesuítas é visível no caso da ilha de Marajó. As fazendas dos jesuítas foram vendidas a 22 pessoas. Depois de quinze anos, oito propriedades estavam abandonadas; outras tinham sido vendidas ou os donos, morrido sem que herdeiro algum se apresentasse para mantê-las. Rapidamente, a quantidade de gado despencou, os valores das terras decaiu e a ilha ficou em estado de virtual abandono. A diminuição na quantidade de cabeças de gado e de cavalos, aliás, foi uma constante entre as fazendas tomadas dos jesuítas, de norte a sul. Sinal de que os religiosos eram especialmente competentes na pecuária.

Ao sul, a maior parte das missões acabou abandonada, com

seus moradores escravizados ou incorporados às maiores cidades. Afinal de contas, descaracterizadas e sem a liberdade mínima de manifestação a que os índios estavam acostumados, elas se tornaram apenas vilarejos desinteressantes. Mostravam-se cada vez mais miseráveis, já que a qualidade da produção de bens para exportação, de gado a instrumentos musicais, caía vertiginosamente, enquanto dezenas de cheias de objetos preciosos eram vistas deixando as igrejas abandonadas. Alguns aldeamentos ainda foram mantidos, administrados por militares e religiosos de outras ordens, até virarem cidades comuns – foi o caso de Córdoba, na Argentina. No mais, alfabetizados ou treinados para exercer profissões, os silvícolas foram se incorporando à vida nas cidades.

Porém o maior impacto da saída dos jesuítas foi no campo da educação. Certas regiões, o Pará em especial, demorariam muitas décadas para voltar a ter qualquer tipo de infraestrutura de ensino. Na década de 1770, quase todas as escolas estavam nas mãos dos inacianos. De repente, não havia mais professores – um tipo de mão de obra que não se forma de um dia para o outro, principalmente quando os próprios mestres que formam os educadores não estavam mais presentes.

Sem os jesuítas, o Brasil nunca mais seria o mesmo. Eles podiam ser tomados por intrometidos, não pagar os impostos

que os demais eram obrigados a recolher, manter negócios que iam muito além da religião, influenciar na política com mão mais pesada do que um estado moderno e esclarecido deveria aceitar.

No entanto, em sua ausência, fazendas e engenhos ficaram largados, os índios tiveram diluída de vez o que havia sobrado de sua identidade e o sistema educacional precisaria ser reconstruído. A integração entre norte e sul do país, viabilizada pelo intercâmbio de produtos e pelas viagens de jesuítas entre pontos diferentes do país, também seria seriamente prejudicada.

Os séculos XIX e XX veriam algumas tentativas desta reconstrução, enquanto a ordem recomeçava, agora em escala de alcance bem mais limitada ao campo religioso. Seria só no século XXI que a Companhia se veria de volta, definitivamente, ao centro dos acontecimentos em Roma. Para isso, foi preciso que um papa alemão renunciasse e um argentino fosse eleito.

CAPÍTULO 9

Jorge Bergoglio e a sociedade no poder

Na primeira sessão de votos para escolher o novo papa, o argentino ficou em um surpreendente segundo lugar. O candidato mais cotado, o cardeal alemão Joseph Ratzinger, conhecido por sua postura conservadora, recebeu 47 votos. Nas votações seguintes, o alemão viu crescer sua votação para 65 votos, e depois 72 e 84. Mas o número de pessoas que preferia o argentino permanecia incômodo. Estava criado o impasse: se a situação se mantivesse, Ratzinger teria de desistir da votação, assim como o concorrente, para que os dois dessem espaço para um nome de consenso. Contudo, o segundo colocado mudou todo o cenário estabelecido pelos eleitores progressistas: desistiu de concorrer e, emocionado, pediu que os colegas evitassem atritos e aceitassem a vitória de seu oponente. E foi assim, de acordo com o relato da revista italiana Limes, que a fumaça branca subiu, com o anúncio de que o substituto de João Paulo II se chamaria Bento XVI.

O primeiro cardeal de formação jesuíta foi eleito logo em 1593, apenas seis décadas após a fundação da ordem: o espanhol Francisco de Toledo, professor de Teologia Escolástica no Colégio Romano. Era um filósofo e teólogo muito respeitado nos círculos do Vaticano da época, coordenador da produção de uma

nova versão da Bíblia, que seria adotada pelos católicos até a atualidade. Na sequência, o sucessor de Inácio de Loyola no comando dos inacianos, Diogo de Laynez, foi por alguns anos um fortíssimo candidato ao papado. Chegou a articular seu nome entre os eleitores da época. Não obteve sucesso, mas parecia que o controle sobre o papado viria logo. Não foi o que aconteceu.

linha do tempo							
1869	1904	1936	1961	1965	1967	2008	2013
Início do Concílio Vaticano I	Nascimento de John Courtney Murray	Nascimento de Jorge Mario Bergoglio	Início do Concílio Vaticano II	Pedro Arrupe é escolhido Gen. dos Jesuítas	Morte de John Courtney Murray	Adolfo Nicolás é escolhido Gen. dos Jesuítas	Jorge Bergoglio é eleito papa e adota o nome Francisco

Foi apenas no dia 13 de março de 2013 que um jesuíta alcançou o cargo mais alto da Igreja Católica. A eleição de Jorge Bergoglio quebrou recordes: ele é o primeiro papa nascido nas Américas e no hemisfério sul, o primeiro não europeu em quase 1.300 anos^[81] e o primeiro inaciano. Escolheu o nome pontífice Francisco, uma homenagem clara ao fundador de outra ordem, a dos franciscanos, mas que também pode fazer referência a São Francisco Xavier.

Jorge Mario Bergoglio nasceu em 17 de dezembro de 1936, na capital argentina. Filho de um imigrante italiano, trabalhador ferroviário e jogador de basquete do time do San Lorenzo, o jovem tinha outros quatro irmãos mais novos. Formou-se em química e pediu em casamento uma moça chamada Amália. Disse a ela que, se ouvisse uma recusa, se tornaria padre. Em

1958, sem Amália, entrou para o noviciado da Companhia de Jesus.

Continuou toda sua carreira na Argentina. Virou mestre dos noviços em 1973, reitor da Faculdade de Filosofia e Teologia de San Miguel em 1980, bispo auxiliar de Buenos Aires em 1992 e arcebispo da cidade em 1998. Tornou-se cardeal em 2001. Ficou famoso por suas atitudes humildes: costumava andar de ônibus, caminhar pela rua sem segurança e ir ao estádio do time do San Lorenzo – que venceria uma Copa Libertadores da América pela primeira vez em 2014, um ano depois de seu torcedor mais ilustre ser eleito pontífice.

Na verdade, fazia alguns anos que o ambiente estava preparado para a chegada de um papa jesuíta. Bento XVI havia colocado inicianos em posições de peso, como a secretaria da Congregação para a Doutrina da Fé (cargo ainda hoje ocupado pelo espanhol Luis Ladaria Ferrer) e a secretaria de Imprensa do Vaticano (vaga do italiano Federico Lombardi, mantido por Francisco). O antecessor de Bento, João Paulo II, tinha em Roberto Tucci, que foi o diretor-geral da rádio do Vaticano, o organizador de seus eventos públicos. Somados, os dois papas anteriores a Bergoglio assinaram a eleição de dez cardeais jesuítas.

Em 2005, com a morte de João Paulo II, Jorge chegou perto

de representar a ala progressista da Igreja na disputa contra o cardeal alemão Joseph Ratzinger. Se sua renúncia em sustentar o impasse a que o conclave se encaminhava foi impressionante, o mesmo pode ser dito da própria renúncia do papa Bento XVI, oito anos após receber o controle da Igreja – o primeiro abandono de cargo em espantosos 598 anos. Assim, o argentino se viu em condições claras de assumir o cargo, num contexto tão diversamente inédito que só poderia mesmo representar um novo momento para a Igreja.

Conhecido por dormir em um apartamento muito simples, e não no Palácio Apostólico, por recusar o carro blindado, pela simpatia no trato com todos, sobretudo os mais humildes, e pela simplicidade com que ignora protocolos, o papa Francisco caminha a passos largos para modernizar a instituição e atacar alguns de seus mais graves problemas, em especial os escândalos financeiros^[82] e as acusações de pedofilia^[83]. Esse processo de reformulação começou, ainda que timidamente, no século XX, e também contou com o apoio dos jesuítas.

Liderança na reforma

Com a Igreja desgastada a partir do século XIX, os inicianos se mostraram fundamentais, mais uma vez, no processo de

recuperação. Os Concílios Vaticano I e II, que reformaram a instituição, contaram com a participação de lideranças inacianas decisivas.

No primeiro encontro, finalizado em 1870 depois de quatro sessões públicas, a infalibilidade papal para os assuntos ligados à fé foi declarada como dogma com todo apoio dos inacianos. Era uma questão polêmica, não tanto a infalibilidade em si, mas o momento histórico, voltado ao racionalismo e pouco afeito a afirmações de que um homem poderia ser à prova de falhas. Os inacianos também ajudaram a elaborar e apoiaram enfaticamente a declaração de que a existência de Deus podia ser comprovada pela razão – uma afirmação de extrema importância para um século em que muito se pregava exatamente o uso da razão para superar a fé.

Na mesma época, os jesuítas foram atuantes no resgate de um símbolo de fé expressivo, o Sagrado Coração de Jesus, muito usado para acusar os ataques contra a fé, que fariam sangrar o coração de Cristo. Ainda ajudaram a divulgar, a partir de 1854 e por intermédio de uma campanha massiva disseminada em todos os pontos de alcance dos inacianos, o dogma da Imaculada Conceição: a noção, também bastante polêmica, de que a mãe de Jesus levou uma vida totalmente pura e sem nenhum pecado.

Já no Concílio Vaticano II, um dos nomes de maior destaque

foi John Courtney Murray, um dos mais influentes teólogos norte-americanos do século passado. Nascido em Nova York em 1904, noviço da Sociedade de Jesus a partir de 1920, ele morou nas Filipinas e retornou aos Estados Unidos na década de 1930. Depois deste momento, tornou-se arquiteto de um dos documentos mais importantes publicados durante o encontro: o tratado *Dignitatis humanae*, lançado em 1965 e que contou com a participação decisiva de Murray a partir da segunda sessão do concílio, dois anos antes^[84].

Trata-se de um marco na aceitação por parte dos católicos de outras manifestações religiosas, que facilitou o recente esforço ecumênico do Vaticano liderado por João Paulo II. Descreve as bases políticas e jurídicas da liberdade de consciência e as diferenças entre a crença pessoal e as normas governamentais de convivência. Em resumo, como Murray afirmou, em outra ocasião:

Não é função da lei civil prescrever qualquer coisa que seja moralmente certa, nem proibir tudo o que seja moralmente errado. O alcance da lei é limitado à manutenção e à proteção da moralidade pública. Questões de moral privada estão para além do alcance da lei; elas são deixadas para a consciência pessoal.

Esse tipo de argumentação ainda hoje permite que líderes políticos citem o jesuíta quando querem argumentar que a lei civil não deveria proibir nem liberar o uso de camisinhas ou a prática do aborto – seriam atitudes resultantes da consciência pessoal e não deveriam ser ditadas por lei alguma. Por isso mesmo, seus escritos sobre as tensões existentes entre a rotina em sociedade e a vida religiosa foram, num primeiro momento, muito malvistas dentro do Vaticano. Seu pensamento se mostraria muito relevante para o Segundo Concílio, mas somente depois de anos tendo a publicação negada e enviando secretamente seus textos para os superiores em Roma. Murray estava alguns anos à frente de seu tempo, e foi reconhecido por seus pares ainda em vida.

No resto do mundo, os jesuítas experimentaram a dificuldade em se recuperar após a reinauguração da ordem. Na China, por exemplo, o trabalho missionário tinha sido destruído muito antes pela rixa entre os inicianos, totalmente adaptados à cultura local, e os missionários de outras ordens, que não aceitavam o trabalho de catequização que fizesse concessões demais. O resultado desse desentendimento, já no início do século XVIII, foi a expulsão de todo e qualquer cristão do território chinês. Assinada pelo imperador Kangxi, a decisão se deu em reação a uma bula do papa Clemente IX, que, em 1704,

proibiu os cristãos chineses de participarem de rituais dos cultos dos antepassados.

Revoltado, Kangxi, que tinha a seu redor um grande número de jesuítas como consultores para assuntos de matemática, geografia e astronomia, acabou por decretar o fim de todas as missões cristãs em 1721. Os católicos foram perseguidos, Bíblias acabaram queimadas e os cristãos só puderam retornar ao país em 1939, quando finalmente o papa Pio XII anulou a medida de Clemente IX.

Neste meio-tempo, o que ficou na China depois da morte de Mateo Ricci foi a riqueza da troca de informações entre chineses e europeus. Traduções de obras importantes de lado a lado, assim como visitas de chineses ao Velho Continente, tornaram-se mais comuns. A corrente filosófica do Iluminismo, instalada na Europa do século XVIII, seria muito beneficiada pelas traduções de obras de Confúcio.

Mais recentemente, com a abertura da China para o mundo desde a década de 1990, o país começou a caminhada para ser a maior nação cristã do mundo. O cristianismo está crescendo rapidamente entre os chineses, que já têm a segunda maior população de seguidores em toda a Ásia, atrás apenas das Filipinas e à frente de Índia e Indonésia.

No Japão, os cristãos também permaneceram expulsos por

muito tempo. Quando a nação se reabriu para o contato com o exterior, em 1808, alguns japoneses cristãos, que tinham mantido sua religião em segredo, voltaram a se manifestar. Os missionários franceses que chegaram primeiro ao arquipélago nesta época se surpreenderam ao encontrar 60 mil *kakurekirishitan* (“cristãos ocultos”). Eles haviam adaptado as imagens dos santos para se parecerem com as de figuras do budismo, e rezavam usando mantras que continham orações católicas e expressões em latim, português e espanhol discretamente posicionadas no meio das frases. A fé ocidental continua minoritária no país: hoje, o cristianismo é a religião professada por apenas 1% da população.

A influência da ordem nos Estados Unidos é curiosamente alta para um país de longa tradição protestante, e não católica. O país tem 28 centros de ensino fundados e mantidos por jesuítas, incluindo a Universidade Georgetown, a Universidade Fordham e a Universidade de São Francisco. Além de John Courtney Murray, outro inaciano americano se destacou nas últimas décadas, num campo totalmente diferente. Foi o padre Walter Halloran.

Em 1944, esse jesuíta de 27 anos participou do exorcismo de um garoto de 13 anos na cidade de St. Louis. O padre Halloran concordou em ajudar o vigário da paróquia de São Francisco, William Bowdern, e o diretor do Departamento de Educação da

Universidade de St. Louis, Raymond Bishop. O adolescente apresentava marcas misteriosas no corpo, reagiu com voz de idoso diante de crucifixos e disse longas frases em latim de vocabulário muito além do conhecimento de um jovem norte-americano naquela região e naquela época. De acordo com relatos, o demônio presente no garoto teria sido expulso com sucesso. Os comentários de Halloran a respeito do incidente seriam decisivos para inspirar William Peter Blatty a escrever o livro *O Exorcista*, base do filme clássico de 1973.

Na mesma época, do outro lado do mundo, o jesuíta Pedro Arrupe estava em Hiroshima com outros sete jesuítas no dia em que a bomba atômica caiu sobre a cidade. Os oito sobreviveram para ajudar no resgate dos feridos. Arrupe, que já tinha sido preso por suspeita de espionagem logo na sequência do ataque japonês contra Pearl Harbor, acabaria se tornando chefe dos jesuítas no Japão e, em 1965, o Superior da ordem. Ele foi o primeiro basco a assumir o posto desde Santo Inácio de Loyola.

Na América espanhola, os cristãos continuam extremamente influentes. Em El Salvador, seis jesuítas se tornaram mártires contemporâneos: Ignacio Ellacuria, Segundo Montes, Ignacio Martín-Baró, Joaquín López, Juan Ramón Moreno e Amado López. Todos eles, além da faxineira do grupo, Elba Ramos, e sua filha Celina, foram assassinados no dia 16 de novembro de

1989. Os atiradores, soldados do batalhão de infantaria do exército, invadiram o campus da Universidade Centro-Americana José Simeon Cañas e abriram fogo. O governo havia taxado os seis como subversivos. Ignacio Ellacuria era reitor da universidade e vinha produzindo estudos e pesquisas sobre as condições sociais do país, governado por um regime militar^[85].

Na Europa, os jesuítas nunca deixaram de se manter influentes, inclusive em momentos de crise^[86]. Dezenas de inicianos foram parar em campos de concentração. Membros da ordem por toda a Europa ajudavam a proteger judeus perseguidos pela Alemanha nazista – um regime que, aliás, tinha especial ojeriza contra os inicianos, que até 1938 transformaram um colégio de Innsbruck num verdadeiro centro de resistência contra o governo de Hitler. Doze religiosos da ordem^[87] seriam homenageados pela Yad Vashem, uma entidade que celebra as pessoas que colocaram a própria vida em risco para diminuir o impacto do Holocausto.

Anos antes, em 1927, um físico belga e padre jesuíta descreveria pela primeira vez a teoria do Big Bang. George Lemaître estudou em colégio jesuíta, cursou faculdade de engenharia, atuou na Primeira Guerra Mundial e publicou estudos sobre as origens e a expansão do universo, de maneira independente e antes do russo Alexander Friedmann. O físico,

que era amigo de Albert Einstein e chegou a viajar com ele para uma série de conferências nos Estados Unidos, seguia uma tradição antiga que colocava os religiosos na dianteira de uma revolução científica: a sismologia já foi chamada “ciência jesuíta”, e eles contribuíram para a física experimental e o desenvolvimento de relógios de pêndulo, barômetros e telescópios.

Antes de Lemaître, um paleontólogo inaciano já tinha feito história: na década de 1920, o francês Pierre Teilhard de Chardin fez parte da equipe que encontrou uma ossada de mais de 700 mil anos. Era o Homem de Pequim, o mais importante ancestral dos chineses conhecido. Seus escritos teológicos, que discutiam o conceito de pecado original, foram censurados pela igreja em sua época, apesar dos protestos da Companhia de Jesus. Atualmente, são louvados pelo ex-papa Bento XVI e pelo papa Francisco.

Figuras mitológicas

Ao longo do século XX, os jesuítas, como todas as outras grandes ordens católicas, experimentaram dois momentos distintos: o crescimento no número de membros até o auge na década de 1960, e o declínio acentuado. Hoje, existem pouco

mais de 17 mil jesuítas, entre padres, escolásticos, irmãos e noviços, uma quantidade equivalente ao número de religiosos em 1910 (quando o planeta tinha 5 bilhões a menos de seres humanos).

No ano 2000, eram mais de 20 mil jesuítas. Em 1965, o auge, ultrapassavam os 35 mil membros. Nos anos mais recentes, o número caiu na Europa e na América do Norte, despencou na América Latina, aumentou um pouco na África e cresceu bastante na Ásia, onde vivem 5.600 dos jesuítas do mundo, ou 34% do total^[88]. Os inacianos estão em 112 países, de seis continentes. São religiosos de idade média avançada: 57,3 anos. O atual Geral dos jesuítas, que era superior de Jorge Bergoglio até 2013 e agora responde ao papa argentino, é o padre espanhol Adolfo Nicolás.

No Brasil, a ordem ainda mantém uma presença expressiva, que vai além da importância histórica. Alguns grandes centros de ensino do país são mantidos pela Companhia, em especial a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade Católica de Pernambuco e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos^[89]. Nos anos 1960 e 1970, alguns membros do grupo, sobretudo o padre João Batista Libanio, envolveram-se com a corrente católica focada nos problemas sociais, a Teologia da Libertação.

À Amazônia, onde a presença da Companhia já foi tão expressiva, os inacianos só retornaram a partir da segunda metade do século XX, em comunidades formadas em Manaus, Belém e no sul do Pará. Ainda assim, até vinte anos atrás não havia uma região administrativa dos jesuítas dedicada ao norte do país. Toda a ação dos religiosos na área amazônica era coordenada a partir da distante Fortaleza. Essa situação só mudou 235 anos após a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Quanto aos índios, foram mortos ou incorporados aos ambientes europeus. Algumas aldeias sobreviveram a cinco séculos de colonização. Muito recentemente, na década de 1960, o antropólogo Egon Schaden esteve com um grupo de silvícolas de etnia mbüa, uma subdivisão dos guarani que pode ser encontrada no sul do Brasil, no Paraguai, na Argentina e no Uruguai. Ouviu deles a seguinte lenda: existe uma aldeia especial, onde não falta comida nem água e todas as crianças são saudáveis.

Seu nome é “Terra do Ketxuíta”, ou “Terra de Kétxu Kírito”. Na “terra dos jesuítas”, ou “terra de Jesus Cristo”, viveu um velho sacerdote do povo mbüa, um sábio chamado Ketxuíta que teria sido o primeiro a seguir para o céu, a terra da imortalidade. E é para lá que os mbüas podem seguir depois da morte.

É este o tipo de marca que os jesuítas deixaram no Brasil.

Figuras mitológicas, que conheciam os caminhos para as terras celestiais. Pais fundadores, decisivos para a formação do próprio país e de algumas de suas cidades mais representativas. Líderes civis, de grande talento administrativo e forte tendência a interferir nos assuntos leigos. E, principalmente, educadores. Formadores de gerações e gerações de índios, negros e brancos, religiosos ou não. Não é possível entender a Igreja Católica e todo o processo de colonização iniciado há mais de quinhentos anos sem levar em consideração os jovens intelectuais e aventureiros de Inácio.

Bibliografia

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens: A Negociação da Fé no Encontro Catequético-Ritual Americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

ALDEN, Dauril: *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. *Dom João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: Conflitos, Intrigas e Linguagens Políticas em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. (c.1777-1802). Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

ALVIM, Davis Moreira. *A Colônia Imaginada: Anchieta e as Metamorfoses do Imaginário Medieval na América Portuguesa (1534-1597)*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2004.

AMBROGETTI, Francesca; RUBIN, Sergio. *El Jesuíta – La Historia de Francisco, El Papa Argentino*. Buenos Aires: Vergara & Riba, 2013.

ANGELO, Leonardo Bassoli. *Santa Cruz: Uma Fazenda Jesuítica na Economia Brasileira (1589-1759)*, XIV Encontro Regional da

ANPUH–Rio, Rio de Janeiro (RJ), 2010.

ANZOLIN, André Soares. *Entre Espíritos Doentios e Doenças do Espírito: Tupi, Jesuítas e as Epidemias na América Portuguesa (1549–1585)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Porto Alegre, 2013.

ARENZ, Karl Heinz. Do Alzette ao Amazonas: Vida e Obra do Padre João Felipe Bettendorff (1625–1698). *Revista Estudos Amazônicos*, v. V, n. 1, p. 25–78, 2010.

_____. “Não Saulos, mas Paulos”: Uma Carta do Padre João Felipe Bettendorff da Missão do Maranhão (1671). *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 271–322, 2013.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: o Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *A Terra dos Brasis: a Natureza da América Portuguesa Vista Pelos Primeiros Jesuítas (1549–1596)*. São Paulo: Annablume, 2001.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *Cartas – Antônio Vieira*. São Paulo: Globo, 2008.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da*

Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Belém: Fundação Cultural do Pará, 1980.

_____. *Compêndio da Doutrina Christã na Lingua Portuguesa e Brasilica*. Lisboa: Simão Traddeo Ferreira, 1687.

BÔAS, Luciana Villas. Línguas da Pregação: Os Meninos da Terra e as Missões Jesuíticas no Brasil (1549-1555). *Revista USP*, São Paulo, n. 81, p. 161-172, março/maio 2009.

BOFF, Claudete. *A Imaginária Guarani: o Acervo do Museu das Missões*. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, Traficantes e Degredados*. São Paulo: Objetiva, 1998.

_____. *Capitães do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 2006.

CABRAL, Luiz Gonzaga. *Jesuítas no Brasil (século XVI)*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

CALVINO, João. *A Instituição da Religião Cristã*. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

CAMAROTTI, Gerson. *Segredos do Conclave*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

CARRARA, Angelo Alves. A População do Brasil, 1570–1700: uma Revisão Historiográfica. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1–21, 2014.

CARVALHO, Roberta Lobão. A Construção Jesuítica do Levante e Expulsão da Companhia de Jesus do Maranhão (1661 e 1684). *Revista 7 Mares*, UFF, Rio de Janeiro (RJ), n. 2, p. 52–63, 2013.

_____. *Crônica e História: A Companhia de Jesus e a Construção da História do Maranhão (1968–1759)*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.

CÉSAR, Elben M. Lenz, *História da Evangelização do Brasil*, Viçosa: Ultimato, 2000.

CHAMBOULEYRON, R. I.; NEVES NETO, R. M. “Isenção Odiosa”. Os Jesuítas, a Coroa, os Dízimos e seus Arrematadores na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII). *Histórica* (On-line), São Paulo, v. 37, p. 1–9, 2009.

COLERIDGE, Henry James. *The Life and Letters of St. Francis Xavier*. Londres: Burns and Oates, 1881.

COSTIGAN, Lúcia Helena (org.). *Diálogos da Conversão: Missionários, Índios, Negros e Judeus no Contexto Ibero-Americano do Período Barroco*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CRUZ, Carlos Henrique A. O “Cristianismo Selvagem”: Pajelança e Tentativas de Reprodução Autônoma do Catolicismo pelos Indígenas no Universo Colonial (XVI-XVIII). IV Encontro Internacional de História Colonial. Belém (PA), 2012.

CUSHNER, Nicholas P. *The Jesuits in Colonial America: 1565-1767*. Buffalo: Language Communications, 2002.

_____. *Jesuits Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina, 1650-1767*. Albany: State University of New York Press, 1983.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. Missões Jesuíticas: Arquitetura e Urbanismo. Memorial do Rio Grande do Sul. *Caderno de História*, Porto Alegre, n. 21, 2012.

DAVIDOFF, Carlos: *Bandeirantismo: Verso e Reverso*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

DOS SANTOS, Carlos Affonso. *Navarro, o primeiro apóstolo de minas*. Belo Horizonte, Brasil, 1947.

ECKART, Anselmo. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*. São Paulo: Loyola, 1987

ENDO, SHUSAKU. *O Silêncio*. São Paulo: Planeta, 2011.

EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: Encontros Culturais, Aventuras Teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FAGGIOLI, Massimo. *Pope Francis: Tradition in Transition*. Nova York: Paulist Press, 2015.

FERNANDEZ, Jaime e VITTA, Eduardi di. *Presença dos Jesuítas no Mundo Científico*. São Paulo: Loyola, 2004.

FERNÁNDEZ, Rafael Pardo. *Martín de Azpilcueta y su Época*. Pamplona, Gobierno de Navarra, 2011.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. “Notórios Rebeldes”: A Expulsão da Companhia de Jesus da América Portuguesa. In: ANDRÈS-GALLEGO, José (coord.): *Tres Grandes Questiones de la Historia de Iberoamérica*. 2. ed. Madri: Fundación Ignacio Larramendi, 2005, p. 226.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. *A Educação Brasileira No Contexto Histórico*, Campinas: Alínea, 2014. 3. ed.

FRANCO, José Eduardo; TAVARES, Célia Cristina. *Jesuítas e Inquisição – Cumplicidades e Confrontações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Os Jesuítas Portugueses e Espanhóis e Sua Ação Missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

GAMBINI, Roberto. *O Espelho Índio: os Jesuítas e a Destruição da Alma Indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GARCIA, José Manuel (org.). *Cartas dos jesuítas do Oriente e do Brasil, 1549-1551*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2011.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. Ocaso do Poder Jesuítico na Amazônia. *Universitas FACE*. Brasília, v. 4, n. 1/2, p. 187-203, jan./dez. 2007

GREER, Allan. *The Jesuit Relations: Natives and Missionaries in Seventeenth-Century North America*. Bedford/St. Martin's, 2000.

HANSEN, João Adolfo (org.). *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2003.

HECHENBERGER, Daniel. The Jesuits: History and Impact: From Their Origins Prior to the Baroque Crisis to Their Role in the Illinois Country. *Journal of the Illinois State Historical Society* (1998-), v. 100, n. 2, p. 85-109, Summer, 2007.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1990.

INÁCIO, Inês Conceição; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993.

JAECKEL, Volker. Missionários Alemães no Estado do Maranhão e Grão-Pará. *Revista Contingentia*, v. 3, n. 1, p.95-102, maio 2008.

KENNEDY, J.H. *Jesuit and Savage in New France*. New Haven: Yale University Press, 1950.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: Uma Utopia Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KIP, William Ingraham. *The Early Jesuit Missions in North America*. New York: Wiley & Putnam, 1846.

LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LAFLÈCHE, Guy. *Les Saints Martyrs Canadiens Volume 3 – Le Martyre de Jean de Brébeuf selon Paul Ragueneau*. Montreal: Université de Montreal, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas; São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

LOYOLA, Inácio de. *Autobiografia*. Braga: Editorial A.O., 2005.

_____. *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares. Anotações da Congregação Geral XXXIV (1995)*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Loyola, 2002.

LIRA, Rafaela Franklin da Silva. *Um Estudo Sobre as Relações entre Martín de Azpilcueta Navarro e a Companhia de Jesus*. XXVII Simpósio Nacional de História: Natal (RN), 2013.

LU, Caitlin. Matteo Ricci and the Jesuit Mission in China 1583–1610. *The Concord Review*, 2011.

LUZ, Guilherme Amaral. Mem de Sá: o Governador dos Jesuítas e as Tópicas da Guerra Justa. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 2, n. 2, p. 261–274, jul./dez. 2002.

MAYER, Sidney Luiz. *Jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará: Convergências e Divergências Entre Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff na Aplicação da Liberdade dos Índios*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

MELO, Guilherme Theodoro Pereira de. *A Música no Brasil: Desde os Tempos Coloniais Até o Primeiro Decênio da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MESQUIDA, Peri. Catequizadores de Índios, Educadores de Colonos, Soldados de Cristo: Pedagogia Jesuítica de 1549 a 1759. *Comunicações*, Piracicaba (SP), ano 17, n. 1, p. 43–54, jan.–jun. 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras: 1994.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Os Índios nas Cartas de Nóbrega e*

Anchieta. São Paulo: Annablume, 2003.

MURRAY, John Courtney. *We Hold These Truths: Catholic Reflections on the American Proposition*. Nova York: Sheed & Ward, 2005.

NAVARRO, Azpilcueta e outros. *Cartas avulsas, 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

NEVES NETO, R. M. *Um Patrimônio em Contendas: Os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 180 p.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

NOVAES, Adauto (org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

OTIS, Cary. *A History of Christianity in Japan – Roman Catholic/Greek Orthodox and Protestant Missions*. Rutland: Tuttle Company, 1976.

PAIVA, Raul. *São Francisco Xavier – Um Jesuíta nos Caminhos do*

Oriente. São Paulo: Loyola, 2006.

PANIZ, Gabriela. *As Oficinas de Talha nas Missões Jesuíticas Guarani: Circuito de Integração Regional e Testemunho do Patrimônio Histórico*. Aportes do V Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, Santa Rosa (RS), 2012. p. 142-151.

PARKMAN, Francis. *The Jesuits in North America in the Seventeenth Century: France and England in North America*, Vol II. Teddington: Echo Library, 2008.

PEREIRA, Zélia. Os Jesuítas Em Moçambique: Aspectos da Acção Missionária Portuguesa em Contexto Colonial (1941-1974). *Lusotopie* p. 81-105, 2000.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Jesuítas, Saúde e Escravidão na Fazenda de Santa Cruz: Tradições, Esperanças e Sociabilidade Escrava*. XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza (CE), 2009.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. *Conflitos entre Jesuítas e Colonos na América Portuguesa – 1640-1700*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2007.

PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

POMPA, Cristina. *Religião como Tradução: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a Representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RODRIGUES, Luiz F. M. As prisões e o Destino dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão: Narrativa Apologética, Paradigma de Resistência ao Anti-Jesuitismo. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 27-1, p. 9-45, 2009.

ROUSTANG, François. *Jesuit Missionaries to North America: Spiritual Writings and Biographical Sketches*. Fort Collins: Ignatius Press, 2006.

SABEH, Luiz Antonio. *Colonização Salvífica: Os Jesuítas e a Coroa Portuguesa na Construção do Brasil (1549-1580)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Pináculo do Temp(l)o. O Sermão do Padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII*. Brasília: Ed.UnB, 1997.

SANTOS, Cesar Augusto dos. *O Colégio de Piratininga*. São Paulo: Loyola, 2007.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A Regulamentação do Trabalho Indígena nas Missões Jesuíticas. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 3, p. 24-44, mar. 2012.

SÃO BENTO, Viviane M. Caminha. *A Companhia de Jesus e a Cultura Científica nos Tempos da Colônia*. XXVII Simpósio Nacional de História: Natal (RN), 2013.

SCHADEN, Egon. Aculturação Indígena: Ensaio sobre Fatores e Tendências da Mudança Cultural de Tribos Índias em Contato com o Mundo dos Brancos. *Revista de Antropologia*, v. 13, jun. 1964-dez. 1965.

SCHEFER, Aline. Anselmo Eckart, Jesuíta Missionário e Prisioneiro nas Prisões Pombalinas. Modelo de “Vida Exemplar”. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial, p. 1758-1812, 27 a 29 de maio 2014.

SCHMITZ, Egídio. *Os Jesuítas e a Educação*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

SCHROTH, Raymond A. *The American Jesuits: A History*. New York: New York University, 2007.

SEPP, Anton. 1655-1733. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. São Paulo: Martins Fontes; Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

SHABOT, Leonardo Cohen; ALÒS-MONER, Andreu Martínez. The Jesuit Mission in Ethiopia (16th 17th Centuries): an Analytical Bibliography. *Aethiopica*, v. 9, p. 190-212, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, M. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

SPENCE, Jonathan D. *The Memory Palace of Matteo Ricci*. Nova York: Penguin, 1985.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Entre a Cruz e a Espada: Jesuítas e a América Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2008.

TERRAZAS, Santiago Madrigal. *Los Jesuitas Y El Concilio Vaticano II: Meditación Histórica en el Bicentenario de La Restauración de la Compañía de Jesus*. Lección inaugural del curso académico 2014-2015 de la Universidad Pontificia Comillas, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios – Catolicismo e Rebel-dia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira – Jesuíta do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIEIRA, Antonio. *Escritos Instrumentais Sobre os Índios*. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

XAVIER, Francisco. *Obras Completas*. São Paulo: Loyola, 2006.

YAMASHIRO, José. *Choque Luso no Japão dos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Ibrasa, 1989.

WRIGHT, Jonathan. *Os Jesuítas: Missões, Mitos e História*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

Notas

CAPÍTULO 1

INÁCIO DE LOYOLA E AS ORIGENS DA ORDEM

1. A data é incerta; diferentes fontes creditam o nascimento a momentos variados, especialmente outubro ou dezembro.
2. Existem três suspeitas de terem recebido tamanha atenção do futuro santo. Podia ser Dona Germana de Foix, sobrinha de Luís XII, da França, e segunda esposa de Fernando II. Ou Leonor de Habsburgo, irmã mais velha do rei Carlos V, de Portugal. Ou, mais provavelmente, Catarina, também irmã de Carlos V e futura rainha de Portugal, que era quinze anos mais jovem do que Iñigo. Catarina se casaria com o rei Dom João III e, com sua morte, assumiria o trono e a regência do neto, Dom Sebastião.
3. Publicado apenas no século XX, o relato a respeito da vida do fundador da ordem foi ditado para o padre Luís Gonçalves da Câmara, em Roma, em três longas sessões de conversas que aconteceram, respectivamente, em agosto e setembro de 1553, março de 1555 e setembro e outubro do mesmo ano. O relato se estende apenas até a vida do santo em 1538. As

entrevistas foram descontinuadas depois de 23 de outubro de 1555, quando o padre Luís se mudou para a Espanha.

4. Era um processo longo, que durava três dias e começava por um relato feito por escrito. Em muitos lugares, havia até um formulário com perguntas a serem preenchidas pelo fiel.
5. A mula foi muito usada no mosteiro. A espada e o punhal desapareceram. Já o quarto foi transformado numa pequena capela.
6. A visão fez com que ele ficasse especialmente preocupado com a vaidade que se manifesta na aparência de um pensamento cristão autêntico e bem-intencionado.
7. Faz parte dos exercícios espirituais ler trechos de *A imitação de Cristo*, um livro de autoria incerta, mas de impacto inegável sobre a mentalidade religiosa medieval. Ao descrever o calvário de Jesus sob o ponto de vista da experiência mística implicada em cada sofrimento físico, o livro resgatou as experiências realizadas pelos primeiros eremitãos e estimulou a continuidade de uma tradição cristã muito forte: a de reviver, através de um processo intenso e doloroso, as dores físicas e psicológicas experimentadas pelo

filho de Deus.

8. Isabel é um caso raríssimo de mulher que pronunciou votos como jesuíta. Depois, a pedido do próprio Inácio, que com o tempo decidiria nunca aceitar um ramo feminino da ordem, ela foi dispensada de seus votos. Acabou por se tornar freira franciscana.
9. Aclamado santo apenas em 2013, o francês Pedro Fabro era quinze anos mais jovem que Iñigo. Francisco, nascido no mesmo ano de 1506 do colega Pedro, era originário do castelo de Xavier, em Navarra. Espanhol de 1512, Diogo Laínez se tornaria o substituto do fundador e segundo Superior Geral da história da ordem. Foi por intermédio de Diogo que Alfonso Salmerón, espanhol de Toledo, conheceu o fundador da ordem. Único português do grupo, Simão passaria boa parte da vida em sua terra natal, coordenando os esforços missionários financiados por Lisboa. Nicolás Bobadilha, nascido em 1511 na Espanha, era muito pobre e recebeu ajuda financeira de Iñigo por vários anos. Seria o último do grupo a falecer, apenas em 1590.
10. Seu pontificado seria um dos mais movimentados de que se tem notícia. Excomungou o rei inglês Henrique VIII, que

acabaria fundando a igreja anglicana, pagou o artista Michelangelo para realizar a pintura *Juízo Final* sobre o altar da Capela Sistina (obra encomendada por seu antecessor, mas não iniciada até então) e, de quebra, ainda convocou a primeira sessão de debates do Concílio de Trento.

11. O país incorporou a religião antes de muitas nações europeias. O cristianismo copta chegou ao local no século IV, pelas mãos de mercadores gregos. Depois de várias descobertas e redescobertas da parte dos europeus, os portugueses do século XVI se surpreenderam ao encontrar ali catedrais sofisticadas. Mas os cristãos etíopes se reportavam à igreja de Alexandria, no Egito, e mantinham práticas estranhas aos colegas da Europa: exigiam a circuncisão e aceitavam o divórcio e o casamento de padres. O missionário jesuíta Manuel de Almeida, que esteve com os etíopes entre 1624 e 1633, escreveu, horrorizado: “Esta nação é a mais estranha monstruosidade que a África, a mãe dos monstros, criou nas suas remotas e selvagens selvas”.
12. Os missionários instalados em Angola foram longe demais em sua proximidade com as lideranças portuguesas. Acusados de comerciar escravos e explorar as riquezas

naturais por conta própria, tiveram de ser contidos pelo próprio Superior Geral Claudio Aquaviva.

13. Os jesuítas apostariam na aproximação com os reis, na construção de escolas para formar as elites e no combate a costumes considerados não cristãos. Como também aconteceria no Brasil, na Angola do século XVI os missionários eram acusados de participar excessivamente da atividade comercial local. Por outro lado, elaboraram relatórios descritivos de grande valor histórico e dominaram os principais idiomas da região, a ponto de escrever dicionários e gramáticas.
14. Moradia dos reis das dinastias Ming e Qing, o complexo de 980 construções foi o centro do poder no país por cinco séculos, até 1912.
15. Na Índia, o jesuíta italiano Roberto de Nobili foi ainda mais longe: vestindo-se como sacerdote hindu, criou um método de treinamento de novos missionários tão inspirado na religião local que mais parecia pensado para preparar lideranças do próprio hinduísmo.
16. Por outro lado, no longo prazo, a estratégia de Ricci parecia

mais bem-sucedida. Em 1650, com o trabalho de seus sucessores junto aos formadores de opinião do país, a China já tinha 150 mil cristãos.

CAPÍTULO 2

MANOEL DA NÓBREGA E A FUNDAÇÃO DO BRASIL

17. Em Quebec ficava a casa de Notre-Dame dês Anges, sede da campanha missionária da Nova França. No início, o local tinha apenas quatro quartos e uma capela decorada com uma imagem de Loyola, uma de Francisco Xavier e três da Virgem Maria. Em 1636, foi transformada em um seminário de formação, com cinco índios hurões como os primeiros alunos.
18. Os dois acabaram enterrados nos arredores. Encontrados pelos colegas religiosos meses depois, foram levados a Quebec, onde os corpos foram lavados, a carne dos ossos, retirada, e o esqueleto aquecido em um forno. Assim preservados, os ossos foram transformados em relíquias consideradas sagradas. Suas costelas, por exemplo, chegaram a ser usadas em rituais de exorcismo. Em 1984, em visita ao Canadá, o papa João Paulo II fez suas orações sobre o crânio do jesuíta dentro da catedral dedicada aos oito mártires, construída no século XX em Midland.

- René Goupil e João de Lalande completam a lista de santos
19. jesuítas massacrados nesta primeira etapa de colonização no Canadá. Renato fazia parte da missão de Jogues entre os mohawk, em 1642. Enquanto Jogues escapou com vida, ele insistiu em ensinar uma criança a fazer o sinal da cruz e acabou morto com uma arma de caçar falcões. Por sua vez, João viajava com Jogues em sua segunda missão, em 1646. Foi preso com ele e morreu dias depois do companheiro, com um golpe de machadinha na cabeça.
 20. White foi o primeiro jesuíta a rezar uma missa em território norte-americano, em 1634. Andava com um pedaço de madeira preso ao peito, com o qual teria curado um colonizador cuja barriga fora atravessada de ponta a ponta por uma espada.
 21. Na verdade, Inácio queria Nicolás Bobadilla e Simão Rodrigues na Península Ibérica. Francisco só foi escolhido porque entrou no lugar de Nicolás, que ficou gravemente doente na época. Para Xavier, o fundador previa uma vida de prestígio acadêmico e influência entre os teólogos da Reforma Católica.
 22. Anos depois, em 1554, Inácio de Loyola ainda não daria

importância ao Brasil. Num texto de balanço dos trabalhos da Companhia em todo o mundo, mencionou até mesmo as ações na Etiópia, mas não dedicou uma palavra sequer à colônia portuguesa na América do Sul.

23. Os jesuítas chegavam ao Brasil poucos anos depois da primeira entrada na África, apenas meses antes da visita de Francisco Xavier ao Japão (iniciada em 27 de julho de 1549), e com muita antecedência em relação à chegada dos inacianos à colônia espanhola na América do Sul, que só aconteceria em 1566.
24. Em 1553, com a criação oficial da Província do Brasil dentro da organização da Companhia de Jesus, tornou-se oficialmente o primeiro provincial do país. Seria substituído por Luís da Grã em 1559. Escolhido para o cargo novamente em 1570, não viveu o suficiente para assumir o posto.
25. Tibiriçá foi batizado e assumiu o nome ocidental de Martim Afonso. Em 1562, durante uma rebelião de silvícolas, adotou o lado dos brancos e matou seu próprio irmão mais novo, Piquerobi. Morreu vitimado por uma das muitas doenças que os missionários carregavam consigo.

- Participaram da missa inaugural Manuel de Paiva, Afonso
26. Braz, Vicente Rodrigues, Francisco Pires, José de Anchieta, Gregório Serrão, Manuel de Chaves, Pero Correa, Diogo Jácome, Leonardo do Vale, Mateus Nogueira, Antônio Rodrigues e João de Souza.
27. Com a expulsão dos jesuítas, a construção seria descaracterizada e transformada no Palácio dos Governadores, e assim foi mantida entre 1765 e 1908. Foi ali dentro que Dom Pedro I supostamente compôs o Hino da Independência. A Companhia de Jesus só retomou de fato o controle sobre o colégio em 1979.
28. Em pouco tempo surgiriam vários outros aldeamentos na região, como Pinheiros, Penha, Santo Amaro, Carapicuíba e Barueri.
29. Na mesma época, as escolas ganhariam influência e importância ao redor de todo o mundo. O filósofo francês René Descartes, por exemplo, foi educado em uma delas.

CAPÍTULO 3

JOÃO DE AZPILCUETA NAVARRO E A VIAGEM POR MINAS GERAIS

30. Foi um dos primeiros religiosos da ordem a falecer no Brasil – morreu já em 1554, vítima de um naufrágio. No mesmo ano, Pedro Correia e João de Souza foram presos pelos índios carijós de Cananeia, assassinados e devorados.
31. Os primeiros jesuítas do país desembarcaram em procissão. João entrou na cidade de Salvador carregando uma cruz de madeira.
32. Teólogo especialista em direito religioso, Martín admirava Inácio de Loyola e tinha tantos pontos em comum com o pensamento dos jesuítas que queria se tornar missionário. Foi dissuadido pelo primo, Francisco Xavier, que alegou que ele já não tinha mais idade para suportar as viagens e a vida na selva. Enquanto estudou na Universidade de Coimbra, entre 1540 e 1549, João viveu na residência do tio. O *Manual de confessores e penitentes*, de autoria de Martín, seria muito usado pelos jesuítas nas colônias.

33. Tempo suficiente para quase morrer afogado no Rio dos Frades, que desemboca nas proximidades de Trancoso, perto da Praia do Espelho, e que recebeu este nome exatamente porque já tinha provocado a morte de um religioso.
34. Uma expedição anterior, de 1550, chegou ao Rio São Francisco, mas o navio do grupo naufragou e a viagem acabou cancelada. Tomé de Souza encomendou a nova tentativa, porém não chegou a acompanhar os resultados – o trabalho ficou para o segundo governador-geral, Duarte da Costa.
35. Em compensação, Francisco Bruza construiria em Minas Gerais um povoado, que atualmente se chama Espinosa e tem pouco mais de 30 mil habitantes.
36. O recurso dos meninos pregando ao som de canções era muito usado pelos inacianos, de Viena a Goa.

CAPÍTULO 4

JOSÉ DE ANCHIETA E O NASCIMENTO DA LITERATURA BRASILEIRA

37. Ferido por uma flechada no rosto que lhe atravessou o olho durante uma batalha na atual praia do Flamengo, Estácio de Sá morreu dias depois da conquista, em 20 de fevereiro de 1567.
38. Um incidente reforçou a reação contra os franceses, “hereges calvinistas”: a ordem perdeu quarenta jesuítas de uma só vez quando um grupo de missionários, liderados pelo padre Inácio de Azevedo, deixou Lisboa em 1570 em direção ao Brasil. A nau Santiago foi atacada por piratas franceses, que mataram todos os tripulantes, arrancaram a cabeça de vários e lançaram os corpos no mar. A viagem era resultado de uma campanha muito bem-sucedida do padre Azevedo, que havia visitado o Brasil e conseguira em Roma uma autorização especial para arregimentar religiosos para atuar do outro lado do Atlântico. O ataque provocou reações emocionadas em Portugal e no Vaticano.

39. Anchieta escreveu cartas entre 1554 e 1594. São quarenta anos de registros de sua vida, os trabalhos dos missionários, seus feitos e suas dificuldades. Ele seguia o padrão de correspondência estabelecido pelo secretário pessoal de Inácio de Loyola, Juan Alfonso de Polanco. Existiam as cartas de negócios, ou *hijuelas*, que tratavam de assuntos concretos e listavam as necessidades materiais e espirituais das missões. Eram lidas pela cúpula dos jesuítas, nos colégios de formação de religiosos da ordem, e pelas lideranças do Vaticano. Havia também as cartas de edificação, voltadas para um público mais amplo e dedicadas a fazer a publicidade dos trabalhos dos religiosos. Esses relatos descreviam a natureza e as riquezas das terras visitadas, além das características e peculiaridades dos moradores locais. Raramente as cartas eram lidas na íntegra: para garantir o efeito de divulgação dos trabalhos e da busca por novos missionários, eram editadas e adaptadas.
40. Sobre os sermões, ainda como noviço da ordem em Coimbra, José rezava várias missas por dia. No Brasil, mostrou-se tímido a princípio, até que precisou substituir Manoel da Nóbrega em uma liturgia. Seu sermão impressionou o chefe, que lhe deu uma bronca sobre a demora para começar a

fazer pregações durante as missas.

41. Na botica do Colégio do Maranhão, por exemplo, havia nove alambiques de diferentes tamanhos e materiais, cinco tachos, balanças, mais de trinta livros de medicina, espátulas, bacias e escumadeiras. Ali eram preparados xaropes, remédios em pó e compressas em unguentos.
42. Antes mesmo o Rio já vinha ganhando uma série de aldeias para ajudar na função de proteção militar. A começar pela Aldeia de São Lourenço, fundada já em 1568 e administrada pelos jesuítas, e seguindo com a Aldeia de São Barnabé.
43. Ricci provocou impacto ao desenhar uma coleção de dezesseis mapas-múndi com todo o território conhecido dos europeus. Legendadas em chinês, as imagens mostravam a China maior do que realmente era, e sempre no centro do mundo. Ele também ensinaria aos chineses técnicas que aprendera com Clávio para prever eclipses. Divulgou ainda um método de memorização popular entre os romanos antigos, o Palácio da Memória – que consiste em visualizar um ambiente com cômodos para guardar diferentes tipos de informação em cada um deles. Além disso, traduziu livros de Confúcio para o latim e foi coautor da tradução de *Elementos*,

de Euclides, para o chinês.

44. Como muitos intelectuais de sua época, Clávio estudou em Coimbra, na universidade mantida pelos jesuítas e um dos mais expressivos centros de produção de conhecimento dos séculos XVI e XVII. Procurou formação em Portugal, em grande parte pela influência intelectual do pensamento do filósofo e teólogo jesuíta do século XVI Pedro da Fonseca, profundo conhecedor de grego e árabe, lógico e metafísico responsável por uma importante revisão e divulgação dos trabalhos de Aristóteles e Tomás de Aquino. Assim como o colega espanhol contemporâneo Francisco de Toledo, dedicou-se a ajustar os conceitos aristotélicos para o universo intelectual do cristianismo.

CAPÍTULO 5

JOÃO FELIPE BETTENDORF E A CATEQUIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

45. Anos antes, o mesmo Francisco Pinto estava à beira da morte e teria sido curado por um milagre de José de Anchieta. Sobreviveu para iniciar a exploração do norte mais distante.
46. As ações para dentro da Amazônia tinham um efeito curioso: promoviam o encontro na mesma região de jesuítas portugueses e espanhóis, estes vindos do Vice-Reinado do Peru. Havia até uma rota, aberta entre 1637 e 1639, que ligava o Maranhão a Quito, hoje capital do Equador.
47. Dominava francês, italiano, flamengo, latim, espanhol e alemão. Mas, curiosamente, não tinha boas noções de português, que se apressou em conhecer quando de passagem pela Península Ibérica a caminho do Maranhão.
48. Em carta em que pedia mais missionários, João escreveu com sinceridade sobre a imagem (em sua opinião, falsa) que

os colegas da Europa tinham do trabalho em terras maranhenses. “Parece-me que ouço dizer alguns: Sem dúvida, nós partiremos em missão, mas para a Missão do Oriente e não do Ocidente. Pois, assim eles falam, a Missão do Maranhão é uma missão muito pobre, habitada por gente abjeta, rude, bárbara e ingrata. Ela é cheia de trabalhos, incômodos e ofensas. Há muitos coadjutores e iletrados. Ela é extremamente perigosa, pois corre-se o risco de perecer no mar e de ver a castidade ameaçada em terra. Enfim, ela carece de toda esperança de poder morrer mártir. Visto que todas as coisas mostram ser contrárias daquelas que se encontram na Missão das Índias Orientais, devemos escolher, antes de tudo, esta do que aquela.”

49. O Círio de Nossa Senhora da Conceição, uma das mais importantes festas religiosas do Pará, começou como um Círio da Bandeira em que um estandarte percorria as ruas da cidade, e ganhou o formato atual, bem maior, no início do século XX. A própria escolha de Nossa Senhora da Conceição como padroeira foi feita por João Felipe.
50. Ele também fez a decoração de igrejas em Monte Alegre e Santarém, além de responder pelo projeto da igreja do

Colégio de São Luís.

51. Suíço, desembarcou no Maranhão em 1678 e chegou a ser o Superior da missão jesuíta na colônia do norte.
52. Após quase morrer de malária e ataques de vermes à beira do Rio Negro, Fritz desenhou um mapa razoavelmente detalhado da região.
53. Cartógrafo, professor de matemática, ele fundou a aldeia de Taparapixy na mesma região do Oiapoque, no extremo norte do país, onde os índios tapuias haviam matado dois padres, Antonio Pereira e Bernardo Gomes.
54. Havia também italianos em alguma quantidade. Um deles, João Maria Gorzoni, quase se afogou quando ficou à deriva no rio Amazonas, agarrado a uma prancha até ser salvo por um índio. Experiente, cheio de desavenças com Vieira, passou a vida recusando cargos elevados e se mantendo atuante como missionário em locais distantes.

CAPÍTULO 6

ANTÔNIO VIEIRA E OS CONFLITOS COM OS COLONOS

55. Filha de um dos armeiros do reino, Maria, a mãe de Vieira, chegou a trabalhar como padeira dentro do convento de freis franciscanos em Lisboa. Foi ela quem alfabetizou Antônio.
56. O autor continua, creditando a inteligência rápida de Vieira a um milagre: “É de imaginar que orando à Virgem das Maravilhas lhe suplicasse a de o tornar mais hábil para os estudos. Em um de tais lances, a meio da súplica (sic), sentiu como estalar qualquer coisa no cérebro, com uma dor vivíssima, e pensou que morria (...). Daí por diante foi ele o primeiro e mais distinto em todas as disciplinas”.
57. Em defesa da aventura do jesuíta, nem mesmo os portugueses esperavam a reação dos moradores do Brasil, iniciada com uma primeira vitória em Guararapes seis anos antes. Mesmo derrotada militarmente e expulsa, a Holanda ainda recebeu uma indenização de Portugal para compensar os investimentos feitos na colônia.

- Em 1633, Antônio Raposo Tavares, bandeirante, já tinha
58. destruído a aldeia indígena de Barueri.
 59. O documento havia sido trazido por um padre espanhol, Dias Taño, que pretendia usá-lo contra os bandeirantes paulistas em seus ataques às aldeias e missões do sul. A notícia se espalhou assim que o navio em que estava atracou na cidade, e logo chegou a outras cidades, como São Paulo e Santos. Orientados pelo governador do Rio, Salvador Correia de Sá e Benevides, a aguardar pela tradução para o português e para a ocasião mais adequada para divulgar o decreto papal, os religiosos desacataram o pedido e se apressaram em divulgar a medida que tanto os favorecia.
 60. O governador acreditava que apenas os jesuítas e os capuchinhos tinham organização suficiente para lidar com a catequese dos silvícolas – para não falar na postura pessoal questionável, em sua opinião, dos demais religiosos da cidade.
 61. No curto período em que passou em Portugal, ainda arranjou tempo para comprar uma briga pública com os dominicanos.
 62. Por fim, a região Norte experimentou sete décadas de

exploração mais estável entre 1686 e 1760. No auge, o número de religiosos chegou a 155, com dezessete aldeias ativas e 25 fazendas e três engenhos.

63. Rainha da Suécia aclamada em 1632, com cinco anos de idade, ela governou até 1654, quando se converteu do protestantismo para o catolicismo e abdicou do poder. Na sequência, instalou-se em Roma, onde se tornou uma personalidade conhecida por sua vasta cultura e seu péssimo humor.
64. O irmão de Vieira era uma figura de peso na capital da colônia. Era secretário de estado desde 1649 e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Tão tempestuoso quanto o irmão, apesar da importância de seu cargo ele seria preso duas vezes ao longo da vida.
65. Ele chegou a escrever um poema em despedida ao governador:

A DESPEDIDA DO MAU GOVERNO QUE FEZ
O GOVERNADOR DA BAHIA

Senhor Antão de Sousa de Menezes,
Quem sobe ao alto lugar, que não merece,

Homem sobe, asno vai, burro parece,
Que o subir é desgraça muitas vezes.

A fortunilha, autora de entremezes
Transpõe em burro o herói que indigno cresce:
Desanda a roda, e logo homem parece,
Que é discreta a fortuna em seus reveses.

Homem sei eu que foi vossenhoria,
Quando o pisava da fortuna a roda,
Burro foi ao subir tão alto clima.
Pois, alto! Vá descendo onde jazia,
Verá quanto melhor se lhe acomoda
Ser homem embaixo do que burro em cima.

CAPÍTULO 7

ANTON SEPP E A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA DAS MISSÕES

66. Na mesma época, em 1709, Bartolomeu de Gusmão, padre nascido em Santos, formado e influenciado por jesuítas (embora não tenha se mantido na ordem), estava em Portugal, onde conseguiu a patente de sua invenção, que ganharia o apelido de Passarola. Era um balão que lhe traria fama e reconhecimento como cientista – ele, que já havia sido bem recebido em audiência pelo rei português Dom João V. Morreu em 18 de novembro de 1724, doente e desiludido, em Toledo, na Espanha.
67. Hoje é uma cidadezinha com pouco mais de 25 mil habitantes.
68. É o mesmo bandeirante que destruiria o Quilombo dos Palmares, atualmente em Alagoas, ao matar Zumbi em 20 de novembro de 1695.
69. Marquês de Lombai, Francisco era um nobre que conheceu

Inácio de Loyola pessoalmente e teve sua vida transformada pelos exercícios espirituais. Depois de perder a esposa, ele, que era pai de oito filhos, deixaria os salões para viver como religioso. Em sua gestão como responsável pela Companhia, foi iniciada ou reforçada a tarefa missionária em direção à Flórida, ao Peru e ao México.

70. Em São Borja nasceriam dois presidentes da República, Getúlio Vargas e João Goulart.
71. Administrador colonial português, governador do Rio de Janeiro por trinta anos a partir de 1733 e um dos responsáveis por organizar o esforço de exploração de metais preciosos em Minas Gerais, ele foi destacado para cuidar da pacificação e demarcação da área.
72. A região fica nas proximidades de São Gabriel e mantém uma cruz de cinco metros de altura em homenagem aos abatidos em conflito.

CAPÍTULO 8

GABRIEL MALAGRIDA E O FIM PROVISÓRIO

73. Entre a decisão de Portugal e a do papa, as expulsões aconteceram em escalada: em 1762, a França mandou embora os membros da ordem; em 1767, foi a vez da Espanha e do reino de Nápoles; no ano seguinte, foi a vez do ducado de Parma.
74. Os missionários instalados mais ao sul do que hoje é o estado do Paraná foram enviados depois, em levadas menores, para Portugal.
75. Diante da tragédia, ocorrida em 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos, o rei pediu que Deus protegesse Portugal e apelou a São Francisco de Borja, um nobre espanhol morto em 1572 e canonizado em 1672. Sobrinho-neto de César e Lucrecia Bórgia, bisneto do papa Alexandre VI, Francisco entrou para a Companhia depois da morte da esposa e se tornou Superior Geral da ordem em 1565. Já Pombal recusou qualquer referência religiosa, tratou o terremoto como acidente natural e aproveitou a

oportunidade para remodelar Lisboa.

76. Nas dependências do Colégio Santa Tereza, no Maranhão, existe ainda hoje uma capela que ele fundou e onde ficam guardados alguns objetos pessoais, em especial um banco de madeira onde costumava dormir.
77. Em mais um relato extraordinário ligado a Gabriel Malagrida, ele teria salvado seus colegas do seminário de Lisboa ao pedir a todos, poucas horas antes do terremoto, que abandonassem o edifício com urgência.
78. As críticas aos costumes sexuais dos religiosos, jesuítas ou não, verdadeiras ou não, eram antigas. O padre Pero Rodrigues já havia reparado que as aldeias eram “a distração e perdição dos noviços e de outros de pouco tempo de colégio que a olhos vistos se iam se perdendo”.
79. Assim como Anselmo, nesse primeiro momento dezenas de jesuítas foram mantidos em casas e colégios, proibidos de saírem de Portugal e seguidos, por onde quer que fossem, por homens armados com baionetas.
80. No mundo todo, foram fechados mais de setecentos centros de ensino e seiscentas bibliotecas.

CAPÍTULO 9

JORGE BERGOGLIO E A SOCIEDADE NO PODER

81. O último tinha sido Gregório III, sírio e papa de 731 a 741.
82. O Instituto para as Obras de Religião, ou Banco do Vaticano, é envolvido em escândalos e suspeitas de lavagem de dinheiro com o apoio de mafiosos desde que surgiu, na década de 1940. Francisco formou uma comissão que pretende sugerir mudanças na estrutura do instituto e trocou o presidente indicado por Bento XVI pelo empresário francês Jean-Baptiste de Franssu.
83. Apenas neste século, a igreja foi notificada a respeito de mais de 4 mil acusações de abuso de crianças, especialmente nos Estados Unidos e na Irlanda. O papa já pediu perdão publicamente: “Sinto-me na obrigação de assumir todo o mal cometido por alguns padres – um número pequeno deles em relação a todos os padres que existem – e de pedir pessoalmente perdão pelos danos que os abusadores sexuais causaram nas crianças”. E pediu a prisão de um suspeito, o ex-arcebispo polonês Jozef Wesolowski.

84. Foi durante o concílio que Murray se aproximou de Karol Wojtyla, o cardeal polonês que depois se tornaria papa.
85. O caso levou nove militares a julgamento. Sete foram absolvidos. O coronel Guillermo Benavides e o tenente Yusshy Mendoza foram condenados a trinta anos de prisão, mas foram anistiados já em 1993.
86. A ordem é poderosa e focada na educação, ainda que, na Suíça, os jesuítas tenham sido banidos em 1848 e só autorizados a voltar em 1973. Na Noruega, eles retornaram apenas em 1956.
87. São eles: os franceses Roger Braun, Henri Revol, Pierre Chaillet, Jean Fleury e Emile Planckaert; os belgas Henri van Oostayen, Emile Gessler, Jean-Baptist de Coster, Jean-Baptiste Janssens e Alphonse Lambrette; o húngaro Jacob Raile; e o polonês Adam Sztark.
88. Do total de jesuítas, 31% estão na Europa (região que, do ponto de vista da organização da ordem, inclui o Canadá), 29% nos Estados Unidos e no Caribe, outros 14% na América Latina e 9% na África.
89. Foi em um colégio jesuíta em Itu (SP) que os religiosos

começaram a praticar o futebol, alguns anos antes da chegada de Charles Miller ao Brasil. Em 1873, José Mantero, padre jesuíta e professor do Colégio São Luiz, levou uma bola a um gramado e mostrou a seus alunos as regras do novo jogo.



Acompanhado de religiosos, Estácio de Sá parte para São Vicente em 1565. A cruz e a espada caminharam lado a lado na ocupação do Brasil. Até 1580, os jesuítas detinham o monopólio sobre a catequização dos locais. Os homens de batinas escuras chegavam a participar das guerras e das viagens de exploração de novos territórios.

© Palácio São Joaquim, Rio de Janeiro.



Ao lado, o padre Vieira, em óleo sobre tela. Nascido em Lisboa, educado em Salvador, o jesuíta atravessou o Atlântico, ida e volta, incontáveis vezes. Sofreu naufrágios, atuou como diplomata e espião, provocou conflitos armados com os colonos e foi perseguido pela Inquisição. Acima de tudo: com suas cartas e seus sermões, deixou um legado literário inestimável.

© Coleção Particular, Salvador, BA.



Abaixo, apesar dos saques ocorridos ao longo do século XIX, as edificações de San Ignacio Miní continuam bem preservadas. A igreja de 74 x 24 metros foi projetada pelo padre italiano Juan Brasanelli e decorada com o estilo barroco guaraní que se transformou em fonte de esculturas, pinturas e objetos musicais que foram exportados para a Espanha.

© Bojan Breclj/Corbis/Fotoarena



Queimado durante o último auto de fé realizado em Portugal, o frei Gabriel Malagrida abandonou uma vida estável pelos percalços da vida de missionário. Antes de se indispor contra o reino português ao culpar a nobreza pelo terremoto que arrasou

Lisboa, realizou uma façanha espantosa, uma peregrinação de 14 mil km pelo nordeste do Brasil.

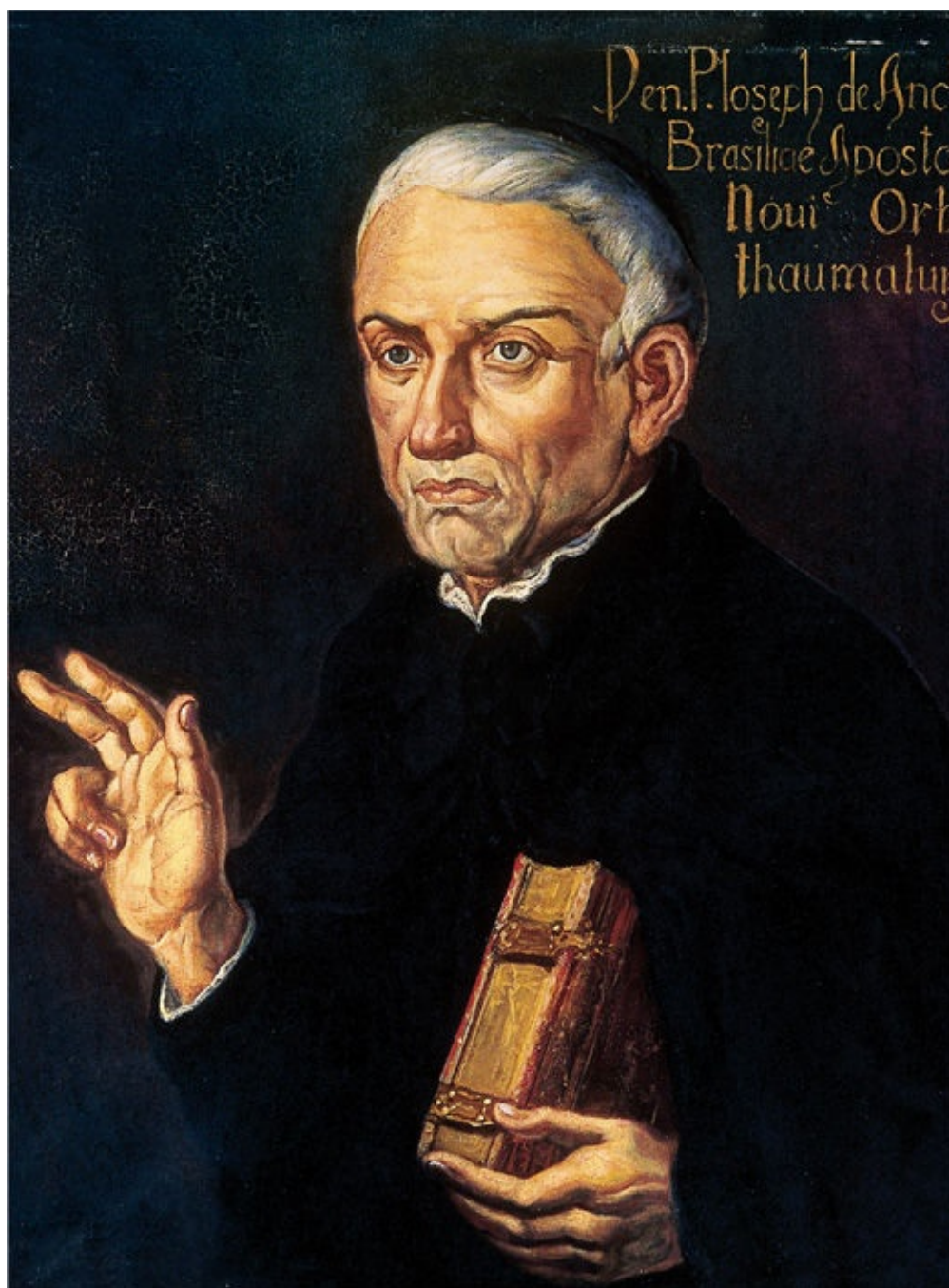
© Biblioteca Nacional de Portugal



A armadura da imagem cabe bem a Inácio de Loyola. Dado a aventuras arriscadas nos

campos militar e amoroso, ele quase morreu ao ser atingido por uma bala de canhão. Líder supremo e fundador da Sociedade de Jesus, determinou que os membros da ordem seguissem uma disciplina rígida e se comportassem como soldados do Vaticano.

© Château de Versailles, França.



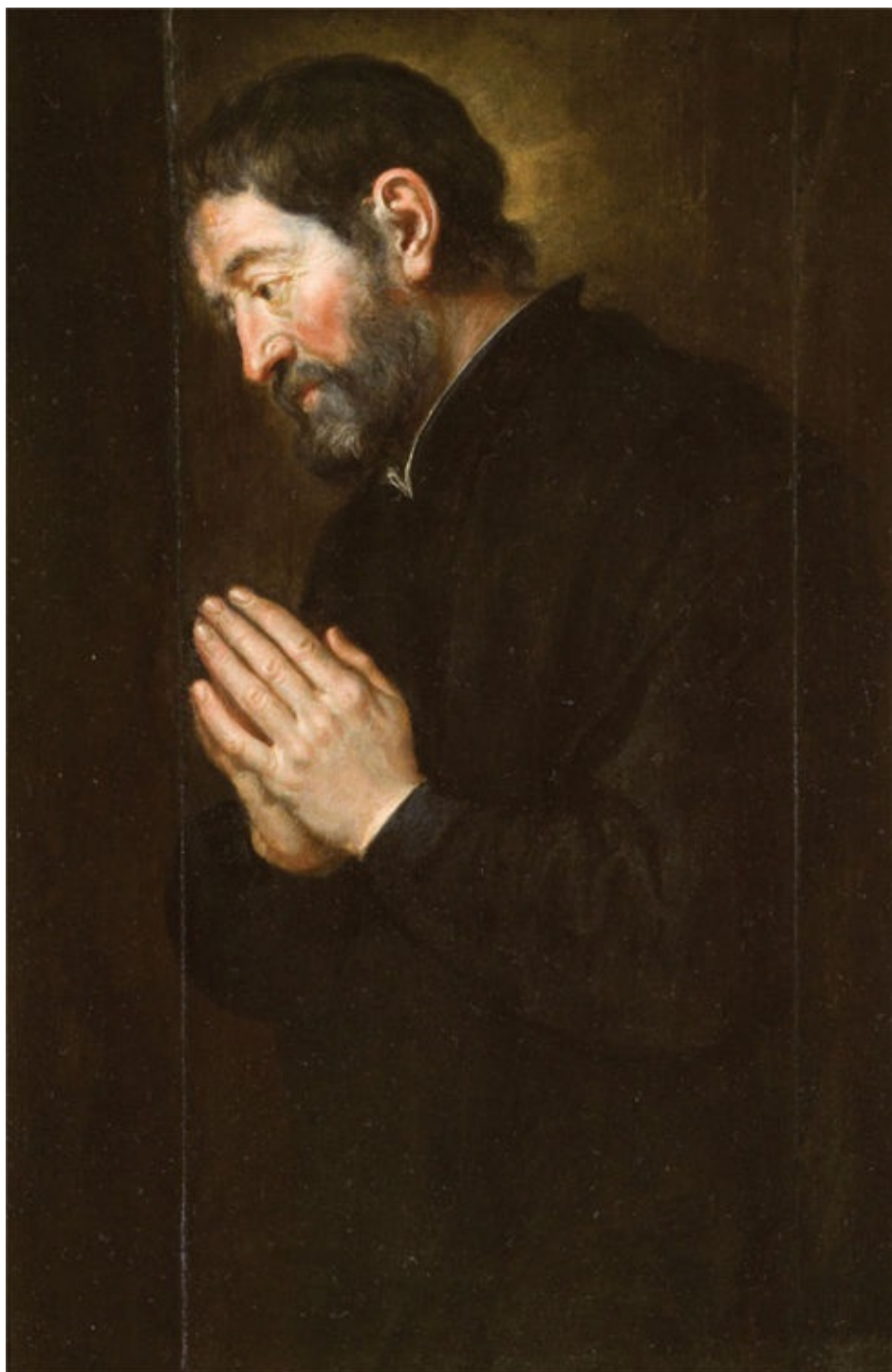
José de Anchieta faz parte da história de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Deixou como legado importantes manuais usados pelos missionários que, nas décadas que se seguiram, se comunicariam de maneira mais eficiente com os indígenas. O Apóstolo do Brasil era também um professor cativante e um curandeiro respeitado.

© Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo, SP.



Ao lado, mais popular do que o próprio fundador da ordem, Inácio de Loyola, São Francisco Xavier levou a Companhia de Jesus para os lugares mais distantes e desafiadores do globo para os europeus da época. Seu trabalho missionário na Índia e no Japão deixou marcas profundas em toda a Ásia – incluindo a China, um país que ele morreu tentando visitar.

© Giulio Napolitano/Shutterstock



Ao surgir, a ordem parecia muito próxima de eleger um papa. Mas foi preciso que a ordem fosse extinta e reinaugurada para que um jesuíta alcançasse o cargo mais importante do catolicismo. O escolhido seria Jorge Bergoglio, ex-arcebispo de Buenos

Aires, torcedor do San Lorenzo e, desde já, conhecido por iniciar uma reforma nas práticas financeiras da Igreja.

© The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil.



Ao lado, Jean de Brébeuf, que dedicou a existência a conhecer e catequizar os moradores das colônias francesas instaladas no atual Canadá. Acabou raptado, torturado e assassinado. Seu trabalho seguia o princípio comum às primeiras gerações dos jesuítas: o do martírio moderno, que imitava, com grande orgulho, os primeiros apóstolos de Jesus.

© The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil



Abaixo, declarada Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco, em 1984, a missão de San Ignacio Miní, na Argentina, foi uma das maiores construídas pela Companhia de Jesus. Foi construída a partir de 1610 e, no começo do século XVIII, alcançou mais de 3 mil moradores. Funcionava como uma vila de referência para missões próximas e de menor expressão.

© Kseniya Ragozina/Dreamstime.com